



COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO BÁSICO (EREREBÁ)

ALEXANDRA FERREIRA DE OLIVEIRA

LIMA BARRETO E O MORRO DO CASTELO: DOIS
ESTRANHOS NO RIO DE JANEIRO DA *BELLE*
ÉPOQUE

Rio de Janeiro

2019

ALEXANDRA FERREIRA DE OLIVEIRA

**LIMA BARRETO E O MORRO DO CASTELO:
DOIS ESTRANHOS NO RIO DE JANEIRO DA *BELLE ÉPOQUE***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico.

Orientador: Prof. Litt.D. Osmar Soares da Silva Filho.

Rio de Janeiro

2019

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

O48 Oliveira, Alexandra Ferreira de
Lima Barreto e o morro do castelo: dois estranhos no rio de janeiro da
Belle Époque / Alexandra Ferreira de Oliveira. - Rio de Janeiro, 2020.

60 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das
Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)) – Colégio Pedro II,
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Osmar Soares da Silva Filho.

1. Relações étnicos-raciais – Estudo e ensino. 2. Barreto, Lima – 1881-
1922. 3. Urbanismo. 4. Racismo. I. Silva Filho, Osmar Soares da II.
Colégio Pedro II. III Título.

CDD 305.8

ALEXANDRA FERREIRA DE OLIVFEIRA

**LIMA BARRETO E O MORRO DO CASTELO:
DOIS ESTRANHOS NO RIO DE JANEIRO DA *BELLE ÉPOQUE***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico.

Orientador: Prof. Litt.D. Osmar Soares da Silva Filho.

Aprovado em: ____/____/____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Litt.D. Osmar Soares da Silva Filho (Orientador)
Colégio Pedro II

PhD. Aline Cristina Oliveira do Carmo
Colégio Pedro II

Litt.D. Patrícia Affonso de Oliveira
Faculdades Souza Marques

ALEXANDRA FERREIRA DE OLIVEIRA

**LIMA BARRETO E O MORRO DO CASTELO:
DOIS ESTRANHOS NO RIO DE JANEIRO DA *BELLE ÉPOQUE***

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico.

Orientador: Prof. Litt.D. Osmar Soares da Silva Filho.

Validado em: ____/____/____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Litt.D. Osmar Soares da Silva Filho (Orientador)
Colégio Pedro II

PhD. Aline Cristina Oliveira do Carmo
Colégio Pedro II

Litt.D. Patrícia Affonso de Oliveira
Faculdades Souza Marques

A Afonso Henriques de Lima Barreto,
que foi minha inspiração nessa ríspida jornada.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só se concretizou graças à colaboração direta e indireta de várias pessoas. Manifesto minha gratidão a todas elas e de forma particular:

À Alexandra Raquel, Lucas e Luís Davi pelo entusiasmo e apoio com que sempre incentivaram este trabalho;

À minha querida amiga, incentivadora e que me trouxe de volta à vida acadêmica Profª Drª Patrícia Affonso;

À Profª Drª Aline Carmo com quem muito aprendi sobre a questão racial na sociedade brasileira;

À Profª Desirée Guichard pela contribuição de vasto material e diversos esclarecimentos no que se refere à geografia da cidade do Rio de Janeiro no período referente ao “bota-abaixo”;

Aos Castelenses, indivíduos que sofreram com o pensamento "civilizatório e eugênico" do governo republicano no início do século XX;

Ao Profº Drº Osmar Soares da Silva Filho, que além de demonstrar, desde o início, interesse pelo tema da dissertação, ajudou-me, e muito, na busca da compreensão das especificidades do pensamento crítico e racial do escritor Lima Barreto, desfazendo vários equívocos sobre o tema deste trabalho. Desde já quero muito lhe agradecer pela paciência e pela ajuda inenarrável no aprimoramento da minha formação acadêmica, pela orientação amigável e rigorosa.

Sou homem da cidade, nasci, criei-me e eduquei-me no Rio de Janeiro [...] a nossa cidade não é só a capital política do país, mas também a espiritual, onde se vêm resumir todas do país, mas também a espiritual, onde se vêm resumir todas as mágoas, todos os sonhos, todas as dores dos brasileiros.

Lima Barreto, 1919.

RESUMO

OLIVEIRA, Alexandra Ferreira de. **Lima Barreto e o Morro do Castelo: Dois estranhos no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2019.

A crença de que havia inestimáveis tesouros escondidos nas entranhas do Morro do Castelo fascinou, durante séculos, o imaginário da população. Historiadores, engenheiros, políticos e literatos criam que os jesuítas, ao serem expulsos pelo Marquês de Pombal em 1759, teriam escondido riquezas inestimáveis em galerias subterrâneas. Neste trabalho, pretendo analisar as alterações ocorridas, na geografia da cidade do Rio de Janeiro, a partir da obra do literato negro Lima Barreto (1881-1922). Buscamos também realizar um diálogo entre as obras de Lima Barreto com o pensamento dos filósofos: Michel Foucault (1926-1984) e Henri Lefebvre (1901-1991), bem como do historiador Jacques Le Goff (1924- 2014). A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica da obra de Lima Barreto, conjugada a fontes secundárias de pesquisa – como livros, teses, periódicos da época. No âmbito da ProfEPT, Ensino, Educação Profissional e Tecnológica, esta monografia visa colaborar às leituras interseccionais e às reflexões sobre a presença negra no Rio de Janeiro da Primeira República. Ao conferir importância à experiência individual dos habitantes do Rio de Janeiro da Primeira República, Lima Barreto desenvolveu um discurso de resistência ao modelo oficial baseado nas ideias de ordem, progresso, civilização e higiene. A escrita de Lima Barreto rompia com os padrões de acadêmicos, sendo visível a sua preocupação em dar voz aos indivíduos que também eram segregados pela cor, tal como o que ocorreu com ele próprio. O escritor elabora em seus romances, contos, crônicas e diários, uma argumentação que coloca em tensão a cidade dos indivíduos excluídos, neste caso os castelenses, e a identidade nacional que se pretendia forjar com as reformas urbanísticas do início do século XX.

Palavras-chave: Lima Barreto. Morro do Castelo. Urbanismo. Racismo. Cientificismo.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Alexandra Ferreira de. **Lima Barreto e o Morro do Castelo: Dois estranhos no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2019.

The belief that there were priceless treasures hidden in the bowels of Morro do Castelo fascinated, for centuries, the imagination of the population. Historians, engineers, politicians and literati believe that the Jesuits, when expelled by the Marquis of Pombal in 1759, would have hidden priceless wealth in underground galleries. In this work, I intend to analyze the changes that have occurred in the geography of the city of Rio de Janeiro, based on the work of the black literary writer Lima Barreto (1881-1922). We also seek to conduct a dialogue between the works of Lima Barreto with the thoughts of the philosophers: Michel Foucault (1926-1984) and Henri Lefebvre (1901-1991), as well as the historian Jacques Le Goff (1924- 2014). The methodology used is the bibliographic review of the work of Lima Barreto, combined with secondary research sources - such as books, theses, periodicals of the time. reflections on the black presence in Rio de Janeiro of the First Republic. By giving importance to the individual experience of the inhabitants of Rio de Janeiro of the First Republic, Lima Barreto developed a discourse of resistance to the official model based on the ideas of order, progress, civilization and hygiene. Lima Barreto's writing broke with academic standards, and his concern with giving a voice to individuals who were also segregated by color, such as what happened to himself, was visible. The writer elaborates in his novels, short stories, chronicles and diaries, an argument that puts in tension the city of excluded individuals, in this case the castelenses, and the national identity that was intended to be forged with the urban reforms of the early 20th century.

Keywords: Lima Barreto. Morro do Castelo. Urbanism. Racism. Scientificism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ilha dos Melões	17
Figura 2 – Mapa Centro do Rio de Janeiro em 1873	51
Figura 3 – Ilustração do primeiro desmonte do Morro do Castelo em 1905	56

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Justificativa e Objetivos	18
1.2 Metodologia	18
2. LIMA BARRETO: “É TRISTE NÃO SER BRANCO”	29
2.1 De jornalista amador a empreendedor frustrado	31
2.2. Recordações do Escrivão Isaías Caminha: o contraditório abrir e fechar de portas	35
2.3 Cronista enviesado entre “velhos mentecaptos” e doutores de livraria	41
2.4 Entre as farsas da República e a verdade do povo	42
3. A CAPITAL PARA O CAPITAL: UM MORRO SENTENCIADO	46
3.1. Os castelenses sob múltiplos olhares e vozes	66
3.2. A voz dos Castelenses	74
4. EMBRANQUECIMENTO: A HERANÇA AFRICANA ESTIGMATIZADA	79
5. CRIME, CASTIGO E DESTINO CERTO: A ATUAÇÃO DA POLÍCIA RACIAL NA CIDADE	87
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A FORMAÇÃO DOS CORPOS E TERRITÓRIOS MARGINALIZADOS ONTEM E HOJE	100
BIBLIOGRAFIA	111

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende trazer à luz, na obra de Lima Barreto (1881-1922), a percepção do autor de como as questões raciais no Rio de Janeiro, de sua época, mobilizaram uma série de reformas urbanas e uma profunda alteração na geografia da capital fluminense. Pretendemos também mostrar como isso afetou a vida da população mais carente da época - leiam-se negros e negras ex-escravizados, imigrantes europeus, indigentes, mestiços, brancos pobres e, mais especificamente, os *castelenses*, moradores do Morro do Castelo, antigo coração da cidade, durante o processo de arrasamento do Morro, compreendido entre 1902 a 1922.

Assim, a partir da análise de como os discursos elaborados pelos filósofos Iluministas, no século XVIII, ajudaram na construção de todo um imaginário que concebeu o homem europeu como o “padrão de homem universal” (ALMEIDA, 2018, p. 20), e como os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, tão preconizados pela Revolução Francesa, serviram de base ideológica das revoluções liberais inglesa, americana e francesa, buscamos investigar as raízes do discurso racializado moderno, em solo brasileiro, que reverberou também no discurso da “necessidade” de transformação urbana que se analisa neste trabalho.

Nesse cenário, a filosofia iluminista foi uma das ferramentas que possibilitaram a comparação, e, posteriormente a classificação dos grupos humanos, a partir das características físicas e culturais, criando a dicotomia filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem (ALMEIDA, 2018, p.21). Ainda no século XVIII, mais precisamente em 1791, a Revolução Haitiana fez com que a França experimentasse o efeito perverso dos ideais iluministas, pois os mesmos franceses, que apoiaram a própria revolução, viram com temor a onda de revoltas que ocorriam no Haiti. Naquela conjuntura ficou explícito que o projeto liberal-iluminista não reconhecia todos os homens como sendo iguais, como sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos.

Durante o século XIX, esta mesma ideologia que celebrava a razão e os direitos universais, também serviu de embasamento para a “invasão” do continente africano pelos europeus, fato que ficou registrado nos livros de história como “colonialismo” e/ou “imperialismo”.

Nesse mesmo período, o Brasil era considerado um caso singular de miscigenação racial, a composição da nossa população também despertou a atenção de viajantes e naturalistas estrangeiros - Gustave Aimard, Louis Agassiz, Gobineau, entre outros, - que aqui estiveram

(SCHWARCZ, 1993, p. 14). Quando o aristocrata francês Arthur Gobineau¹ (1816-1882) escreveu *Essai sur L'Inégalité des Races Humaines*, o mesmo declarava ser incontestável a superioridade da raça ariana, pois, por ser “pura”, era a única capaz de edificar uma vida cultural. Segundo Gobineau, uma raça somente poderia ser considerada pura se não fosse produto de um cruzamento racial, para ele, a tara da degenerescência era a característica mais comum entre os mestiços, dentro de uma imaginária escala de valores que determinaria a superioridade racial (ARANTES, 2010, p. 47).

No final do século XVIII, a medicina era entendida como um “saber-poder” que incidia ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população (FOUCAULT, 1976, p. 302). As teorias raciais que haviam sido arquitetadas na Europa, ao longo do século XVIII, foram acolhidas, tardiamente, pela ciência e pelos intelectuais brasileiros quase que de forma consensual.

No XIX, ao mesmo tempo em que quase ninguém mais duvidava do absurdo, do vexame, da dominação e da humilhação provocada pelo sistema escravista, as teorias desenvolvidas no continente europeu, a partir das pesquisas nas áreas da biologia e da antropologia, acabaram criando uma pseudoverdade, isto é, a da superioridade da raça branca em detrimento das demais.

O conceito de eugenia chegou ao Brasil através de livros e artigos que foram produzidos nos EUA e na Europa, encontrando ampla aceitação nos meios acadêmicos, pois se alinhou a um conjunto variado de ideias, sendo que algumas delas, já eram debatidas, desde meados do século XIX, e se propunham a dar conta da experiência histórica em torno da herança africana (ALMEIDA, 2018, p.25). Entretanto, apesar de os intelectuais divergirem em certos aspectos, todos possuíam a mesma preocupação: como controlar a população de ex-escravizados que estavam em processo de proletarização.

Durante o século XIX, a ciência tinha a capacidade de produzir um discurso de autoridade que pouquíssimas pessoas tinham a condição de contestar, exceto aquelas que estavam inseridas nas instituições em que a ciência era produzida. Aqui no Brasil, a

¹ Joseph Arthur Gobineau, conhecido também como Conde de Gobineau, francês, foi diplomata, escritor de obras literárias, autor de ensaios e textos históricos variados. A principal referência às questões raciais provém da obra *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855, sem tradução brasileira) que lhe garantiu um polêmico reconhecimento póstumo pelo suporte e pelo uso de seus argumentos por movimentos eugenistas, racistas e colonizadores. A carreira diplomática conduziu Gobineau ao Rio de Janeiro entre 1869 e 1870 onde, apesar de seu desgosto por tal designação, foi recebido regamente por um ilustrado admirador, Dom Pedro II. Essa proximidade deve ter contribuído para certa penetração de suas ideias entre a e uma lei da atração exclusiva da raça branca promotora da miscigenação impelia incontornavelmente todas as raças ao declínio e à degeneração pelo contato. Seu ensaio sobre as raças pretendia responder à sua crença, travestida em questão histórica, da inexorável ruína das civilizações a partir do surgimento das raças originais, a branca (superior), a negra e a amarela.

“discriminação” racial contou, inclusive, com o apoio e a criação de vários institutos como: a criação de faculdades de medicina, escolas de direito, museus de história natural, entre outras².

Mesmo com o advento da primeira República (1889-1930), o abismo social entre as comunidades brancas e não brancas manteve-se o mesmo, uma vez que os grupos historicamente favorecidos continuaram detentores das mesmas primazias, em detrimento das camadas sociais mais pobres, compostas principalmente por pretos ex-escravizados e mestiços.

Nunca é demais lembrar que, no final do século XIX, dois terços da população eram formados por afrodescendentes. Nesse momento, a questão racial apresentava-se como uma temática central no debate sobre o desenvolvimento nacional. O embranquecimento era tido como a condição necessária ao avanço do país, o pensamento social da época apontava a centralidade do tema da raça. A imigração era entendida como uma etapa imprescindível do processo de afirmação da nação e dos nacionais.

A extinção da escravidão não incluiu no debate político nacional o tema da inclusão dos ex-escravizados e seus descendentes no tecido social e político da nação. Ao contrário, compreendida como um entrave ao desenvolvimento nacional, a presença da população negra no país era percebida como um obstáculo que deveria ser superado. E a sua gradual extinção seria então realizada pela via do embranquecimento.

Nessa conjuntura, a economia enfrentava sucessivas crises, e o arranjo político era caracterizado por disputas entre grupos rivais que se debatiam pelo poder, como: as oligarquias que dominavam os estados, o coronelismo e o sistema eleitoral fraudulento. As oposições que denunciavam os desvarios na política, na verdade desejavam apenas a troca das lideranças, e não a alteração daquele sistema político.

Desde o governo de Campos Sales (1898-1902), que a relação entre as políticas estaduais e a federal se dava sob o pacto da política dos governadores, que consistia, basicamente, na independência entre os dois entes públicos.

À época da presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), o então prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906) colocou em prática o projeto arquitetônico que previa a remodelação e a reurbanização do centro da cidade do Rio de Janeiro, e que historicamente ficou conhecido como “bota-abaixo”. Essa modificação no traçado urbano, que foi inspirada no modelo parisiense, alterou não só a geografia, como os indivíduos que habitavam essa região (imigrantes, brancos pobres, ex-escravizados, entre outros).

² Racismo estrutural/ institucionalizado.

Ruas foram alargadas, cortiços e casas de cômodos foram demolidas, também ocorreu a reforma na região portuária, que incluía, além do alinhamento da orla da região e a abertura da Avenida do Cais (atual Rodrigues Alves), também promoveu o aterramento das enseadas da Gamboa, dos Alferes e de São Diogo. Isso faz com que o Estado adquirisse um vasto espaço territorial, sem que houvesse a necessidade de indenizar qualquer indivíduo, uma nova superfície de 175 mil m², sobre a Baía de Guanabara. Ainda, como parte do projeto de reestruturação urbana, a demolição do Morro do Senado (atual Praça da Cruz Vermelha), de onde veio a maior parte do material de aterro, e o arrasamento das ilhas dos Melões e das Moças, localizadas, respectivamente, nas imediações da Rodoviária Novo Rio e da Rua da América (principal via do bairro de Santo Cristo).³

Na série “Um Brasil que desapareceu” promovida pelo Arquivo Nacional em cuja seção “A ilha que virou rodoviária”, observamos no mapa deste *post* que a Ilha dos Melões, na Baía de Guanabara, foi uma das ilhas que desapareceram após o vasto processo de aterramento da região central da cidade, em especial na área atualmente conhecida como Zona Portuária.

Mais de cinco quilômetros margeados pela Baía de Guanabara foram aterrados, levando ao desaparecimento de enseadas, pontões, praias, ilhas e falésias que se sucediam ao longo do sinuoso litoral. O objetivo principal era atender à função portuária da baía, que existiu desde o início da colonização, e se intensificou com a abertura dos portos às nações amigas, em 1808⁴.

A Ilha dos Melões estava localizada onde hoje se encontra a Rodoviária Novo Rio, terminal de ônibus que abriga linhas intermunicipais e interestaduais. Um decreto, publicado em 1879, autorizou o aterramento da área compreendida entre as praias dos Lázarus e Formosa, e as ilhas dos Melões e das Moças, “e bem assim a executar outros melhoramentos”.

A série “Um Brasil que desapareceu” traz imagens do acervo do Arquivo Nacional que retratam construções, locais e acidentes geográficos que, por terem sido demolidos, arrasados ou aterrados, só podem ser conhecidos hoje por meio dos documentos de arquivo. O objetivo desta série é provocar a reflexão a respeito da necessidade de valorizarmos e preservarmos nosso patrimônio histórico e cultural.

³ Informações mais detalhadas deste processo podem ser encontradas em: Rio de Janeiro Aqui __: **Saco de São Cristóvão e Saco do Alferes**. Disponível em <https://www.riodejaneiroaqui.com/pt/saco-de-sao-cristovao-e-saco-do-alferes.html>. Acesso em: 26 dez. 2019.

⁴ Documento elaborado pela Comissão da Triangulação da Corte, preparatória para a elaboração da Carta Geral do Império, 1874. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Viação e Obras Públicas. BR RJANRIO_4Y_0_MAP_0384_001.

Figura 1 – Ilha dos Melões



Fonte: Arquivo Nacional (2019)⁵.
Fundo Ministério da Viação e Obras Públicas. BR RJANRIO_4Y_0_MAP_0384_001.

Nesse contexto de reformas urbanas, foi realizada a primeira série de escavações do Morro do Castelo cuja finalidade era a construção da Avenida Central⁶ em 1904. Analisando o mapa da cidade do Rio de Janeiro verificamos que, até meados do século XIX, os limites urbanos eram demarcados pelos Morros do Castelo, Santo Antônio, do Senado e da Conceição.

Na primeira etapa de demolição do morro do Castelo, foi arrasada a ladeira do Seminário e uma parte da própria colina, sendo construída nas suas encostas a Biblioteca Nacional. Por um breve momento, na gestão Sá Freire (1919-1920), foi aventada a possibilidade de se manter o Morro do Castelo, transformando-o em logradouro público. A proposta não comportaria a manutenção de todo o acervo construído do Castelo, mas pouparia a cidade e os castelenses dos transtornos vividos à época de Passos. (SOUSA, 2018, p. 412) Sob pretextos sanitaristas de melhorar a salubridade do ar com a circulação dos ventos marítimos e impedir a disseminação de doenças, em 17 de agosto de 1920, legitimado pelo ideal modernizador, que defendia a construção de uma cidade moderna, e a remoção dos indivíduos preteridos pelas camadas

⁵ Na imagem, mapa da Ilha dos Melões. Documento elaborado pela Comissão da Triangulação da Corte, preparatória para a elaboração da Carta Geral do Império, 1874.

⁶ Obra realizada por Francisco Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro, nomeado por Rodrigues Alves, então Presidente da República. A larga avenida foi inaugurada em 15/11/1905 com o nome de Avenida Central. Após a morte do Barão do Rio Branco, por decreto datado de fevereiro de 1912, passou a chamar-se Avenida Rio Branco.

detentoras de poder econômico, o então prefeito Carlos Sampaio promove a autorização para o total arrasamento do morro.

1.1 Justificativa e Objetivos

De fato, a ideia deste trabalho surgiu a partir da leitura do livro *O Subterrâneo do Morro do Castelo* de autoria do Lima Barreto (1881-1922). Em princípio, o interesse incidia sobre o destino da população que habitava o Morro do Castelo após os desmontes; posteriormente, a outra questão que ressaltou aos olhos foi a racial, ou seja, as estratégias da elite branca que pretendiam eliminar a memória Africana, na região central da cidade do Rio.

Pretendemos com este trabalho:

- 1) Demonstrar a relação dos textos barretianos e a representação que ele fez não só da sociedade carioca da sua época, a partir da análise do comportamento dos indivíduos;
- 2) O modo como Lima Barreto descreveu hábitos de sujeitos históricos que deixaram poucos vestígios de si mesmos, como foi o caso dos castelenses;
- 3) O seu pensamento em relação à ciência positivista e ao darwinismo social, a sua análise em relação à atuação dos governantes que pretendiam recriar uma “nova” capital da República, utilizando como parâmetro o modelo “civilizatório” europeu parisiense;
- 4) A sua percepção de “racismo” nos anos que se seguiram à abolição da escravidão.

1.2 Metodologia

Cabe lembrar que procuro associar algumas crônicas e contos de Lima Barreto que se referem às reformas urbanas com outras de suas obras, com o intuito de retratar o cotidiano da população que habitava o Morro do Castelo, durante todo o seu processo de arrasamento, pois nota-se que a maioria dos textos do escritor permite a compreensão de uma memória do passado carioca, numa tentativa de salvar do esquecimento, aquilo que a memória do grupo vencedor pretendia apagar.

Nesse sentido, utilizamos as ideias sobre história e memória que foram propostas por Jacques Le Goff (1996), quando o mesmo aborda o conceito de documento/monumento. Segundo este autor, a **história** – forma científica da memória coletiva – é resultado de uma construção, sendo que os materiais que a imortalizam são o documento e o monumento.

Para o autor:

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (LE GOFF, 1996, p.535).

À época do segundo arrasamento do morro, Lima Barreto já aposentado do serviço público em virtude do alcoolismo, passou a escrever crônicas para a revista *Careta* a partir de 18/08/1920, depois reunidas em *Coisas do Reino de Jambon* (1956) volume VIII das obras completas do romancista. Em um texto intitulado *Megalomania*, o que chama a atenção é a perspicácia do escritor que, mais do que descrever as transformações em andamento na cidade, exercitava seu espírito crítico e independente, frente à nova ordem que se instaurava: “[...] tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas.” (BARRETO, 1956, p. 124)

Lima Barreto também denunciou a inexistência de um projeto governamental que suprisse a carência habitacional que foi agravada com o “bota-abaixo”, uma vez que a destruição de cortiços e casas de cômodos juntamente como a destruição do Morro do Castelo, fez com que os indivíduos que, até então, ocupavam aquela região, fossem residir nos morros, em torno do Centro e nos subúrbios. Diante desse quadro o escritor denuncia que se buscava um Brasil europeu, um Rio de Janeiro como uma Paris nos trópicos:

Outra pretensão curiosa da gente daquela província da Bruzundanga é afirmar que a sua casquinha capital é uma cidade europeia. Há tantos tipos de cidades europeias que tenho vontade de perguntar se ela é do tipo Atenas, do tipo Veneza, do tipo Carcassone, do tipo Madrid, do tipo Florença, do tipo Estocolmo -- de que tipo será afinal? Certamente do de Paris. Ainda bem, que ela não quer ser ela mesma.” (BARRETO, 1961 p.53).

Essa identificação europeia era inconciliável com a permanência do Morro do Castelo no centro da cidade. A imagem do Brasil no exterior, construída em larga medida pelo Barão do Rio Branco, exaltava a riqueza do país na exportação dos gêneros agrícolas, mas negava a existência de afrodiáspóricos: “Houve um que ficou célebre e assim rezava: "Bruzundanga, País rico - Café, cacau e borracha. Não há pretos”. (BARRETO, 1961, p. 56).

Centenas de indivíduos pobres que residiam no Morro do Castelo e, em seu entorno, foram expulsos para que, a então capital federal pudesse se “branquear”, e isto sempre feito a partir de um discurso que exaltava o progresso e a modernização. A própria importação de mão-

de-obra europeia, que foi uma política adotada pelo Estado, a partir de 1850, e que foi intensificada na década de 1890, também deve ser considerada como fato importante para compreensão do processo de branqueamento urbano.

Foi dentro desse quadro político-social que o escritor afro-brasileiro Lima Barreto sempre denunciou a interferência excessiva dos governantes na geografia da cidade. Parte significativa de sua obra foi marcada pelas críticas aos prefeitos-engenheiros: Pereira Passos, Paulo de Frontin e Carlos Sampaio.

A racionalidade burocrática prolatada pelos porta-vozes do Estado instaurou, sob o pálio da ciência, medidas, regulamentos, contradições e diagnósticos que acabaram substituindo o antigo medo da elite brasileira de uma revolta escrava, por uma nova obsessão: que seria a de delimitar, legitimamente, quais espaços poderiam ser ocupados pelas comunidades mais carentes ou afrodiáspóricas existentes na capital federal. Portanto, o controle do espaço central da cidade tornou-se imperativo, a cidade precisava parecer limpa e salubre, e que o espírito reformista não levasse em conta a situação da população mais carente, como foi o caso da remoção dos habitantes do Morro do Castelo.

Na verdade, procuro demonstrar com este trabalho que a alteração na geografia da cidade, a partir das reformas urbanísticas, foram pensadas a partir de um padrão eurocêntrico, no qual o projeto de ocupação do espaço territorial delimitado, pelo Centro do Rio de Janeiro, ao ser apropriado pelo capitalismo, acabou sendo ressignificado, em uma tentativa de “dissipar” o legado deixado pela sociedade escravista.

Nesse sentido, utilizei as discussões suscitadas pelo filósofo francês Henri Lefebvre na sua obra “Direito à Cidade”, a fim de apreender várias ocorrências que aparentemente são contraditórias, mas que, ao mesmo tempo, encontram-se vinculadas. Hoje, tal como antigamente, a cidade pode ser considerada um local privilegiado de uma dualidade constitutiva de fenômenos paradoxais, ou seja, incide sobre a realidade urbana uma prática social integrativa em uma sociedade que pratica a segregação. Dessa forma, a presença de uma integração desintegrante fica evidente no período correspondente ao período em análise (LEFEBVRE, 2001, p.103).

Pretendo também, demonstrar que o componente racial constituía um elemento de desvalorização daquele espaço, e que a busca pelo referencial europeu visava eliminar todos os elementos que lembrassem a ocupação pela população negra e mestiça, ainda que os discursos hegemônicos procurassem mascarar a concepção de um novo modelo de cidade.

Nesse sentido, Lima Barreto não se rende à pressão da elite branca, antes a ridiculariza: “É notório que aos governos da república do Brasil faltam duas qualidades essenciais a governos: majestade e dignidade”. (BARRETO, 1961, p.13).

A partir da rejeição dos valores impostos pelos brancos, o autor valoriza o tempo todo, a cultura trazida pelos afrodescendentes:

Os negros fizeram a unidade do Brasil. O negro é recente na terra. Os negros, quando ninguém se preocupava em arte no Brasil, eram os únicos (O. Duque, Arte Brasileira). Os produtos intelectuais negros e mulatos, e brancos, não são extraordinários, mas se equivalem, quer os brancos venham de portugueses, quer de outros países. (BARRETO, 1961, p. 20).

Quando aborda a produção intelectual, Lima Barreto rompe com a visão predominante à época, na qual considerava a cultura branca europeia legítima e universal, e diagnosticavam os negros como sub-raças, seres degenerados:

Os produtos intelectuais negros e mulatos, e brancos não são extraordinários, mas se equivalem, quer os brancos venham dos portugueses, quer de outros países. Os negros diferenciam o Brasil e mantêm a sua independência, porquanto estão certos que em outro lugar não têm pátria. (BARRETO, 1961, p. 20)

Em relação ao discurso eugenista, em que negros, mestiços e índios eram considerados indivíduos física e mentalmente inferiores e adeptos de culturas primitivas, Lima Barreto se manifesta contra o pensamento vigente de que a miscigenação produz seres degradados moral e intelectualmente, segundo foi retratado em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, a obra situa o leitor em relação à estrutura familiar do negro e de seus descendentes. Isaías era um mestiço, como ele próprio se definia, mulato, filho de uma mulher negra com um padre branco:

A tristeza, a compreensão e a desigualdade de nível mental do meu meio familiar, agiram sobre mim de modo curioso: deram-me anseios de inteligência. Meu pai, que era fortemente inteligente e ilustrado, em começo, na minha primeira infância, estimulou-me pela obscuridade de suas exortações. Eu não tinha ainda entrado para o colégio, quando uma vez me disse: Você sabe que nasceu quando Napoleão ganhou a batalha de Marengo? Arregalei os olhos e perguntei: quem era Napoleão? Um grande homem, um grande general... E não disse mais nada. Encostou-se à cadeira e continuou a ler o livro. Afastei-me sem entrar na significação de suas palavras; contudo, a entonação de voz, o gesto e o olhar ficaram-me eternamente. Um grande homem!... O espetáculo do saber de meu pai, realçado pela ignorância de minha mãe e de outros parentes dela, surgiu aos meus olhos de criança, como um deslumbramento. Pareceu-me então que aquela sua faculdade de explicar tudo, aquele seu desembaraço de linguagem, a sua capacidade de ler línguas diversas e compreendê-las constituíam, não só uma razão de ser de felicidade, de abundância e riqueza, mas também um título para o superior respeito dos homens e para a superior consideração de toda a gente. Sabendo, ficávamos de alguma maneira sagrados, deificados... Se minha mãe me parecia triste e humilde — pensava eu naquele tempo — era porque não sabia, como meu pai, dizer os nomes das estrelas do céu e explicar a natureza da chuva... (BARRETO, 2010, p. 16)

Desta forma, este trabalho se propõe a tratar o desmonte do Morro do Castelo e o destino dado aos seus moradores como parte de um política racista e eugenista do discurso elaborado pela elite intelectual branca, que, em nome do progresso e do ideal modernizador, pretendia remover para fora da “cidade aburguesada” tanto os castelenses como os demais grupos sociais que viviam em torno do morro, numa tentativa de invisibilizar a população de baixa renda que ali habitava, como também a herança da cultura africana. O que se buscou neste trabalho foram as visões elaboradas sobre o morro, seus moradores e o processo de arrasamento, através das impressões legadas por Lima Barreto.

Como professora de História, procuro explorar um Lima Barreto memorialista de si mesmo, da cidade e do subúrbio; suas percepções e memórias, na condição de testemunhos históricos. Isso significa não só estudar a produção e ficcional e não-ficcional, que foi publicada, principalmente, nos periódicos de pequeno porte.

Portanto as atenções se voltam para o sujeito histórico Lima Barreto: “seus “métodos de escrita, suas relações entre o ambiente letrado carioca; as memórias, imagens e registros do Rio de Janeiro em quase toda a sua obra, traçando perfis psicológicos de personagens, que em alguns casos, se confundiam com o próprio Lima e suas impressões legadas em romances, contos, crônicas e escritos pessoais. (BELCHIOR, 2011, p.29).

Neste caso, a metodologia concebe o texto literário como fonte histórica. Nesse sentido, torna-se necessário reconstruir as condições históricas de produção e recepção da obra literária. Para tanto, pretendemos analisar os discursos e os ideais que legitimaram e motivaram as remodelações urbanas de 1904-1922, assim como das disputas sociais existentes entre os discursos favoráveis e os contrários à demolição do morro.

Para tanto, utilizamos como ponto de partida as sinalizações apontadas por Lima Barreto, nas seguintes obras:

- *O Subterrâneo do Morro do Castelo* que foi publicado entre 28 abril e 03 de junho 1905, em forma de folhetim, no jornal Correio da Manhã, *O subterrâneo do morro do Castelo* foi uma forma de se manter viva a memória das pessoas que foram removidas de lá e que acabaram fundando as primeiras favelas da cidade, demonstrando também que os ideais de ordem e progresso não pretendiam a inclusão das camadas mais carentes da população;
- *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, lançado em 1909, foi o seu primeiro livro, trata-se de uma obra autobiográfica. É fácil a associação do próprio autor com Isaías Caminha. De fato, em sua tentativa de ascensão profissional, o escritor enfrentou os mesmos preconceitos raciais que marcaram a trajetória do personagem principal, a

forma como o mesmo é tratado pela sociedade, só evidenciam o preconceito e a discriminação praticados pela sociedade da época, bem como a forma como o negro era visto e como ele mesmo também se via em um espaço cosmopolita e branco;

- *Diário Íntimo* que foi publicado postumamente, em 1953, graças ao trabalho empreendido por Francisco de Assis Barbosa, Lima Barreto expõe a consciência que tinha do absurdo que era separar os homens pela cor de sua pele, considerando inferiores aqueles de pele mais escura, de fato a obra se constitui em uma coleção de anotações e observações feitas por Lima Barreto, na qual o mesmo fala de si, bem como de sua intimidade, a vida privada, seus parentes e amigos, do seu vício pelo álcool, suas passagens pelo Hospício, bem como dos seus sentimentos mais íntimos. Foi nas páginas do diário íntimo que ensaiou seu ofício de cronista, com textos onde a cidade do Rio de Janeiro era descrita, defendida e homenageada; e
- *Diário do Hospício e o Cemitério dos Vivos*, enquanto o primeiro consiste num conjunto de registros feitos por Lima Barreto, durante sua segunda internação no Hospício Nacional de Alienados, compreendida entre 25 de dezembro de 1919 e 02 de fevereiro de 1920, enquanto que no segundo, o personagem-narrador Vicente Mascarenhas descreve sua vida de forma muito semelhante com a própria biografia do autor. Ambos os livros possuem uma relação direta, uma vez que Lima Barreto procurou registrar suas experiências e impressões, sinalizando suas perdas, recompondo detalhes das relações entre médicos, pacientes e enfermeiros, bem como a própria medicina e o tratamento dispensado aos pacientes com transtornos psiquiátricos, reconstruindo experiências e situações impregnadas de conceitos racistas.

Um dos biógrafos e críticos que fundamentaram a parte investigativa da obra de Lima Barreto foi: Francisco de Assis Barbosa⁷, que publicou *A vida de Lima Barreto* (1952), sendo este um marco para os estudos sobre o escritor. Todo o processo de pesquisa teve início na década de 1940, quando o jornalista foi incumbido pelo editor Zélio Valverde de reunir os manuscritos de Lima Barreto com vistas a então inédita publicação de suas obras completas. Desde então, Assis Barbosa passou a se interessar pela vida de Lima Barreto, e, já com o propósito de produzir uma biografia, entrevistou parentes, amigos e pessoas mais próximas a

⁷ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2002. Barbosa (1907- 1991), paulista de Guaratinguetá, formou-se em Direito pela Universidade do Brasil. Nesse período, foi redator de periódicos estudantis como o *Polêmica*. Após a conclusão do curso, passou a atuar em jornais da grande imprensa carioca, como *Última Hora* e *Correio da Manhã*. Em dezembro de 1970, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, derrotando o jurista Miguel Reale.

Lima Barreto, até mesmo ex-colegas da Escola Politécnica e do Liceu de Niterói. Publicada quase uma década após o início da pesquisa, *A vida de Lima Barreto* ainda é considerada “uma das biografias mais importantes já publicadas no Brasil” (BELCHIOR, 2011, p. 20). Segundo Assis Barbosa, o legado deixado por Lima Barreto incluía um apreciável contingente de manuscritos inéditos, como: o *Cemitério dos Vivos* (romance apenas iniciado); os fragmentos do *Diário Íntimo*, e cerca de trezentas cartas e bilhetes dentre correspondência ativa e passiva.

As escritoras Beatriz Resende e Raquel Valença, ambas compilaram, organizaram e publicaram, em quase sua totalidade, as crônicas de Lima Barreto que foram escritas durante o período de 1890 a 1922, ambas analisam a intensa relação do escritor com os jornais e revistas cariocas, quando o mesmo ainda era um estudante de engenharia da Escola Politécnica. Entretanto, ambas as autoras enfatizam que, a sociedade brasileira do início do século XX, extremamente racista e preconceituosa, tendo sido o Brasil o último país do mundo a abolir a escravidão, quando Lima Barreto tinha sete anos, não estava disposta a permitir que um afro-americano, neto de escravos, integrasse a elite intelectual.

Um dos teóricos que fundamentou este trabalho foi Michael Foucault que em suas obras: *História da Loucura*, *A Ordem do Discurso* e *Em Defesa da Sociedade*, reconstitui o surgimento de diversas instituições de internamento na Europa – hospitais gerais, *workhouses*, casas de correção, entre outros. – que reaproveitaram a antiga estrutura do leprosário, e que progressivamente foram se tornando espaço de exclusão social, considerando a diminuição dos casos de lepra, a partir do final da Idade Média. Essas instituições encerravam toda sorte de indivíduos considerados “a-sociais”: pobres, desempregados, doentes venéreos, correccionários e os julgados insanos.

Os hospitais gerais não eram necessariamente estabelecimentos médicos, visto que sua função estava mais relacionada à segregação do que à ideia de tratamento. Somente no século XIX, com o desenvolvimento da psiquiatria, a medicina iria reivindicar a insanidade como objeto; ainda assim, o hospício continuará a representar, de acordo com Foucault, um espaço de segregação que cria alienação.

Já na *Ordem do Discurso*, Foucault discorre sobre a seguinte hipótese: em todas as sociedades a produção de discursos é regulada, selecionada, organizada e redistribuída caracterizando, portanto, o poder da palavra e os eventuais perigos decorrentes dela, quais sejam: os procedimentos exteriores de controle e delimitação do discurso, procedimentos internos de controle e delimitação do discurso, imposição de regras aos sujeitos do discurso.

O livro *Em defesa da sociedade* é fruto de uma compilação de aulas expositivas ministradas durante um curso no *Collège de France*, nos anos de 1975-1976. Nele, Foucault faz uma comparação entre a tecnologia disciplinar do corpo regulamentadora da vida e a tecnologia disciplinar do corpo. Portanto, desde o fim do século XVIII, Foucault sugere que as guerras foram, de fato, uma guerra de raças. “Eu gostaria agora de lhes mostrar como o tema da raça vai, não desaparecer, mas ser retomado em algo muito diferente que é o racismo de Estado” (FOUCAULT, 1999, p. 285). Essa introdução, justificaria o que aconteceu depois, no século XIX, que se configurou em uma “tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo [...] uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (p. 286).

Essa estatização fez com que a psiquiatria fizesse uso da função moralizadora para justificar a interdição e a internação dos sujeitos, fazendo do hospício o seu grande mecanismo de controle. Naquele contexto, o hospício recebeu “a função de depósito necessário, em uma sociedade que recém se organizava para a vida urbana e para as disciplinas da fábrica, assumindo as tarefas iniciais de organizar, limpar e docilizar o mercado de trabalho eliminando suas “sobras” e “detritos” (CUNHA, 1996, p. 128).

Neste processo de estatização, ocorreu a problematização da vida dentro do campo da política. No final do século XIX, a vida biológica assume um papel fundamental nas estratégias biopolíticas da razão moderna de Estado. A vida, em sua dimensão eminentemente biológica, começou a ser problematizada no campo do pensamento político, da análise do poder político, ao incorporar tecnologias que se materializam em estratégias de biopoder, de controle disciplinar dos corpos e das mentes da população.

Feito isso, o autor parte para uma explicação da teoria clássica da soberania. O que seria o poder soberano? Segundo Foucault, seria o direito de vida e de morte, significa que o soberano pode fazer morrer e deixar viver, ou seja: “a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana” (FOUCAULT, 1988, p. 127-136). A interpretação do direito soberano seria justificada pelo direito de morte, é por poder matar que o soberano domina seus súditos, e exerce direitos sobre a vida dos mesmos. Com as transformações do direito político, no século XIX, ocorre uma inversão desse direito, que se torna o poder de fazer viver e de deixar morrer. Na verdade, Foucault afirma que essa inversão não é um atributo do século XIX e que, desde o contrato social, os súditos delegavam poderes ao soberano porque queriam que esse lhes protegesse a vida, e foi assim que suas vidas se tornaram um direito do soberano.

Foucault analisa também o nível dos “mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 288) que intervêm diretamente no corpo do indivíduo, como

uma tecnologia disciplinar do trabalho, que regulava o corpo, sua localização espacial, exercícios a serem realizados, entre outras coisas. A essa tecnologia disciplinar se soma a uma outra que, durante o século XVIII, se direciona não ao “homem-corpo”, mas ao “homem-espécie”, essa outra e nova tecnologia disciplinar “tenta reger a multiplicidade dos homens, na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos.” (FOUCAULT, 2004, . 289).

A essa forma política, Foucault chamou de “biopolítica da espécie humana”; significa que depois de ter poder sobre o indivíduo, o poder também é exercido sobre um grupo, “massa global” (diz respeito, entre outras coisas, aos controles de natalidade e mortalidade, e também controle de epidemias que prejudicavam a política, desde a Idade Média).

Segundo Foucault, essas tecnologias foram aplicadas, no final do século XVIII, nas endemias, pois esse tipo de fenômenos

[...] trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior de higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população. (FOUCAULT, 1999, p. 291).

É da natalidade, da mortalidade, das incapacidades biológicas, dos efeitos do meio (meio geográfico, climático, hidrográfico, problemas dos pântanos, das epidemias, entre outras), que se ocupa a biopolítica, e é daí que ela extrairá seu saber e definir o campo de intervenção do seu poder.

A biopolítica lida com a população, que é um corpo novo, que até então não havia surgido, nas teorias anteriores. Recordamos que a teoria do direito só conhecia o indivíduo e a sociedade. As disciplinas lidavam com esse indivíduo e seu corpo. A biopolítica trata justamente da “população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder”, ou seja, a biopolítica entre outras coisas, vai prover mecanismos de previdência em torno de eventos aleatórios, que são inerentes a um grupo social, a uma população de seres vivos, e buscará otimizar um estado de vida, buscando estados globais de equilíbrio. (FOUCAULT, 1999, p. 292-293)

Outro crítico que que embasou este trabalho foi Jacques Le Goff (1996), no seu livro *História e Memória*. A obra foi dividida em 10 capítulos e publicada em 1988. No prefácio, o autor produz um estudo aprofundado sobre a história, exclamando se esta tem sentido ou se existe sentido nela. A história, portanto, é erudita, sendo também entendida como uma prática social que conseguiu, ao seu modo, passar das limitações da transmissão oral. O documento é monumento e cabe ao historiador respeitar sua especificidade. O calendário, por exemplo, é

uma forma de a sociedade domesticar o tempo natural. Ligado à cultura, o calendário dialoga com as ciências da natureza e vida.

Le Goff (1996) defende que a disciplina poder ser divididas em duas: a história da memória coletiva e a dos historiadores. O documento é um texto e por isso um discurso, e por esse viés o autor afirma que o documento, o monumento e os textos nunca são puros. A objetividade do historiador não é somente uma omissão aos fatos, pois se ele possui gostos pessoais, seu trabalho deve ser guiado por critérios científicos, tanto que a filosofia da história é uma reflexão crítica da prática historiográfica. A história pode ser conto, mas, ao mesmo tempo ela é poética, científica e filosófica e gênero literário (mas não literatura), ela possui seu método dedutivo, possui uma face sinistra e misteriosa (ao tocar em assuntos como morte e sofrimento).

Ainda segundo Le Goff (1996), o que sobrevive do passado não é o que realmente existiu, e sim o que os historiadores escolhem para estudar, pois se o documento é a escolha do historiador, o monumento é a herança do passado. Monumento é originário de *monumentum* (*monere*), ou seja, “fazer recordar”. A história só existe, devido aos documentos. Por volta de 1960 ocorreu uma explosão de fontes, sendo que Le Goff (1996) aponta que a revolução documental tende a substituir os próprios documentos. O autor enfatiza que todo documento também é monumento e que essencialmente, todo documento também é mentiroso, dadas suas origens de produção.

No primeiro capítulo, buscamos ter uma aproximação com o universo de Lima Barreto. Isso significou escrever sobre a sua trajetória de vida, estudamos sua produção ficcional e não-ficcional, investigando suas percepções dos efeitos da sociedade racializada em sua vida pessoal e na de outras pessoas negras – personagens reais ou fictícias. Assim, utilizamos nessa seção principalmente o livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e as biografias do autor, escritas por Francisco de Assis Barbosa e Lilian Schwartz, bem como as análises da obra do autor empreendidas por Beatriz Resende e Raquel Valença.

No segundo capítulo, nos atemos mais detidamente ao arrasamento do Morro do Castelo, recorrendo ao seu passado histórico, desde a fundação da Cidade, até o seu aniquilamento quase total em 1922, ano coincidente à morte de Lima Barreto. Neste sentido, buscamos neste resgate histórico dar voz aos castelenses tanto através da obra ficcional de Lima em *OSMC*, quanto a partir dos depoimentos orais de dois dos antigos moradores do Morro, registrados no Museu da Imagem do Som nos anos 1980, bem como dos engenheiros envolvidos na reforma urbana. Com isso, podemos confrontar diferentes visões sobre a

localidade, traçando um painel que abrange a visão do cronista literato Lima Barreto, dos populares habitantes e dos agentes diretos de transformação urbana.

No terceiro capítulo, analisamos como remoções dessa natureza e outras ocorridas à época foram projetos de poder respaldados pelo saber médico-sanitarista e colocados em prática pelos prefeitos engenheiros. Enquanto os médicos-sanitaristas identificavam nas precárias condições de vida da população pobre as causas, por exemplo, de epidemias, os engenheiros ficaram com a tarefa de remodelação da geografia da cidade, removendo grandes massas populacionais do Centro da Cidade, ao passo que o saber psiquiátrico criminalista determinava quem poderia ocupar os espaços públicos. Neste sentido, vale ressaltar que, nesta seção que data de período anterior às remoções, ocorreu a criação de institutos de controle psiquiátrico e sociorracial como a Casa de Correção da Cidade do Rio de Janeiro (fundada em 1850), o Hospício Pedro II (1841), onde Lima Barreto foi internado e escreveu a obra sobre que se detém este capítulo, isto é, *Diário do Hospício e Cemitério dos Vivos*, e o Presídio Hélio Gomes (1856), todas criadas seguindo o modelo francês analisado por Michel Foucault, em sua obra.

2. LIMA BARRETO: “É TRISTE NÃO SER BRANCO”

Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contato pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me. Encontrei Juca Floresta. Fiquei tomando cerveja na barca e saltei. É triste não ser branco. (BARRETO, 1961, p. 57)

Antes de falar do escritor, romancista, cronista, jornalista e cidadão Lima Barreto, faz-se necessário compreender a trajetória intelectual do Autor, não como um dado planejado, em que o indivíduo Afonso Henriques de Lima Barreto, aluno do curso de engenharia é o mesmo Lima Barreto escritor, literato e crítico social, ou seja, num sentido linear da existência. Por isso, “precisamos observar as suas experiências multifacetadas, pois estas serviram de “ingredientes” que possibilitaram, ou no mínimo agiram conjuntamente a outros mecanismos na constituição de Lima enquanto literato”. (SILVA, 2018, p. 26)

Com o intuito de realizar uma leitura dos textos barretianos, a partir da visão dos indivíduos que eram excluídos do ideal modernizador e estavam inseridos na linha da pobreza, faz-se necessário uma visão mais ampla acerca de Lima Barreto, e conseqüentemente dos seus escritos. É imprescindível analisar os *lugares de fala* do escritor: do estudante de engenharia da Escola Politécnica que não concluiu seus estudos e teve que lidar com a questão de ser um rapaz pobre e negro, tendo que conviver com a elite branca abastada e preconceituosa; da loucura repentina de seu genitor e de sua necessidade de se tornar, ainda muito jovem, arrimo de uma família numerosa vivendo à beira do desespero em eminente degradação social; do funcionário público do Ministério da Guerra totalmente insatisfeito com o emprego, que também teve que conviver com os discursos raciais que relegavam os negros ao desaparecimento.⁸

⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. Departamento de Antropologia/ Universidade de São Paulo, vol.18, n.1, jan-mar. 2011, p.225-242. Entre 26 e 29 de julho de 1911 o Brasil participou, oficialmente do Congresso Universal das Raças, realizado em Londres. Financiado pelo governo do Marechal Hermes da Fonseca e apoiado cientificamente por seu assistente no Museu Nacional, o então jovem antropólogo Roquette-Pinto -, João Baptista de Lacerda (1846- 1915) foi o cientista eleito para representar o Brasil naquele evento. Naquele contexto, o Brasil era conhecido por ser um "laboratório racial", sobretudo pelos viajantes europeus e norte-americanos. O Brasil servia como um exemplo do cruzamento extremado de raças, algo que, no período, era visto como extremamente negativo: representávamos um exemplo de degeneração(...). De problema, o cruzamento racial se convertia em solução, e nosso enviado oficial apostava em uma espécie de mestiçagem redentora, que se lograria a partir de algumas políticas públicas concernentes à imigração; de algumas certezas da ciência que apostava na seleção – branca – dos mais fortes, e com alguma fé. O fato é que a tese era abusada: em um século, e após três gerações, seríamos brancos. Lacerda havia chegado a essa conclusão, a partir dos dados levantados por Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), o qual trabalhara, por sua vez, com estatísticas de 1872 e 1890. O então jovem antropólogo constatara que a população negra e indígena vinha declinando progressivamente, e que o embranquecimento da população era “fato cientificamente observado” (citado por Souza, 2009, p.47). Não obstante, previsões são sempre traiçoeiras, e como dizia o Conselheiro Aires,

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881, no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, então Município Neutro do Império, e faleceu na mesma cidade em 1 de novembro 1922, à época Capital da República. Filho de uma professora primária, Amália Augusta Barreto, que era filha da liberta Geraldina Leocádia da Conceição, e que pertenceu à segunda geração de escravizados da família. Maria da Conceição, mãe de Geraldina, foi a bisavó de Lima Barreto, tendo ela nascido em Moçambique e sido trazida para o Brasil, em um navio negreiro provavelmente no início do século XIX. Segundo Francisco de Assis Barbosa (2002, p.39), há fortes indícios para se acreditar que Manuel Feliciano Pereira de Carvalho, o avô materno de Lima Barreto, era patriarca da família Pereira de Carvalho tendo sido cirurgião-mor do Exército, Diretor da Faculdade de Medicina e Presidente da Academia Imperial de Medicina, Conselheiro do Imperador Pedro II e denominado Patriarca da Cirurgia Brasileira, nunca tendo reconhecido a filha, futura mãe de Lima Barreto, como legítima, mas lhe teria dado toda educação formal da época. O pai de Lima Barreto foi o tipógrafo João Henriques de Lima Barreto, que o escritor definiu da seguinte maneira: “era preto, quase mulato. Nascera liberto, (...), mas trazia na pele o estigma da cor”. (BARBOSA, 2002, p. 37)

Lima Barreto teve sua vida conturbada em diversos momentos, desde a morte da mãe, aos sete anos, até a marginalidade social à qual sempre esteve entregue. Durante a infância e adolescência, o padrinho, o Visconde de Ouro Preto, o auxiliou patrocinando seus estudos, tendo o escritor frequentado o Liceu Popular de Niterói. Desde muito pequeno, o escritor conviveu, por força do destino, com a loucura, uma vez que o mesmo Visconde de Ouro Preto ajudou o pai de Lima, que era tipógrafo da Imprensa Régia, no período imperial, mas que perdera o emprego quando da Proclamação da República, a conseguir uma ocupação em um antigo asilo de mendigos na Ilha do Governador, transformado por ele em uma colônia de alienados. Assim, o jovem Lima, filho do almoxarife da Colônia, fora viver com o pai e os irmãos neste que era um sítio onde pessoas como o velho preto Manuel de Oliveira, um africano contador de história, recolhido como mendigo foi o primeiro amigo de Lima Barreto (BARBOSA, 2002, p. 7)

No mesmo dia de seu aniversário em 1888, já com 7 anos de idade, assistiu, juntamente com seu pai, à assinatura da Lei Áurea, e em 1911, o escritor descreveria as suas impressões a respeito desse acontecimento:

grande figura da galeria impagável de tipos de Machado de Assis, as coisas só são previsíveis quando já aconteceram. Apesar de não sermos todos brancos em 2011, Lacerda era mesmo um bom profeta para seu tempo.

Estamos em maio, o mês das flores, o mês sagrado pela poesia. Não é sem emoção que o vejo entrar. Nasci sob o seu signo, a treze, e creio que em sexta-feira; e por isso, também à emoção que o mês sagrado me traz, misturam-se recordações da minha meninice. Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia dos teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no Largo do Paço. Eu tinha sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça. Eu me recordo, nunca conheci uma pessoa escrava. Criado no Rio de Janeiro, na cidade, onde já os escravos rareavam, faltava-me o conhecimento direito da vexatória instituição, para lhe sentir bem os aspectos hediondos. (BARRETO, 1961, 8 Maio”, Gazeta da tarde, 04/05/1911)

Em 1902, na véspera da Festa de Nossa Senhora da Glória, de quem Lima Barreto e o pai eram devotos, após uma sequência de vários delírios, no qual afirmava ser perseguido pela polícia, João Henrique sofreu um surto neurastênico e foi diagnosticado como louco, ficando assim até sua morte, a 3 de novembro de 1922, dois dias após a de seu filho. Afirma-se que no dia da morte de Lima Barreto, João Henrique teve um único momento de lucidez ao perguntar pelo filho (BARBOSA, 2002, p.360). Cabe ressaltar que foi por causa da doença do pai que Lima Barreto mudou-se com a família para o subúrbio, para o bairro do Engenho Novo, responsabilizando-se, como já dissemos, a partir daí, pela chefia da casa.

2.1 De jornalista amador a empreendedor frustrado

Em 1897, Lima ingressou no curso de engenharia da tradicional Escola Politécnica do Largo de São Francisco, desde então, passou a colaborar com os principais jornais universitários como *A Lanterna*, utilizando pseudônimos como Alfa Z ou Momentos de Inércia. Os textos dessa época faziam críticas à vida acadêmica e à arrogância dos professores. Segundo Francisco de Assis Barbosa, o ambiente da Escola o asfixiava. Lima sofria em ter que conviver, obrigatoriamente, com colegas ricos. Nessa fase de sua vida, percebeu que a sua origem humilde o tornava diferente de outros rapazes de sua idade, filhos de famílias ricas e tradicionais.

Não demorou muito para que Lima Barreto percebesse que, em um país que somente havia abolido a escravidão, quando o mesmo já tinha sete anos, a sociedade brasileira não estaria disposta a permitir que um “mulato”, neto de escravizados, pudesse se formar em engenharia, em uma das escolas, até então, mais prestigiadas do país. Tendo sido reiteradamente reprovado

pelo professor de mecânica, sendo da época o surto do próprio pai, Lima se viu obrigado a deixar a Politécnica.⁹

Em 1903, Lima faz concurso para o cargo de amanuense da Secretaria da Guerra, mas sempre atento as novas publicações, livros, reportagens, nunca deixou de esconder a amargura que sentia no seio familiar. Assim escreveu em seu *Diário Íntimo* datado de 01/01/1905:

(...) Hoje, dia de Ano Bom (1 de janeiro de 1905) levantei-me como habitualmente às sete e meia para as oito horas. Fiz a única ablução do meu asseio, tomei café, fumei um cigarro e li os jornais. Acabando de lê-los, arrumei as paredes do meu quarto. Preguei aqui, ali, alguns retratos e figuras, e ele tomou um aspecto mais garrido. Há, de mistura com caricaturas do *Rire* e do *Simplicissimus*, retratos de artistas e generais. Não faz mal; nesse aspecto baralhado ele terá o aspecto da vida ou da letra “A” do dicionário biográfico, que traz Alexandre, herói de alto coturno, e um Antônio qualquer, célebre por ter inventado certa pomada. Como a casa me aborresse, não unicamente pela tristonha moléstia de meu pai, mas por ela em si, com quem nunca me acomodei, resolvi dar uma volta. (BARRETO, 1961, p.24)

Segundo Assis Barbosa: "Lima Barreto era, de fato, pronunciadamente mulato, sem disfarces, cabelo ruim, pele azeitonada." (BARBOSA, 2002, p.112). “É triste não ser branco”¹⁰ escreveu Lima Barreto em seu *Diário íntimo*, resumindo numa confidência amarga todas as limitações que sofria. Mais do que um complexo, a cor era uma barreira para a sua vocação de escritor¹¹. Tinha que transpô-la, mesmo que não conseguisse vencer o complexo". (BARBOSA, 2002, p.144).

Durante toda a sua vida, Lima Barreto precisou conviver diariamente com o pensamento reinante, de que a cor da pele deixava de ser um qualitativo e passava a ganhar um caráter

⁹ Segundo Francisco de Assis Barbosa, na época em que Lima Barreto estudou na Escola Politécnica haveria ocorrido um episódio de racismo que pra sempre a vida do escritor: “O fato é que, ao tomar conhecimento do nome bonito do novo colega - Afonso Henriques de Lima Barreto-, um veterano mal-humorado fizera para o secretário da Escola, Sousa Ferreira, o seguinte comentário: - Vejam só! Um mulato ter a audácia de usar o nome do rei de Portugal!” (BARBOSA, 2002, p.112)

¹⁰ “É triste não ser branco”, segredava numa das páginas do seu *Diário Íntimo*. Um dia, porém, desabafou-se em confidência ao companheiro de quarto, o bom Nicolao Ciancio. Em poucas linhas o caso pode ser resumido. Uma noite, por falta de céu, deixou de haver exercícios práticos de astronomia. Sem ter o que fazer, um grupo de estudantes desceu ruidosamente a ladeira do Observatório, então localizado nas alturas do Morro do Castelo. Eram muitos, e no meio deles Lima Barreto, Bastos Tigre e Nicolao Ciancio. Chegando à planície o bloco caminhou até em direção ao Teatro Lírico. Bastos Tigre, o chefe do bando, lembrou aos companheiros que a Companhia Italiana chegada ao Rio havia pouco, ensaiava *Aída*. E propôs que todos pulassem o muro dos fundos do velho teatro para assistirem ao espetáculo de carona (...) Todos haviam topado a estudantada. Todos, menos Lima Barreto. Este não tivera coragem de pular o muro (...) - Por que você não veio?
- para não ser preso como ladrão de galinhas?!
- Sim., Preto que salta muros de noite só pode ser ladrão de galinhas.
- Ah! Vocês, brancos eram "rapazes da Politécnica". Eram acadêmicos. Fizeram uma estudantada... Mas eu? Pobre de mim. Um pretinho. Era seguido logo pela polícia. Seria o único a ser preso”. (BARBOSA, 2002, p.113/114)

¹¹ “Sozinho, no silêncio do quarto pobre da pensão da Rua das Marrecas, devia chorar como Isaías. Nessas horas, vinha-lhe com certeza um assomo de ódio, de raiva má, assassina e destruidora; um baixo desejo de matar, de matar muita gente”. (BARRETO, 2010, p.102)

essencial, passando a revelar o ser de uma pessoa. A construção da ideia de raça, no século XIX, estruturou por meios rígidos, segundo Gislene A. Santos, uma acentuada diferença entre brancos e negros. Havia inclusive um manual da estética branca em que:

O branco é o símbolo da divindade ou de Deus. O negro é o símbolo do espírito do mal e do demônio. O branco é o símbolo da luz... O negro é o símbolo das trevas, e as trevas exprimem simbolicamente o mal. O branco é o emblema da harmonia. O negro, o emblema do caos. O branco significa a beleza suprema. O negro, a feiura. O branco significa a perfeição. O negro significa o vício. O branco é o símbolo da inocência. O negro, da culpabilidade, do pecado, ou da degradação moral. O branco, cor sublime, indica a felicidade. O negro, cor nefasta, indica a tristeza. O combate do bem contra o mal é indicado simbolicamente pela oposição do negro colocado perto do branco¹². (SANTOS, 2002, p. 58)

As contínuas reprovações na Escola Politécnica o aborreciam demais, não só por ele próprio, mas também pelo pai que sonhava em ver o filho doutor. Enquanto aluno daquela instituição, Lima Barreto sofreu várias reprovações pelo lente Licínio Cardoso. Segundo Assis Barbosa:

João Henriques não desistia de ver o seu filho formado. A autoridade moral do almoxarife obrigava o estudante desgostoso a prosseguir nas suas tentativas sempre malogradas. Lima Barreto não tinha dúvida de que estava sendo perseguido por Licínio Cardoso, convicção esta que os anos fizeram confirmar. Preto, pobre, tinha que ser reprovado sempre. Sentir-se assim cada vez mais, humilhado. Contudo, o pai insistia com ele para que continuasse nos estudos. Ignorava decerto o drama em que o filho se debatia. Do contrário não exigiria tanto sacrifício. (BARBOSA, 2002, p.17).

Além de *A Lanterna*, Lima colaborou também no jornal humorístico *Tagarela*, no semanário *O Diabo*, na revista *Quinzena Alegre* e na *Revista Época*, todos estes jornais de pouca expressão e de curta duração. Apesar de a colaboração barretiana ter sido, inicialmente, pouco expressiva e não abordarem a cidade do Rio de Janeiro como tema primordial, elas conseguiram deixar registrada a tentativa do futuro escritor em ingressar no jornalismo.

Somente a partir de 1905, Lima Barreto passou a escrever para um jornal de maior projeção: o *Correio da Manhã*. Apesar de ter sido breve, a sua passagem por este periódico foi intensa. Naquele periódico, Lima escreveu vinte e dois textos, todos anônimos, sobre as primeiras escavações do Morro do Castelo, na altura da praia de Santa Luzia.¹³ Apesar de os textos estarem apócrifos, segundo Francisco de Assis Barbosa, não foi difícil identificar o autor

¹² Segundo W. Cohen, na sua obra **Français et africain**. Paris, Gallimard, 1980, p. 307. Esta oposição branco/preto foi tematizada por todos os simbolistas, incluindo Cruz e Souza

¹³ KOK, Glória. **Rio de Janeiro na época da Avenida Central**. São Paulo: Bei Comunicação, 2005. p. 30-31

da obra publicada, uma vez que de uma grande parte dela ficaram laudas escritas à mão naquela letra inconfundível que pertencia a Lima Barreto. (BARBOSA, 2002, p. 114).

No início, uma dúvida nos surge: o porquê de os textos de Lima Barreto terem sido publicados sem assinatura.¹⁴ Ao fazermos uma leitura completa da série de crônicas Os subterrâneos do Morro do Castelo fica muito claro o modo como elas abordavam, ironicamente, a demolição de parte da colina, como também das medidas adotadas pelos reformadores.

Feita as primeiras escavações, o que se descobriu não foi mais do que algumas galerias subterrâneas, que guardavam pouco material sem valor monetário. Tais fatos foram responsáveis, pelo menos, pela estreia de Lima Barreto no jornalismo profissional. No Correio da Manhã, diário carioca mais importante da Primeira República, o escritor atuou como jornalista de campo, sendo testemunha ocular do início das obras de construção da principal artéria urbana, a Avenida Central, mas que implicaria na demolição de parte da colina (morro do Castelo). No 3º capítulo, nos detemos melhor nesse assunto.

As crônicas de Lima Barreto ora foram publicadas na primeira página, ora na segunda entre 28/04 a 03/06/1905; após essa data, não se tem nenhum indício do cronista, nas páginas do jornal Correio da Manhã. Não se sabe o motivo que levou Lima Barreto a deixar de contribuir para este periódico, o único fato que ficou bem explícito foi o de ter, até a sua morte, um grande ressentimento, principalmente com Edmundo Bittencourt, o então diretor responsável pelo jornal. Tanto é que, ao escrever uma lista dos jornais e revistas em que colaborou ao longo de sua carreira, Lima jamais mencionou o jornal Correio da Manhã.¹⁵

Entre 1905 até 1909, Lima Barreto se manteve em silêncio na grande imprensa. Apesar de em 1908 ter organizado praticamente sozinho a Revista Floreal, o empreendimento somente durou até o quarto número, por falta de dinheiro. A intenção do escritor era de ter um local autônomo para divulgar sua visão independente e militante na contramão dos “mandarins da literatura” e do grande jornalismo, das iniciações humilhantes que cerceariam sua liberdade de pensamento como escritor. (BARBOSA, 2002, p.175).

¹⁴ A resposta a essa questão demandaria outro estudo, já que o objetivo deste trabalho não é se debruçar sobre tal investigação.

¹⁵ RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel (orgs.). **Lima Barreto: Toda Crônica**: Volume I (1890-1919). Rio de Janeiro, Agir, 2004, p. 49.

2.2. Recordações do Escrivão Isaías Caminha: o contraditório abrir e fechar de portas

Apenas em 1909, ele publicou seu romance de estreia *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Trata-se de um romance com muitos traços biográficos do autor. Aborda o ambiente dos jornais cariocas, no início do século XX, e suas intrigas e mesquinhas. Inicialmente, foi publicado em folhetim nos periódicos do final da primeira década do séc. XX. O autor tinha a intenção de trazer para o debate, além de um papel militante para a literatura, questões sociais como racismo e as relações entre imprensa e poder público, durante a República Velha. A imprensa é apresentada como ferramenta de exercício de poder, demonstrando nos seus bastidores, os interesses que movem suas reportagens, bem distantes dos interesses coletivos. Ou seja, era feita para parecer imparcial, sem sê-lo.

Lima Barreto foi um crítico ferrenho da imprensa sensacionalista, ao denunciar em seu livro de estreia que o jornal *O Globo*, disfarce ficcional do poderoso *Correio da Manhã*, chefiado pelo magnata Edmundo Bittencourt, não media esforços para conquistar mais e mais leitores. Nem que para isso fosse necessário atropelar a ética com a invenção de fatos. Um crime bárbaro, que levou à morte um casal assassinado a facadas e decapitado, foi o suficiente para levar uma multidão à porta da redação do jornal *O Globo*, em busca de maiores esclarecimentos sobre o ocorrido. Isaías Caminha, narrador-personagem da história, conta a repercussão daquele acontecimento com a imensa curiosidade mórbida que o cercava:

A multidão, em frente ao jornal, aumentava sempre. Muitos subiam pedindo informações. A curiosidade era geral; o crime impressionara a população. Por essa estranha e misteriosa faculdade das multidões, aquele caso, vulgar um mês antes ou depois, naquele dia tomou a proporção de um acontecimento, de um fato pouco comum (BARRETO, 2010, p. 139-140).

Por meio de Isaías Caminha, o autor faz uma aguda crítica à classe dos jornalistas, incluindo também, uma avaliação radical do empresariado da comunicação, representado no livro por Ricardo Loberant:

O que observei neles, no tempo em que estive na redação do O Globo, foi o bastante para não os amar, os imitar. São em geral de uma lastimável limitação de ideias, cheios de fórmulas, de receitas, só capazes de colher fatos detalhados e impotentes para generalizar, curvados aos fortes e às ideias vencedoras, e antigas, adstritos a um infantil fetichismo do estilo e guiados por conceitos obsoletos e um pueril e errôneo critério de beleza. (BARRETO, 2010, p. 78).

Diário Íntimo, de Lima Barreto, apresenta marcações cronológicas que compreendem o período 1900 a 1920, tendo sido publicado pela primeira vez, em 1953, pela Editora Mérito.

Recebeu ainda uma nova roupagem em versão definitiva e aumentada pela Brasiliense. Nele podemos observar o olhar voraz, atento, flagrante e, acima de tudo, singular lançado sobre os acontecimentos do cotidiano, a partir do qual Lima Barreto mostrou as contradições que levaram ao silenciamento da história referente à cidade do Rio de Janeiro. Desta maneira, o escritor fez de sua materialidade literária, um elemento que pudesse expressar a angústia vivida à época, diante do palco de ilusões criado com a voga da *Belle Époque*.

A cidade do Rio de Janeiro abriu o século XX defrontando-se com perspectivas extremamente promissoras. Aproveitando-se de seu papel privilegiado na intermediação dos recursos da economia cafeeira e de sua condição de centro político do país, a sociedade carioca viu acumular-se vastos recursos enraizados, principalmente no comércio e nas finanças, mas derivando já também para as aplicações industriais.

Uma verdadeira febre de consumo tomou conta da cidade, toda ela voltada para a “novidade”, a “última moda” e os artigos *Dernier Bateau*. Quanto a esse deslumbramento dos sujeitos, frente aos produtos internacionais, trazemos um posicionamento de Lima Barreto em *Diário Íntimo*:

Pelo ar, a poeira forma uma película vítrea que fulgura o olhar, e do solo, com reverbero, sobe um bafio de forja que oprime os transeuntes. Não há por toda a praça uma nesga sombra e as pessoas que saltam dos bondes, caminham apressadamente para a doçura amiga da Rua do Ouvidor. Vão angustiadas, e oprimidas, parecendo tangidas por ocultos carrascos impiedosos. (BARRETO, 1961, p. 01).

Ao analisar as obras de Lima Barreto, sempre vem à tona o posicionamento militante do escritor, principalmente, no que tange aos conservadorismos vigentes no Brasil, que não deixavam de se espriar também pelo campo das Letras. Em uma clara crítica à República Oligárquica, cujas principais características eram: a plutocracia, o militarismo, o mandonismo, o clientelismo e o coronelismo, o escritor mantinha uma postura combativa, apesar de ter feito concurso para Secretaria da Guerra em 1903, e de temer sofrer retaliações:

É notório que aos governos da República do Brasil faltam duas qualidades essenciais a governos: majestade e dignidade. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil. Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na Ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre. [...] O Brasil já estava habituado a essa história. Durante 400 anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda. De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos. (BARRETO, 1961, p. 13).

Lima Barreto não acreditava nas propostas da República no que dizia respeito à ampliação de direitos civis e políticos. Ao longo de sua vida literária, ele teve a sensibilidade

em perceber as contradições do novo arranjo político. O escritor nunca escondeu o seu desgosto em relação aos políticos, aos membros da academia, à imprensa. Percebeu, ao longo do tempo, que além da velha barreira da classe social, existia um “novo sistema de dominação ideológica”, tomou para si em sua literatura a enorme tarefa de mostrar e denunciar a realidade óbvia, mas paradoxalmente oculta, do racismo:

Eu não sou literato, detesto com toda a paixão essa espécie de animal. O que observei neles, no tempo em que estive na redação do O Globo, foi o bastante para não os amar, os imitar. São em geral de uma lastimável limitação de ideias, cheios de fórmulas, de receitas, só capazes de colher fatos detalhados e impotentes para generalizar, curvados aos fortes e às ideias vencedoras, e antigas, adstritos a um infantil fetichismo do estilo e guiados por conceitos obsoletos e um pueril e errôneo critério de beleza. Se me esforço por fazê-lo literário é para que ele possa ser lido, pois quero falar das minhas dores e dos meus sofrimentos ao espírito geral e no seu interesse, com a linguagem acessível a ele. É este o meu propósito, o meu único propósito. Não nego que para isso tenha procurado modelos e normas. Procurei-os, confesso; e, agora mesmo, ao alcance das mãos, tenho os autores que mais amo. Estão ali O Crime e o Castigo de Dostoiévski, um volume dos contos de Voltaire, A Guerra e a Paz de Tolstói, o Rouge et Noir de Stendhal, a Cousine Bette de Balzac, a Education Sentimentale de Flaubert, o Antéchrist de Renan, o Eça; na estante, sob as minhas vistas, tenho o Taine, o Bouglé, o Ribot e outros autores de literatura propriamente, ou não. Confesso que os leio, que os estudo, que procuro descobrir nos grandes romancistas o segredo de fazer. Mas, não é a ambição literária que me move o procurar esse dom misterioso para animar e fazer viver estas pálidas Recordações. (BARRETO, 2010, p.39)

Em seus escritos, Lima sempre fazia grandes confissões, em o *Cemitério dos Vivos*, encontram-se desabafos do escritor, que “(...) não sentia nenhuma atração pelo ‘doutorado’ nacional, não sonhava seguir uma carreira de ‘doutor’ ” (BARRETO, 2010, p.123), embora tivesse consciência de que ser “doutor” significava ter muitas “qualidades”, inclusive “ser embranquecido”:

Com o diploma, o “pergaminho” da superstição popular [...] Tinha que obter um emprego adequado ao meu título, para isso era necessário dar passos que me repugnavam; arranjar pistolões [...] para não fazer feio, estudar, estar a par das coisas da profissão de que o Estado me investira solenemente [...] e, conquanto elas nada exigissem, eu ficava tacitamente obrigado a não expender umas certas opiniões radicais sobre várias questões que as podiam interessar. (BARRETO, 2010, p.127).

Lima Barreto sentia-se deslocado do meio em que vivia, sofria muito com o preconceito e tinha consciência de que sua formação escolar pouco serviria para fazer com que as pessoas o vissem de outra forma, isto é, sem discriminação, sem marginalizá-lo. O escritor questionava-se sobre o momento em que “Mandaria às urtigas o ‘pergaminho’, o canudo, o lacre, o grau, o retrato na tabuleta [...]” (BARRETO, 2010, p.127). Contudo, continuaria a enfrentar o preconceito, uma vez que vivia em um período acentuadamente marcado pela crença nas ideias racistas, quando o escritor aponta para:

[...] um formal desmentido ao professor Broca¹⁶ [...] esse homem afirma que a educação embeleza, dá, enfim, outro ar à fisionomia. Por que então essa gente continua a me querer contínuo, por quê? Porque o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto (BARRETO, 1961, p.26).

Ainda no livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* o narrador-personagem Isaías Caminha (o próprio Lima) declara:

[...] não é a ambição literária que me move ao procurar esse dom misterioso para animar e fazer viver estas pálidas Recordações. Com elas, queria modificar a opinião dos meus concidadãos, obrigá-los a pensar de outro modo, a não se encherem de hostilidade e má vontade quando encontrarem na vida um rapaz como eu e com os desejos que tinha há dez anos passados. Tento mostrar que são legítimos e, se não merecedores de apoio, pelo menos dignos de indiferença. Entretanto, quantas dores, quantas angústias! Vivo aqui só, isto é, sem relações intelectuais de qualquer ordem. Cercam-me dois ou três bacharéis idiotas e um médico mezinheiro, repletos de orgulho de suas cartas que sabe Deus como tiraram. Claudicam na ortografia, e um mesmo, o juiz municipal, acaba de publicar um artigo no Diário de Caxambi sobre a “Sociedade atual em face da Ciência”, onde fala em raios hertzianos [...] (BARRETO, 2010, p.87)

Segundo Gislene A. dos Santos, se durante a escravidão os afrodiáspóricos já eram desprezados por serem considerados inferiores, com o aprimoramento e alastramento das teorias raciais, após a Abolição, esse desprezo só aumentou. A questão era: se não eram inferiores, “por que não progrediram como os imigrantes que chegaram aqui com tão pouco tempo e já tinham alcançado algum avanço? Acrescendo um mito após o outro, inferioridade, vagabundagem, incompetência” (SANTOS, 2002, p. 119).

Além de promover a alienação do negro e de sua história, apregoando o seu caráter passivo e desinteressado, o movimento abolicionista visava a infundir uma imagem invertida do universo dos negros, a fim de que houvesse uma inversão de valores, em que a redenção foi concedida por homens brancos, e não devido às mais diversas formas de resistências empreendidas pelos negros escravizados. Dessa forma, “o movimento abolicionista funcionou como um grande estandarte dos interesses dos cidadãos brancos que pretendiam, de maneira racional e planejada, adequar o negro a um lugar que não gerasse incômodos à ordem emergente”. (SANTOS, 2002, p.120).

Talvez tenha sido pelos motivos acima descritos, que Lima Barreto escreveu em seu *Diário Íntimo* uma crítica feroz a José de Patrocínio, pois este além de ser afrodescendente,

¹⁶ Paul Broca (1824-1880) famoso anatomista e craniologista francês e estudioso da biologia humana. Para Broca, as diversidades humanas eram observáveis, principalmente, por meio da análise do crânio que era a parte mais importante para demonstrar as diferenças raciais (SCHWARCZ, 1993, p.53-54)

promoveu a figura da Princesa Isabel como sendo a grande Redentora, não levando em consideração os mais de 300 anos de resistência dos afrodiaspóricos:

No dia 2 fevereiro 1905, dia das candeias, vim à secretaria receber o dinheiro e por sinal que nela me demorei até as duas e meia horas da tarde. Saindo, fui à igreja da Candelária e, como estivesse algum tanto obtuso, não recolhi nenhuma ideia, nem qualquer emoção. No entanto, com o enterro do Patrocínio não se deu o mesmo. Propalado pelos jornais que esse jornalista tinha sido a alma da Abolição, o populacho à última hora agitou-se e fez-lhe a manifestação de uso: coche puxado a braços, ululos pelas ruas e discursos de cidadãos mais ou menos sequiosos de renome, que aproveitam a ocasião para aumentá-lo um pouco. Quem conheceu o Patrocínio como eu o conheci, laçai de todos os patoteiros, alugado a todas as patifarias, sem uma forte linha de conduta nos seus atos e nos seus pensamentos, não acredita que pudesse ter sido, como dizem, o apóstolo da Abolição. Necessariamente, ele se serviu da coisa como um meio de arranjar facilmente dinheiro, explorou a em seu proveito, na parte pecuniária e na parte gloriosa. Isso ele o fez com o máximo interesse e a máxima baixaza. Eu sei bem que baixos móveis levam a altas coisas, mas isso não se deu com o Patrocínio. A lei 13 de maio vinha de longe, era convicção da nação a injustiça da escravidão, não precisava jornalistas nem evangelizadores para mostrar-lhe a injustiça. Quem notar — basta fazê-lo de 1822 — as referências que os nossos governantes fazem à coisa, sente que eles o fazem com vergonha, com desazo, sentiam-no a ilegalidade, a injustiça; e esse sentimento, que se foi espalhando pelo país, aumentou extraordinariamente depois da guerra do Paraguai e foi como, se dando a lei de 1871, não teve para encarná-la senão o funcionário que a subscreveu, o visconde do Rio Branco, ministro naquele tempo. A lei dos sexagenários foi assim também. E, quando já era quase universal no Brasil esse amargo sentimento, é que apareceu seu Patrocínio, que, sem honestidade e sem grandeza, aproveita-se da história e, pelo “jornalismo”, consegue ser elevado à altura de um apóstolo, de um evangelizador. Demais, há e houve sempre entre nós um grande sentimento liberal, com certas restrições, em favor dos negros. Eu vi o enterro; compungido, do redator do Novidades, o último jornal escravocrata que houve aqui, o Alcindo Guanabara. Se era ao amigo que ele ia ao enterro, mentia; eles nunca o foram; se era ao tribuno, mentia, porquanto sempre foram adversários; tartufo e jornalista, o que é uma e mesma coisa. As ruas cheias tinham um aspecto híbrido, pardo, e os discursos choveram de todas as sacadas da Rua do Ouvidor. Sonetos e mais longas poesias também. E o Rafael, no Largo do Rossio, fez um extraordinário — pois fez populares chorar — um extraordinário discurso. Eu não ouvi; tenho pena. (BARRETO, 1961, p.40)

Lima Barreto avalia sua existência de forma sombria, pois usa o presente, passado e futuro, revelando que a tristeza é o que há de mais próximo ao seu ser. Todas as rotas da vida se dão na contramão, a sociedade pobre segue em um labirinto cíclico, que sempre começa e finaliza com a perpétua dor:

Dolorosa vida a minha! Empreguei-me a 6 meses e vou exercendo as minhas funções. Minha casa ainda é aquela dolorosa geena pra Minh' alma. É um mosaico tétrico de dor e de tolice. Meu pai ambulante, leva a vida imerso na sua insânia. Meu irmão C..., furta livros e pequenos objetos para vender. Oh! Meu Deus! Que fatal inclinação desse menino! Como se tem difícil reprimir a explosão. Seja tudo que Deus quiser! A Prisciliana e filhos, aquilo de sempre. Sem a distinção da cultura nossa, sem o refinamento que já conhecíamos, veio em parte talvez prender o desenvolvimento superior dos meus. Só eu escapo! (BARRETO, 1961, p. 7).

Aos 30 anos, Lima já se encontrava no auge da carreira de escritor. Entretanto, a intelectualidade elitista, ainda coberta pelo pálio escravista, não estava disposta a permitir que um homem negro, neto de escravizados, crítico ferrenho dos acadêmicos e políticos, tivesse acesso a essa nata de “pensadores brasileiros”. Criticava políticos, instituições, escritores famosos, costumes, entre outros, não economizando no escárnio, no deboche, na ironia. As referências literárias mais caras a Lima Barreto eram as obras de Dostoiévski, Flaubert, Balzac, Dickens, Maupassant, Eça de Queirós e Tolstói. A escolha do Realismo respondia à preocupação de denunciar as instituições burguesas e as injustiças sociais. Em seus artigos jornalísticos e textos de ficção, o autor sempre se pautava por uma escrita militante. Principalmente nas crônicas, usava o termo bovarismo (baseado na personagem Madame Bovary, de Flaubert) para ridicularizar a mania que as elites brasileiras tinham de pensar ser (e viver) o que não eram, isto é, de adotar um *modus vivendi* “importado”.

A cidade do Rio de Janeiro sempre foi o pano de fundo da escrita barretiana, ora defendendo seus habitantes, como foi no caso da remoção da população carente que ocupava o Morro do Castelo; ora admirando as belezas naturais e registrando as modificações, que, por necessidade ou por vaidade dos prefeitos da Primeira República, impunham, de tempos em tempos, à geografia modificações embelezadoras, privilegiando as áreas ricas em detrimento das áreas mais carentes, como pode ser verificado na crônica “Até que Afinal!...” publicada na revista A.B.C. em 02/02/1918:

Seria preciso consultar todos os curiosos sabedores das cousas desta cidade, para ao certo se avaliar desde quando esta vasta e heroica São Sebastião clama e chora por melhoramentos, higiene, água, calçamento, etc., etc. Porquanto, aferindo pelo que temos ouvido durante a nossa curta existência, esses queixumes e lamentos devem datar de seus inícios, mesmo talvez desde quando ali, pelas bandas do Pão de Açúcar, ela surgiu incipiente e tosca.(...) (BARRETO, 1961, p. 12)

Em um primeiro momento, entre os anos de 1907 e 1918, as crônicas de Lima Barreto foram publicadas nos jornais da época com uma periodicidade ainda irregular. Segundo Beatriz Resende (2004), após a sua aposentadoria do serviço público, percebe-se em seus escritos um progressivo crescimento de temas relacionados às desigualdades sociais e raciais.

Somente a partir do período que se estende do ano de 1919, até pouco antes de sua morte, em 1922, é que o escritor teria uma participação mais constante na imprensa¹⁷. No

¹⁷ DIAS, André. A modernidade predatória nas crônicas de Lima Barreto. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 25, n. 50, p. 31-46, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22409/cadletrasuff.2015n50a34>.

período que se seguiu à sua aposentadoria do serviço público (1918), Lima se sentiu liberto das amarras que ainda o refreavam.

2.3 Cronista enviesado entre “velhos mentecaptos” e doutores de livraria

A face cronista do romancista também expressava sua opção por desafinar o coro dos contentes. Esta marca acompanharia o escritor ao longo de toda sua trajetória existencial e intelectual, sempre criticando a submissão dos intelectuais aos ditames da Academia.

Como apontava Lima Barreto, a região central da cidade era povoada pelos ditos “doutores”, que, donos de seu saber e com a ciência em suas mãos, desfilavam pela cidade com as suas casacas; ou frequentavam as famosas livrarias, como a Garroux, que, repleta de obras estrangeiras, pareciam querer representar em si “a cultura e a civilização”. Eram os “mandarins da literatura”, expressão cunhada pelo escritor, e que fazia referência os grupos detentores da produção e da circulação de bens culturais, e que, segundo ele, se encastelavam nos grandes jornais cariocas, na Academia Brasileira de Letras e na livraria Garnier.

Os ataques de Lima Barreto à Academia tinham como motivo o fato de ela exercer o monopólio no contexto editorial da época, além dos seus critérios para publicação, que eram: aproveitar pecuniariamente reputações feitas alhures e os autores já comercialmente viáveis, para aumentar os lucros da casa, conforme explicita na crônica, Lima Barreto em “O Garnier morreu” (1911), em que o escritor vocifera contra aquele que, até então, dirigira a livraria/editora H. Garnier, e que havia falecido recentemente em Paris:

um velho mentecapto, que nem lia português e nunca tinha vivido no nosso meio (...) o seu critério nas publicações era o dos pistolões recebidos e do nome que o autor tinha no mundo. (...) Foram-se os tempos do B. L. Garnier. Este viveu aqui, conhecia-nos, podia aquilatar o valor, não direi intelectual, mas, comercial de um livro; mas nesses últimos anos, sem ter ninguém propriamente dito, da casa que julgasse os manuscritos, sucediam-se borracheiras aparecidas chez Garnier. (BARRETO *apud* RESENDE, 2005, 19)

Utilizando-se do que ficou conhecido como plebeísmo, o escritor manifesta sua crítica ao cultismo acadêmico:

Não há ano, não há dia, em que não se funde nestes brasis uma academia de letras. (...) Isto demonstra a nossa cultura e nega a tal história de analfabetismo que anda sendo por aí apregoada. Um país que tem tantas ‘academias’ não pode ser um país de analfabetos. Há de ser um país de gente culta que saiba ler e escrever, pelo menos por cima, porque não se pode admitir literatos que não tenham pelo menos esses dotes elementares (in *Marginália*,).

Por todos esses Estados brasileiros, há academias literárias, todas elas com quarenta imortais, sendo os Estados vinte e incluindo a do Distrito Federal, vulgo, brasileira,

temos, se a aritmética não falha, oitocentos e quarenta sumidades literárias, o que não é muito para país tão vasto e tão culto, como dizem ser o nosso (“Academia de Letras”, in *Vida urbana*, BARRETO, 1961, p. 212)

Pela terceira vez, em 1921, Lima Barreto se candidatava a uma vaga na Academia Brasileira de Letras. Na primeira, em 1917, a inscrição não foi considerada; na segunda, na vaga aberta pela morte de Emílio de Menezes, foi eleito Humberto de Campos. Ignorado nas duas primeiras vezes, retirou a sua candidatura na terceira. Em 13 de agosto de 1921, na crônica publicada na revista *Careta*, ele desabafa:

Vou escrever um artigo perfeitamente pessoal; e é preciso. Sou candidato à Academia de Letras, na vaga do Senhor Paulo Barreto. Não há nada mais justo e justificável. Além de produções avulsas em jornais e revistas, sou ator de cinco volumes, muito bem-recebido pelos maiores homens de inteligência de meu país, nunca lhes solicitei semelhantes favores; nunca mendiguei elogios. Portanto, creio que minha candidatura é perfeitamente legítima, não tem nada de indecente. Mas [...] chegam certos sujeitos absolutamente desleais, que não confiam nos seus próprios méritos, que têm títulos literários equívocos e vão para os jornais e abrem uma subscrição em favor de suas pretensões acadêmicas (BARRETO, 1921).

Mesmo na contramão da sociedade vigente, a busca pelo reconhecimento de sua obra foi reforçada por Lima Barreto, na mesma crônica supracitada:

Eu sou escritor e, seja grande ou pequeno, tenho direito a pleitear as recompensas que o Brasil dá aos que se distinguem na sua literatura. Apesar de não ser menino, não estou disposto a sofrer injúrias nem a me deixar aniquilar pelas gritarias de jornais. Eu não temo abaixo-assinados em matéria de letras (BARRETO, 1921).

Seu sonho de entrar para a academia nunca se realizou. O seu livro *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* foi editado por Monteiro Lobato, em 1919, pouco antes da morte de Lima, tendo recebido menção honrosa pela Academia de Letras, em junho do mesmo ano.

Nesse sentido, observamos que questões, como o racismo, se manifestam também no campo da literatura, na forma de opressão simbólica, ao se eleger, por exemplo, quais grupos são autorizados a praticar a literatura e quais são dignos de serem representados por ela.

2.4 Entre as farsas da República e a verdade do povo

Assim, ao serem analisadas as relações culturais que envolvem o escritor, bem como os movimentos populares e o cotidiano das comunidades suburbanas cariocas, presentes, na sua obra ficcional, também é possível estabelecer paralelos com o contexto social e intelectual presente, no imaginário da sociedade elitista republicana. Nesse aspecto, as narrativas de Lima

Barreto revestem-se de significações, principalmente por revelarem o abismo e as contradições existentes entre as aspirações das camadas mais pobres da sociedade e o projeto de construção de uma República para poucos.

Lima Barreto não só pertencia à categoria de pessoas que viram com alguma suspeita o advento da República. Entre os discursos assumidos para a implementação do novo regime, no final do séc. XIX estava a justificativa de que o poder seria descentralizado e aumentaria a participação popular nas decisões de Estado. Mas, tanto a vida, quanto a obra que Lima Barreto nos legaria o que acabou por se constituir um testemunho triste e contundente de que as velhas barreiras não só ainda se faziam presentes, como a República criaria novas, como os clientelismos, nepotismos, favoritismos, as mais escusas alianças políticas:

Não gosto, nem trato de política. Não há assunto que mais me repugne do que aquilo que se chama habitualmente política. Eu a encaro, como todo o povo a vê, isto é, um ajuntamento de piratas mais ou menos diplomados que exploram a desgraça e a miséria dos humildes. Nunca quereria tratar de semelhante assunto, mas a minha obrigação de escritor leva-me a dizer alguma coisa a respeito, a fim de que não pareça que há medo em dar, sobre a questão, qualquer opinião. No Império, apesar de tudo, ela tinha alguma grandeza e beleza. As fórmulas eram mais ou menos respeitadas; os homens tinham elevação moral e mesmo, em alguns, havia desinteresse. Não é mentira isto, tanto assim, que muitos que passaram pelas maiores posições morreram e a sua descendência só tem de fortuna o nome que recebeu. (...) República, porém, trazendo a tona dos poderes públicos, a borra do Brasil, transformou completamente os nossos costumes administrativos e todos os “arrivistas” se fizeram políticos para enriquecer. (...) A República no Brasil é o regime da corrupção. Todas as opiniões devem, por esta ou aquela paga, ser estabelecidas pelos poderosos do dia. Ninguém admite que se divirja deles e, para que não haja divergências, há a “verba secreta”, os reservados deste ou daquele Ministério e os empreguinhos que os medíocres não sabem conquistar por si e com independência. A vida, infelizmente, deve ser uma luta; e quem não sabe lutar, não é homem. A gente do Brasil, entretanto, pensa que a existência nossa deve ser a submissão aos Acácios e Pachecos, para obter ajudas de custo e sinecuras. Vem disto a nossa esterilidade mental, a nossa falta de originalidade intelectual, a pobreza da nossa paisagem moral e a desgraça que se nota no geral da nossa população. Ninguém quer discutir; ninguém quer agitar ideias; ninguém quer dar a emoção íntima que tem da vida e das coisas. Todos querem “comer”.

“Comem” os juristas, “comem” os filósofos, “comem” os médicos, “comem” os advogados, “comem” os poetas, “comem” os romancistas, “comem” os engenheiros, “comem” os jornalistas: o Brasil é uma vasta “comilança”. Esse aspecto da nossa terra para quem analisa o seu estado atual, com toda a independência de espírito, nasceu-lhe depois da República. Foi o novo regime que lhe deu tão nojenta feição para os seus homens públicos de todos os matizes. Parecia que o Império reprimia tanta sordidez nas nossas almas. Ele tinha a virtude da modéstia e implantou em nós essa mesma virtude; mas, proclamada que foi a República, ali, no Campo de Santana, por três batalhões, o Brasil perdeu a vergonha e os seus filhos ficaram capachos, para sugar os cofres públicos, desta ou daquela forma. Não se admite mais independência de pensamento ou de espírito. Quando não se consegue, por dinheiro, abafa-se. É a política da corrupção, quando não é a do arrocho.

Viva a República!” (BARRETO, L. “A política republicana”. **Revista ABC** 19/10/1918)

Desde o início do séc. XX, a cena social no Rio de Janeiro recriado por Lima Barreto já era narrada através do olhar do homem comum, representante das camadas menos favorecidas. É precisamente nesse campo de tensões e de lutas pela conservação e manutenção do poder que se insere o escritor e sua obra. Por meio desta, percebemos os jogos discursivos existentes no âmbito da sociedade, que atuavam, de forma bem sutil, disseminando preconceitos, silenciando vozes e invisibilizando grupos sociais marginalizados.

Consciente, por um lado, das dificuldades que se impunham ao intelectual negro, no contexto de um Brasil recém-saído do sistema escravocrata e em que vigoravam o preconceito e as relações de favor, e, por outro lado, com uma ampla formação que se enraizava em leituras, as mais diversas e com um olhar sempre agudo e perspicaz sobre a realidade, o escritor optou por não renunciar aos seus ideais e ao seu projeto de literatura, escolha que lhe valeu muitos dissabores e mesmo o silenciamento dos órgãos oficiais da imprensa, em torno de sua obra.

Lima Barreto traz uma nova contribuição para a cena literária brasileira, não só no que se refere às temáticas abordadas, mas, sobretudo, no tocante ao modo como trata os temas e problemas, algo que confere à sua escrita, uma dicção própria e um estilo capaz de fazer vir à tona, aquilo que o ornamento ofuscava. Acreditamos que uma das razões pelas quais se mantém vivo, na atualidade, o interesse pelo estudo da obra do romancista está no seu potencial de remexer as diferentes camadas da história, em uma espécie de vocação arqueológica que subverte os discursos de poder e abala um saber historicamente construído, como confere Foucault em seu livro *Arqueologia do Saber*.

Dessa forma, o que Lima Barreto acabaria descobrindo na pele, e por caminhos dolorosos, é que os debates em torno da Abolição promoveram, como uma de suas repercussões, a racialização das relações sociais: antes fundadas predominantemente na diferença de *status* entre cativos e homens livres, e posteriormente entre negros e brancos.

Lima viveu o que Alfredo Bosi (1988) chamou de o “*exílio na pele*”, chamando para si a responsabilidade, muitas das vezes dolorosa, de retratar o processo de marginalização que sofrera, dentre outras razões, por conta do seu pertencimento étnico-racial. O escritor acabou fazendo de si mesmo a causa principal de sua literatura, principalmente através de personagens autobiográficos, mas tendo como foco atingir a coletividade.

Nas suas diversas críticas ideológicas, sempre soube manter o distanciamento, em relação, às forças que disputavam a primazia, no regime recém-instaurado. Lima foi o crítico mais agudo da época da Primeira República Brasileira, rompendo com o nacionalismo ufanista. O contexto aticava paixões sectárias, e os intelectuais se alinhavam a um pensamento geral nacionalista, o que não ocorreu com Lima Barreto:

Nos momentos em que a pátria fica a níqueis, a Câmara e o Senado, isto é, os senhores senadores e os senhores deputados, lembram-se logo de diminuir o número de funcionários públicos.

Não digo que se não possa fazê-lo; a tal respeito, não tenho opinião. Diminuí-los ou não, mesmo que eu entre no corte, é para mim absolutamente indiferente. Noto, porém, que as duas casas do Congresso não se lembram, de forma alguma, do que se passa nelas. Toda a gente sabe que a Câmara e o Senado têm cada qual uma secretaria, um serviço de redação de debates, uma legião de auxiliares, de contínuos e serventes, e que esse cardume de empregados aumenta de ano para ano. Por que o Congresso não começa cortando nas respectivas secretarias, para dar o exemplo? (“Os Cortes”, no Correio da Noite, 14 /12/1914) (BARRETO *apud* RESENDE, 2004, 117-118)

Em outro texto:

Uma rematada tolice que foi a tal república. No fundo, o que se deu em 15 de novembro foi a queda do partido liberal e a subida do conservador, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocratas de quatro costados. (...) Toda a nossa administração republicana tem tido um constante objetivo de enriquecer a antiga nobreza agrícola e conservadora, por meio de tarifas, auxílios à lavoura, imigração paga, etc. (“Careta”, Rio, 24-1-1920) (BARRETO, 1961, 110)

Ao refletir sobre a relação, vivida por muitos literatos enquanto drama, sobre escrita e exclusão social, Alfredo Bosi, em *Literatura e resistência*, fala das diversas possibilidades temáticas que se abrem para o estudioso da literatura que toma como objeto, a condição do excluído ou do marginalizado como protagonista da escrita. Neste sentido, faz-se necessário sondar os temas, personagens e as narrativas, através das quais o escritor imprime a denúncia e a reivindicação social. No caso de Lima Barreto, segundo Bosi (2002, p.258) vale salientar que o escritor fala, a partir do lugar de intelectual negro, humilhado e ofendido e é da sensação de ressentimento e impotência, diante das tramas que envolvem a manutenção da ordem oficial que “nasce a potência da sua crítica social e política”.

Ao direcionar seu olhar crítico, em torno dos costumes de seu tempo, Lima Barreto elaborou um quadro bastante desolador no qual a cidade do Rio de Janeiro é figurada como sendo o palco para o triunfo deliberado de uma série de condutas antissociais. Para o cronista carioca, a República consistia em um regime político que incentivava o egoísmo exacerbado, o gosto massificado, os preconceitos de cor e de classe e a decadência moral. Em *Literatura como missão*, Nicolau Sevckenko (2003, p.230) sugere que “excluídos os grandes potentados e os plutocratas, era principalmente nas camadas médias e baixas da população que o escritor fixava o seu padrão de identificação e definia as suas simpatias”. Ciente de que a opressão econômica exercida pelas elites estava relegando a maior parte da população brasileira a uma condição de abandono inspirada por ideários políticos republicanos.

3. A CAPITAL PARA O CAPITAL: UM MORRO SENTENCIADO

Gonzaga de Sá vivia da saudade da sua infância gárrula e da sua mocidade angustiada. Ia à procura de sobrados, das sacadas, dos telhados, para que à vista deles não se lhe morressem de todo na inteligência as várias impressões, noções e conceitos que essas cousas mortas sugeriram durante aquelas épocas de sua vida. Entendi que havia nele uma prada de sentimento e que o volumoso caudal, de encontro ao dique incógnito, crescera com os meses, com os anos, subira muito, e se extravasara pelas cousas, pelo total de vivo de morto que lhe assistia viver. Um dia faltou a repartição (contou isso mais tarde) para contemplar, ao sol de meio dia, um casebre do Castelo, visto cinquenta e tantos anos atrás, em hora igual, por ocasião de uma gazeta da aula primária (...) (BARRETO, 2017 p.79).

A memória é uma representação do passado, sendo ao mesmo tempo histórica e social. A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais os indivíduos podem atualizar impressões ou informações passadas, ou que eles representam como passadas. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

A memória constitui um importante mecanismo para a construção da identidade. A História Nova iniciada, a partir da Escola dos Annales promoveu a dessacralização da memória dos grandes nomes e eventos políticos, militares e diplomáticos, deslocando seu foco de interesse para todos os homens, em geral enquanto construtores da história, promovendo, assim o que Le Goff (1996) chamou de “Apogeu do documento e decadência do Monumento”.

Como nasci e sempre vivi na cidade do Rio de Janeiro, sempre me questioneei: onde estaria o marco zero da cidade do Rio de Janeiro? Por que o Rio de Janeiro já nasceu com *status* de cidade? Por que o primeiro núcleo urbano se estabeleceu no Morro do Castelo? Por que esse núcleo foi arrasado? Será que o carioca do século XXI, até mesmo o mais apaixonado pelo Rio, conhece e valoriza a história da sua cidade?

Lima Barreto manifesta-se em *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá* (1919), expressando-se através do narrador para falar um pouco de si. Lima se sentia verdadeiramente um suburbano e pertencente às classes populares, e à época do início do arrasamento do Morro, o escritor residia no bairro de Todos os Santos e apelidou sua residência de “Vila Quilombo”. Nessa obra, o protagonista de Lima Barreto vê um cenário de sua infância destruído, e parte de sua memória emotiva se perdia por conta das demolições no Castelo.

A história do Morro do Castelo está diretamente relacionada à fundação e ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. “Berço da cidade, o Morro foi escolhido por

Mem de Sá, em 1567, para abrigar os cento e vinte portugueses que haviam participado da expulsão dos franceses calvinistas, comandados por Villegaignon que aqui fundaram a França Antártida, na Ilha de Serecipe, hoje Ilha de Villegaignon e onde está localizada a Escola Naval.

Desde quando Mem de Sá transferiu o núcleo urbano fundado por Estácio de Sá na Urca, até 1922, quando foi arrasado por Carlos Sampaio, o morro do Castelo e sua história marcaram a evolução urbana do Rio de Janeiro. (PAIXÃO, 2008, p.25)

Após a derrota da aliança franco-tamoia, passou-se então à fase de conquista do território. Os primeiros moradores começaram a abandonar a praia entre o Morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, local de fundação da cidade, e ocuparam o ponto mais estratégico, em torno da Baía: uma elevação encravada na planície encharcada, denominada inicialmente de Morro de São Januário. Após sucessivas denominações: Descanso, Alto da Sé, Alto de São Sebastião, o Morro passou a ser chamado de Castelo. Assim nasceu a cidade, delimitada e espremida em um morro com feições quase insular. (BARROS, 2002, p. 01)

Ao iniciarmos o estudo desse tema, percebemos que poucas cidades no mundo tiveram a sua paisagem natural tão modificada como a do Rio de Janeiro: através do dessecamento de lagoas, a drenagem de pântanos e mangues, os aterros sobre o mar, a construção de túneis, o desmonte de morros, entre outras, mostram como a segunda natureza desta cidade foi sendo lentamente construída e modificada, a partir de uma árdua intervenção humana. (BARROS, 2002, p. 02)

A Ladeira da Misericórdia foi a primeira via pública da cidade do Rio de Janeiro. Foi aberta, certamente em 1567, quando da transferência para o morro do Castelo, da cidade fundada por Estácio de Sá, sendo o único acesso que resistiu ao tempo e ao desmonte. A Ladeira está situada ao lado da Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso (a mais antiga da cidade) e do prédio do hospital da Santa Casa da Misericórdia. (PAIXÃO, 2008, p.25)

Contendo uma área de 180 mil metros quadrados, o Morro do Castelo foi o primeiro centro urbano do Rio. Em seus primeiros anos de ocupação, o Morro era um local fortificado, abrigando os portugueses e servindo como resistência a qualquer tentativa de revide, por parte dos franceses e dos tupinambás, também chamados de tamoios. A fortaleza de Santiago também teve suas funções alteradas ao longo do Império, em tempos de paz e sem sinais de invasões recorrentes, a fortaleza passou a sediar o Telégrafo Imperial da época. (PAIXÃO, 2008, p. 25)

Dos séculos XVII ao XVIII o morro abrigou a igreja de Santo Inácio e o Colégio dos Jesuítas, após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759, a monumental construção tornou-se, em 1766, a sede e moradia ao vice-rei conde da Cunha e, em 1768, passou

a abrigar o Hospital Militar. Durante o Império (1832), o prédio passou a ser a sede da Escola de Medicina Imperial e do Hospital Zacarias; em 1845, voltou a abrigar o Hospital Militar, e no ano seguinte, o Hospital passou a dividir suas instalações com o Imperial Observatório Astronômico. (PAIXÃO, 2008, p.26)

Apesar das qualidades da baía para as atividades portuárias, os pântanos e lagoas existentes nas planícies adjacentes, assim como o relevo montanhoso de ambos os lados da baía constituíram obstáculos à expansão da malha urbana e exigiram, ao longo do tempo, muitas obras de aterro, dessecamento e canalização. A várzea foi progressivamente aterrada, e a planta da cidade condicionada pela topografia acabava, a oeste, numa zona de contornos incertos, chamada Campo de Santana, e ao sul, num jardim inaugurado em 1783, o Passeio Público, que já prenunciava a expansão em direção ao Flamengo e Botafogo.

Quando D. João VI e seus 15 mil acompanhantes desembarcaram em 1808, a cidade possuía cerca de 50 mil habitantes. A ideia de se construir um Império na América Portuguesa materializou-se com a transferência da sede da monarquia para o Rio de Janeiro. A instalação da corte rompeu o equilíbrio da cidade, ou seja, mesmo antes da independência, ia se corporificando um projeto político que pretendia destinar à “nova corte” a atribuição de centro do poder imperial. (MOTTA, 2001, p. 32)

Devido a esse fato, fez-se necessário a adaptação da cidade a essa nova condição. Entre 1808 e 1816, foram construídas cerca de 600 casas, no perímetro da cidade, tendo os sobrados suplantados, em quantidade, as toscas casas térreas dos tempos da colônia.

Em menos de duas décadas, sua população duplicou, alcançando 100.000 habitantes, aproximadamente, em 1822; e 135.000, em 1840. A adequação da cidade a condição de Corte acabou promovendo uma nova fase de empreendimentos, como: escolas de medicina, de marinha, de guerra; também foram criados: uma Imprensa régia; uma livraria, que seria o núcleo da Biblioteca Nacional; o jardim Botânico; a Academia de Belas Artes; o Teatro Real e o Banco do Brasil.

A ideia de eliminação do Morro era antiga. Médicos, engenheiros e sanitaristas já o vinham condenando sob o argumento de que o mesmo estaria atrapalhando a expansão urbana. Segundo a descrição do jornalista e cronista Luís Edmundo (1878-1961), que também foi contemporâneo de Lima Barreto (1881-1922), desde longa data, já existia comentários de que o Morro do Castelo atrapalhava o bom desempenho e a expansão urbana do Rio de Janeiro. Em 1798, foi aberto um inquérito, pelo Senado da Câmara, a fim de saber as causas reais das doenças endêmicas e epidêmicas. Os três médicos portugueses responsáveis concluíram: “[...] os morros sendo causa das moléstias da cidade por concorrerem para o calor do clima; destes,

porém o mais nocivo é o do Castelo que é o que obstrui a viração do mar, vento o mais constante, mais forte e mais saudável”. (EDMUNDO, 2003, p. 123)

Ainda em 1821, as áreas que se poderiam chamar propriamente de urbanas pertenciam à jurisdição de cinco freguesias, a saber: Candelária, São José (à qual pertencia o morro do Castelo), Sacramento, Santa Rita e Santana - que correspondiam, grosso modo, à atual área do Centro e Região Portuária. A oeste estendia-se o vasto mangue formado pelas águas do Saco de São Diogo, que se espalhavam, até quase o Campo de Santana.

A construção de uma capital imperial não poderia estar limitada apenas a um arcabouço político-jurídico, havia outro componente fundamental: a habilidade dos governantes da capital em eliminar costumes que não estivessem alinhados com os padrões culturais europeus. Para tanto, fazia-se necessária a imposição de hábitos e costumes, padrões de comportamento e de linguagem, gosto e moda, em uma clara intenção unificadora e homogeneizadora, em contraposição aos padrões e normas “provincianos”.

Em 1838, os engenheiros militares Conrado Niemeyer e Pedro Bellegarde, importantes engenheiros do governo imperial, solicitaram um pedido, para arrasar o morro e escreveram em um projeto que pregava o desmonte do Morro: “Edifícios nobres deverão um dia substituir aquele morro; e o navegante que demandar o importante porto capital do Brasil receberá na sua entrada a agradável impressão da vista de toda a cidade, até hoje encoberta a seus olhos, pela massa informe do mesmo morro”¹⁸.

O processo de construção da capital, enquanto centro formador do “espírito nacional” precisava contar com o apoio de uma intelectualidade capaz de criar um discurso que abarcasse a formação, composição e definição de nação. Logo, era imprescindível reconstruir o passado, bem como escrever a biografia da nação, a fim de se constituir um sentimento do que seria um Estado Nacional. Não foi por acaso que, nesse contexto, foram criados o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional (MOTTA, 2001, p. 36).

Não há dúvidas de que, para a aceitação e a execução de um projeto de tamanha magnitude, fosse forjado, durante um vasto lapso temporal, todo um sustentáculo imagético, até que se chegasse o momento ideal para que a o arrasamento total obtivesse amparo projectual, demanda social, econômica, cultural e respaldo político.

A partir da segunda metade do século XIX, a cidade experimentou um processo de expansão que também estava diretamente ligado à modernização dos meios de transporte. O

¹⁸ LUCENA, Felipe. **História do Morro do Castelo**. 04/06/2015. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-morro-do-castelo/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

bonde proporcionou o crescimento da cidade ao estimular a ocupação de áreas mais distantes (ROCHA, 1995, p. 27).

O final do século XIX foi marcado pelo declínio da atividade cafeeira, na Província do Rio de Janeiro, pelo esgotamento do sistema escravista, pela expansão fabril na cidade, e pelo enorme afluxo de ex-escravizados e de imigrantes estrangeiros. Essa combinação de fatores acabou promovendo o agravamento do problema habitacional, conduzindo, conseqüentemente, ao adensamento dos cortiços e o recrudescimento das epidemias de febre amarela que assolavam a cidade periodicamente. (ABREU, 2013, p. 57)

No mapa a seguir, podemos conferir a geografia da cidade no ano 1873, sem qualquer modificação, no que diz respeito aos futuros arrasamentos e remodelação da cidade:

Figura 2 – Mapa Centro do Rio de Janeiro em 1873



Fonte: Brasiliana Fotográfica (2019)¹⁹.

Embora a população mais carente residisse principalmente em Santa Rita e Santana, não havia uma diferenciação social rígida entre as freguesias. E isto se devia ao fato de o centro

¹⁹ BRASILIANA FOTOGRAFICA. **A demolição do Morro do Castelo**. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=14030>. Acesso em: 15 dez. 2020.

possuir à época muitos prédios residenciais, o que diminuía a distância entre as residências e o mercado de trabalho (as oficinas, as fábricas, o comércio e os serviços em geral). Geralmente, as formas básicas eram as habitações coletivas: estalagens, cortiços e, posteriormente, as casas de cômodos (BENCHIMOL, 1992, p. 25).

A esmagadora maioria dos casebres onde vivia a grande massa de indivíduos que ocupavam a região central, não possuía os requisitos básicos de higiene. A iluminação e a ventilação, como já aconteciam, nos prédios das manufaturas, eram deficientes. O número de latrinas estava aquém das necessidades. O fornecimento de água não era canalizado e sequer tratado. Os gases desprendidos pelos candeeiros e lampiões a querosene, em cômodos minúsculos e muitas vezes sem janelas, faziam mal à saúde.

A elevada densidade populacional facilitava a propagação de moléstias epidêmicas e endêmicas tornando-se um dos motivos da morte precoce da população carente. Os índices de mortalidade por tuberculose sempre foram mais elevados nas habitações coletivas do que nas unifamiliares, e o pouco aproveitamento da luz do sol e dos ventos contribuiu para a propagação de moléstias. Convém lembrar que muitos cortiços utilizavam água de poços e cacimbas, muitas vezes contaminadas por fossas ou pela precária rede de esgotos da cidade.

Foucault²⁰ relata que, desde o início do século XIX, médicos, biólogos e sanitaristas passaram a se preocupar com os efeitos causados pela interação entre a espécie humana e o seu habitat - os efeitos brutos do meio geográfico, climático e hidrográfico.

As principais doenças que incidiam no obituário da cidade eram as chamadas “doenças pestilenciais”, como: a varíola, a febre amarela e a tuberculose que eliminava, todos os anos, grande contingente da população, sendo somente sobrepujada por outras doenças, nos anos de epidemia. Doenças infecciosas e parasitárias, como as enterites, febre tifoide, pneumonia, malária, entre outras, também figuravam com elevada frequência no obituário da cidade.

As transformações urbanas, já no Rio da *Belle Époque*, se fizeram vivas, através de relatos quase iconográficos, como os de Luis Edmundo, Benjamim Costallat, Coelho Neto, Olavo Bilac, João do Rio e Lima Barreto, este se contrapondo solitária e vigorosamente à glorificação do processo que ficou conhecido como bota-abaixo. (KESSEL, 2001, p.12)

²⁰FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** (1999, p.292), No curso de 1976, Em Defesa da Sociedade, Michel Foucault se interroga sobre a pertinência do modelo da guerra para analisar as relações de poder. l Foucault define duas formas de poder: o poder disciplinar, que se aplica ao corpo por meio das técnicas de vigilância e das instituições punitivas, e aquele que daí em diante ele denominará biopoder, que se exerce sobre a população, a vida e os vivos. Analisando os discursos sobre a guerra das raças e as narrativas de conquista, Michel Foucault estabelece a genealogia do biopoder e dos racismos de Estado.

No Brasil, a denominada República Velha tem é estudada como uma fase histórica repleta de transformações. Estas, evidentemente, não foram homogêneas, nem atingem a todas as suas personagens da mesma maneira. Durante o período de sua produção literária, Lima Barreto testemunhou a mentalidade que via nos higienistas e engenheiros, como sendo os porta-vozes dos critérios objetivos de racionalização da cidade.

Aqueles salientavam a urgência de medidas que promovessem a erradicação das epidemias, febres e focos de infecção. Desse modo “Administrando antigas técnicas de submissão, formulando novos conceitos científicos, criando táticas de intervenção, a higiene congregou harmoniosamente interesses da corporação médica e objetivos dessa elite”. (SINGER, 1988, p. 13)

Conforme os relatos de Luís Edmundo (2003), até o governo do penúltimo Vice-Rei do Brasil no Rio de Janeiro, a montanha (Castelo) ainda ostentava a residência de pessoas ilustres e de altos funcionários da Colônia. Segundo ele, após esse passado glorioso, o Morro começou gradativamente a entrar em decadência. O processo de expansão da cidade, com a abertura de novas estradas, acabou revelando uma cidade que poucos conheciam e que possuía belas paisagens naturais notáveis.

No projeto de remodelação do Rio de Janeiro (que na época se apresentava como “metonímia” de Brasil), a nata republicana não tinha qualquer projeto social de inclusão dos pobres e afrodescendentes, e, como bem observou o professor José Murilo de Carvalho, o processo de marginalização a que foi submetida à população carente, foi intensificado com os após a “Proclamação” da República e seus desdobramentos:

O Rio tornou-se um centro culturalmente cosmopolita, um centro importador e consumidor voraz dos produtos da cultura europeia, por mais variados e desbaratados que fossem esses produtos. Várias correntes políticas e estéticas encontravam aqui seguidores. Mas tudo se construía no vazio em função de imitar a Europa. (...) A diversidade social do país e, particularmente, da cidade, era incompatível com o modelo oficial. De fato, como seria possível recuperar a realidade do Rio, sua cultura popular, sua riquíssima cultura popular, se esta cultura tinha muito a ver com a população ex-escrava, com a população negra, com a população marginal? Esta cultura não cabia nos moldes da imagem europeizada do país. Daí as contradições e os bloqueios que se interpunham no caminho da criatividade dos intelectuais. (CARVALHO, 1988, p 19).

Em 15 de novembro de 1902, durante o ato de posse do Presidente Rodrigues Alves, foi anunciada a execução de uma grande remodelação urbana, que prometia “regenerar” a capital do país. Cabe lembrar que, entre 1903 e 1906, o que houve de fato foram duas intervenções urbanísticas orientadas por sentidos distintos: uma conduzida pelo Governo Federal e projetada

pelo ministro Lauro Müller e o engenheiro Francisco Bicalho; outra levada a cabo pela prefeitura do Rio de Janeiro por intermédio de Pereira Passos. (ROCHA, 1995, p. 55).

Ambos os projetos foram de iniciativa do então Presidente da República que, em seu discurso de posse, anunciara uma grande ação de modificação da geografia sob o pretexto de melhorar a imagem, a salubridade e a economia da capital federal:

É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais séria e importante preocupação, aproveitando todos os elementos de que puderem dispor para que se inicie o caminho. A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo. (CORREIO DA MANHÃ, 16/11/1902)

As consequências destas transformações todos nós conhecemos: de um lado, não apenas o alijamento das populações mais pobres da área central da cidade, mas também a marginalização desta mesma massa popular dessa nova sociabilidade que se instaurou naquele espaço; população trabalhadora desfavorecida, que foi expulsa suas habitações, não teve outra opção, uma vez que necessitava permanecer mais ou menos próxima aos seus locais de trabalho, e, para isso, uma das atitudes tomadas foi a construção de casebres, nos morros próximos ao centro do Rio.

A postura ditatorial adotada pelo governo Rodrigues Alves, em relação à vacinação obrigatória também foi objeto de crítica de Lima, que, em seu *Diário Íntimo*, relata:

Durante as mazorcas de novembro 1904, eu vi a seguinte e curiosa coisa: um grupo de agentes fazia parar os cidadãos e os revistava. O governo diz que os opositoristas à vacina, com armas na mão, são vagabundos, gatunos, assassinos, entretanto ele se esquece que o fundo dos seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantêm a opinião dele é da mesma gente. Essa mazorca teve grandes vantagens: 1) demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião própria e defendê-la com armas na mão; 2) diminuir um pouco o fetichismo da farda; 3) desmoralizar a Escola Militar. (BARRETO, 1961, p.12)

O lema dos políticos e da elite intelectual durante a gestão Pereira Passos era:

“O Rio civiliza-se!” eis a exclamação que irrompe de todos os peitos cariocas. Temos a Avenida Central, a Avenida Beira Mar (os nossos Campos Elíseos), estátuas em toda a parte, cafés e confeitarias (...), um assassinato por dia, um escândalo por semana, cartomantes, médiuns, automóveis, autobus, autores dramáticos, *grandmonde*, *demi-monde*, enfim todos os petrechos das grandes capitais. (“O Chat Noir”, em Fon-Fon! n. 41, 1907.)

Extraído de www.objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon1907.

Cabe lembrar que durante o processo de reformulação urbana ocorrida no Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, o que houve de fato foram duas intervenções urbanísticas orientadas por sentidos distintos: uma conduzida pelo Governo Federal e projetada pelo ministro Lauro Müller

e o engenheiro Francisco Bicalho; outra levada a cabo pela prefeitura do Rio de Janeiro, por meio de Pereira Passos. Ambos os projetos de intervenção urbana resultaram da iniciativa do então Presidente da República Rodrigues Alves que, desde o seu discurso de posse, anunciara uma grande ação de reformulação urbana sob o pretexto de melhorar a imagem, a sanidade e a economia da capital federal.

Lima Barreto foi um dos poucos intelectuais que ousaram em não concordar com as mudanças do prefeito Pereira Passos. Comentavam, alarmados, sobre as cifras do empréstimo obtido junto à Inglaterra, que alcançava a metade da receita da União: 8.500.000 libras esterlinas. Na época, o escritor Lima Barreto criticou fortemente as reformas, utilizando uma forma de escrita carregada de ironia, ele criou a fictícia República dos Estados Unidos da Bruzundanga declarando que:

(...) Tendo conseguido adjudicar à Bruzundanga vastos territórios, graças à leitura atenta de modestos autores esquecidos, a sua influência sobre o ânimo do Mandachuva, era imensa. Convenceu-o que devia modificar radicalmente o aspecto da capital. Era preciso, mas devia ser feito lentamente. Ele não quis assim e eis a Bruzundanga, tornando dinheiro emprestado, para pôr as velhas casas de sua capital abaixo. De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia. (“Os heróis”) (BARRETO, 1956, p. 34)

Após a construção da Avenida Central, o antigo Rio de Janeiro dos tálburis e dos bondes de tração animal desapareceu apressadamente. Como alerta Francisco Assis Barbosa, “pode parecer para alguns que Lima Barreto cultivava um certo saudosismo em relação ao Rio da sua infância e da sua mocidade” (PEREIRA, 2002, p. 230)

Nos textos, sob a forma de crônicas, escritos por Lima Barreto e intitulados *Subterrâneos do Morro do Castelo*, cuja publicação se deu no jornal *Correio da Manhã*, no período compreendido entre 28 de abril a 3 de junho 1905, podemos observar que as crônicas pertencem a um gênero textual que reproduzem fatos da vida cotidiana.

Segundo Margarida Souza Neves (1992), *a crônica é sempre de alguma maneira o tempo feito texto, sempre e de formas diversas do tempo. Ainda segundo a autora, as crônicas permitiam a criação de metáforas, imagens e representações com o intuito de abordar o passado. Enquanto cronista, Lima Barreto deixou sua marca de pertencimento a um espaço-tempo particular, desde o início, suas crônicas veiculavam relatos e imagens que tratavam da cidade, o imaginário e as utopias que se projetavam sobre o espaço vivido.*

Figura 3 – Ilustração do primeiro desmonte do Morro do Castelo em 1905



Fonte: Brasileira Fotográfica (2019)²¹.

Mais do que um local na cidade, o Morro do Castelo aparece em Lima Barreto como um lugar no discurso. O seu espaço sugere lembranças da história do país que o furor republicano pretendia apagar.

Data desse mesmo ano uma anotação em seu *Diário Íntimo*, onde o cronista já registrava as modificações que ocorriam. Em 07 de janeiro de 1905, ele fez a seguinte anotação: “A manhã bonita. desço. O ar acaricia. Tudo azul. A paisagem é de algum modo europeia”.

Segundo Alfredo Bosi, em *História concisa da literatura brasileira*, o mesmo explica a origem do *húmus ideológico* em Lima Barreto:

A biografia de Lima Barreto explica o húmus ideológico de sua obra: a origem humilde, a cor, a vida penosa de jornalista pobre e de pobre amanuense, aliadas à viva consciência da própria situação social, mantinham aquele seu socialismo maximalista, tão emotivo nas raízes quanto penetrante nas análises. (BOSI, 2006, p. 338).

Essas crônicas descrevem os mecanismos urbanos e os tentáculos que cercavam o povo. Utilizando-se de uma narrativa ficcional, Lima conjuga ao mesmo tempo aspectos da

²¹ BRASILIANA FOTOGRAFICA. **A demolição do Morro do Castelo**. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=14030>. Acesso em: 15 dez. 2020.

vida cotidiana com o elemento crítico, denunciando as mazelas que se acumulam na cidade do Rio de Janeiro decorrentes da *Belle Époque*.

O caráter prosaico, crítico e popular de Lima Barreto ratificou a importância de sua obra ao introduzir o povo na literatura. (BOSI, 2006, p.158). As crônicas do escritor tematizam diversas histórias, acerca do Morro do Castelo e das possíveis riquezas que estariam escondidas em túneis subterrâneos. Como o Morro do Castelo desapareceu da geografia da cidade, por intermédio de uma remodelação urbana, os textos de Lima Barreto nos permitem pensar sobre a relevância da memória para a cidade, tendo como principal questão a contradição existente entre o tradicional e o moderno. (CHAGAS; NASCIMENTO, 2015 p. 03).

Em certa medida, não se pode desconsiderar esse dado, entretanto, o que prevalece na sua postura, para além de um “saudosismo”, foi o compromisso em denunciar a grande parcela da população que seria arrancada dos morros do centro do Rio, para locais distantes da visão da meramente “binocular” dos políticos e intelectuais adeptos do lema “o Rio civiliza-se”.

Lima Barreto estava inserido nessa temporalidade de construção do pensamento social brasileiro, sendo que sua literatura, de alguma forma, também pensa e também constrói visões sobre o Brasil, ainda que não tenha sido aceita, predominantemente, em seu tempo. Suas questões ainda são vigorantes, enquanto interpretação e crítica ao modelo vencedor, que hoje, passadas várias décadas, continua a se atualizar, redefinindo-se noutros patamares.

A derrubada do Morro do Castelo, retratada nas crônicas de Lima Barreto, simboliza claramente, como os embates provenientes do mundo moderno se deram na *Belle Époque* carioca. Nesse caso, a chegada da “modernidade”, na visão barretiana, tendia a obliterar as tradições urbanas. Mais uma vez, vale lembrar que a derrubada do Morro e a dispersão da comunidade que nele habitava, tinha como intuito aproximar a cidade dos moldes europeus, sobretudo o parisiense.

Nesse caso, seria a modernidade “devorando” antigos hábitos, uma vez que não havia mais espaço para as tradições na metrópole. Na escrita barretiana, o humanismo exerce um papel fundamental e, nesse sentido, seus olhares sobre a cidade e a precariedade da vida das classes subalternas o levam a questionar a falta de lugar para o homem em favor do concreto e de um *status* globalizado em que pesa sobremaneira a adequação aos modelos urbanos de outros países (ORNELLAS, 2010, p. 12):

O Rio de Janeiro não tem necessidade de semelhantes ‘cabeças-de-porco’, dessas torres babilônicas que irão enfeá-lo, e perturbar os seus lindos horizontes. Se é necessário construir algum, que só seja permitido em certas ruas com a área de chão convenientemente proporcional. Nós não estamos como a maior parte dos senhores de Nova York, apertados, em uma pequena ilha; nós nos podemos desenvolver para

muitos quadrantes. Para que esta ambição então? Para que perturbar a majestade da nossa natureza, com a plebeia brutalidade de monstruosas construções? Abandonemos essa vassalagem aos americanos e fiquemos nós mesmos com as nossas casas de dois ou três andares, construídas lentamente [...] Além de não poderem possuir a mínima beleza, em caso de desastre, de incêndio, por exemplo, não podendo os elevadores dar vazão à sua população, as mortes hão de se multiplicar. [...] As modas dos ‘americanos’ que lá fiquem com eles; fiquemos nós com as nossas que matam menos e não ofendem muito à beleza e à natureza. (“Sobre o desastre”) (BARRETO, 1956, p. 122).

Em *Os subterrâneos do morro do Castelo*, Lima Barreto adota como ponto de partida as lendas seculares sobre as galerias subterrâneas construídas pelos padres jesuítas e que, segundo a lenda, teriam o intuito de esconder riquezas da comunidade. Em crônica publicada no dia 28/04/1905, Lima Barreto escreve:

De feito: a ordem fundada por Inácio de Loiola, em 1539, cedo se tornou célebre pelas imensas riquezas que encerraram as suas áreas, o ponto de ir tornando a pouco e pouco uma potência financeira e política na Europa e na América, para onde emigraram em grande parte, fugindo às perseguições que lhe eram movidas na França, na Rússia e mesmo na Espanha, principal baluarte da Companhia. Em todos estes países os bens da Ordem de Jesus foram confiscados, não sendo pois admirar que, expulsos os discípulos de Loiola, em 1759, de Portugal e seus domínios pelo fogoso ministro D. José I, procurassem a tempo salvar os seus bens contra a lei de exceção aplicada em outros países, em seu prejuízo. A hipótese, pois, de existirem no morro do Castelo, sob as fundações do vasto e velho convento dos jesuítas, objetos de alto valor artístico, em ouro e em prata, além de moedas sem conta e uma grande biblioteca, tomou culto em breve, provocando o faro arqueológico dos revolvedores de ruínas e a *auri sacra fames* de alguns capitalistas, que chegaram mesmo a se organizar em companhia, com o fim de explorar a empoeirada e úmida colchões dos Jesuítas. Isto foi pelos tempos do Encilhamento. (“Fabulosas Riquezas – Outros subterrâneos”, Correio da Manhã, 28 de abril de 1905) (BARRETO, 1997, p. 9)

A descrição feita por Lima Barreto nessa crônica tem tudo a ver com a lenda dos tesouros incrustados no interior da colina. Quando o Morro do Castelo começou a ser derrubado para que fosse construída a Avenida Central, conta a história que, um dos trabalhadores acabou achando uma das entradas das galerias do Morro: “Em certo momento, o trabalhador Nelson, ao descarregar com pulso forte a picareta sobre as últimas pedras de um alicerce, notou com surpresa que o terreno cedia, desobstruindo a entrada de uma vasta galeria. 28/04/1905”. (BARRETO, 1997, p. 9)

Nessa época, Lima Barreto, então com 24 anos, “mesclou contemporaneidade dos jornais com a linguagem prosaica dos folhetos para elaborar suas narrativas a respeito dos esforços lançados à descoberta da galeria”. (CHAGAS; NASCIMENTO, 2015, p. 09).

Apesar de ser jovem e estar no início da carreira no jornalismo é importante pontuar ainda a ambientação feita por Lima Barreto, que provavelmente é o reflexo da tradição real--

naturalista, que à época detinha grande popularidade no Brasil. Essa estética contribuiu para o aspecto sensorial e sinestésico de sua de escrita, o que intensifica a materialidade dos textos. Assim, o início da crônica publicada no dia 29 de abril 1905, configura um bom exemplo: “[...] uma hora da tarde; o sol causticante ao alto e uma poeirada quente e sufocante na Avenida em construção, operários cantam e voz dolente, enquanto os músculos fortes puxam cabos, vibram picaretas, revolvem a areia e a cal das argamassas (...)” ” (BARRETO, 1997)

Esse mesmo aspecto sensorial também pode ser observado na forma personificada com a qual o Morro do Castelo é tratado, como foi publicado na seguinte crônica:

Um dia destes foi num dos flancos que se abriu a boca silenciosa de um corredor escuro que os homens interrogam entre curiosos e assustados; hoje é a própria cripta do morro que se parte como a querer bradar para o céu o seu protesto contra a irreverência e avidez dos homens! (...) A boca negra de um outro subterrâneo escancarava-se. (03/05/1905) (BARRETO, 1997, p. 12)

Vê-se que a forma personificada visa a estabelecer a dicotomia entre indivíduo e ambiente. A adjetivação e as ações atribuídas ao Morro e à pedreira se fazem a partir da ótica do subalterno, ou seja, de quem também sofre a opressão à qual estão sujeitas os trabalhadores.

É também em *Os subterrâneos do Morro do Castelo* que Lima Barreto narra o encontro com Sr. Coelho, um “especialista” sobre a arqueologia do morro. Em sua apresentação, lê-se:

De coisas extraordinárias sabe este homem; tem talvez cinquenta anos de idade, dois terços deles gastos no esmerilhamento das verdades ocultas nas entrelinhas de pergaminhos seculares. Ele sabe de todo um Rio subterrâneo, um Rio inédito e fantástico, em que se cruzam extensas ruas abobadadas, caminhos de um Eldorado como não no sonhara Pangloss. (Quinta-feira, 04 de Maio de 1905). (BARRETO, 1997, p. 13)

Em publicação do dia seguinte, Lima Barreto se debruça sobre os pergaminhos seculares mencionados no último excerto. Na sexta-feira, 05 de Maio 1905, o jornalista publica uma crônica na qual descreve o seu encontro com Sr. Coelho. A partir daí, o estudioso lhe explica qual teria sido a justificativa para que os padres da Companhia ocultassem suas riquezas sob o Morro do Castelo:

Quando a 10 de maio de 1710 aportou a esta cidade a expedição de João Francisco Duclerc cuja misteriosa morte vai ser em breve conhecida por documentos que possuo, os jesuítas perceberam com fina clarividência que os franceses não deixariam impune o assassinato do seu compatriota. Prevendo assim a expedição vingadora de Duguay Trouin, os padres da Companhia cuidaram de pôr em lugar seguro os tesouros da Ordem, receosos de um provável saque dos franceses. Aproveitaram para este fim os subterrâneos, já construídos, do Castelo e lá encerraram todos os tesouros (...) (Sexta-feira, 05 de Maio de 1905). (BARRETO, 1997, p. 13)

Em seguida, todas as riquezas que estariam sob o Morro são listadas pelo documento. Antes disso, contudo, cabe pontuar a preocupação da crônica em trazer o leitor para dentro da materialidade do que se é narrado, ocupando-o com a história, de modo a aproximar a verossimilhança proposta pelo autor da realidade. Embora ainda jovem, já era possível perceber a ironia e o humor mordaz em sua escrita. Desde as suas primeiras linhas, já era perceptível o seu “amargor e a revolta de um homem de cor contra a injustiça e hostilidade de que foi vítima”²².

Após nos apresentar um pouco do romance entre D. Garça e o frade jesuíta, o repórter volta a falar das obras na Avenida Central, informando que: “ontem os trabalhadores descobriram uma nova galeria subterrânea, que parece ser a mais importante das três até agora encontradas.” (BARRETO, 1997, p. 20).” Supondo ser esta a galeria mestra, “pois a mesma tinha uma escada de acesso ao Seminário, agora destruída por via do arrasamento do secular edifício”. (BARRETO, 1997, p.20)” Conta que “foi encontrado um cofre de madeira cintado de ferro, que de pronto chamou a atenção do Dr. Dutra, o qual sem demora comunicou ao Dr. Frontin, guardando o mais completo sigilo do caso. Pela leveza do cofre, parece não conter metal e sim documentos da Ordem de Jesus.” E termina o capítulo: "Continuaremos amanhã a publicação de D. Garça, a narrativa que tanto interesse tem despertado e que tão intimamente se prende as descobertas dos subterrâneos do morro do Castelo”. (BARRETO, 1997, p.21)"

Ao longo do livro, Lima Barreto vai intercalando os dois tempos da sua narrativa, ora narrando as histórias ocorridas no século XVIII e baseadas no pergaminho do Sr. Coelho, ora as descobertas das galerias do morro do Castelo, no início do século XX. Assim como Machado de Assis, Lima Barreto, ao longo de seu texto, faz referências a outras obras e autores da Literatura universal.

Voltando ao início do século XX, o repórter-narrador insiste na ideia de que existe algo de precioso no morro do Castelo. Segundo ele, “dia a dia vai tornando-se mais interessante este caso dos subterrâneos do Castelo, que veio trazer a banalidade chata de nossa vida burguesa, uma nota estranha de aventura romanesca” (BARRETO, 1997, p. 118).

Utilizando como pano de fundo “uma tragédia romântica”, Lima Barreto utiliza sua narrativa para tecer comentários irônicos, sobre a natureza ambiciosa dos políticos. O escritor parte de uma situação particular observada nas escavações do Morro do Castelo com intuito de propor uma visão ampla e universal, acerca da ganância. Em 3 de maio de 1905, Lima escreve:

²² TEYSSIER, Paul. Verbete Afonso Henriques de Lima Barreto. In: **Dicionário de Literatura Brasileira**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2003, p.71.

“O homem já não se contenta em querer escalar o céu, quer também descer ao coração da terra e não poderá o Morro do Castelo embarçar-lhe a ação.” (BARRETO, 1997, p.13)

Lima Barreto almejava aproximar sua crônica da materialidade jornalística do gênero. O documento que comprovaria a existência dos tesouros do Morro do Castelo é tecido com tamanha riqueza de detalhes no que tange às datas, à contextualização e à listagem que faz sua visualização muito mais palpável ao leitor. Logo, o tom jornalístico encontrado ao longo de todas as crônicas dos subterrâneos do Morro do Castelo, torna-se, no fragmento a seguir, absolutamente claro:

AD PERPETUAM MEMORIAM Aos 23 dias do mês de novembro de 1710, reinando El Rei D. João V, sendo capitão-general desta capitania Francisco de Castro Moraes e superior deste Colégio o Padre Martins Gonçalves, por ordem do nosso Rev.mo Geral foram postos à boa guarda, nos subterrâneos que se fabricaram sob este Colégio, no monte do Castelo, as preciosidades e tesouros da ordem nesta província, para ficarem a coberto de uma nova invasão que possa haver. Consiste este tesouro de: —Uma imagem de Santo Inácio de Loiola, de ouro maciço pesando 180 marcos; uma imagem de S. Sebastião e outra de S. José, ambas de ouro maciço pesando cada uma 240 marcos, uma imagem da Santa Virgem, de ouro maciço pesando 290 marcos; a coroa da Santa Virgem, de ouro maciço e pedrarias, pesando, só o ouro, 120 marcos; 1400 barras de ouro de quatro marcos cada uma; dois mil marcos de ouro em pó; dez milhões de cruzados, em moeda velha e três milhões de cruzados em moeda nova, tudo em ouro; onze milhões de cruzados em diamantes e outras pedras preciosas, além de um diamante de 11 oitavas, 9 quilates e 8 grãos, que não está avaliado. Além destes tesouros foi também guardada uma banqueta do altar-mor da Igreja, seis castiçais grandes e um crucifixo, tudo em ouro, pesando 664 marcos. O que tudo foi arrecadado em presença dos nossos padres, lavrando-se duas atas do mesmo teor, das quais uma fica neste colégio e outra segue para Roma a ser entregue ao nosso Rev.mo Geral, dando-se uma cópia autêntica a cada um dos nossos padres. [...] (Sexta-feira, 05 de Maio de 1905). (BARRETO, 1997, p.19-23)

Em crônica do dia 6 de Maio 1905, após chocar-se com os documentos de Sr. Coelho citados acima, Lima fecha a crônica com um artifício extremamente arquetípico no que se refere ao suspense. O estudioso afirma haver uma reencarnação entre eles, o que causa o riso de seus interlocutores na narrativa e instiga a curiosidade dos leitores do jornal. Todavia, no lugar de solucionar a tensão levantada pelo fato, Lima Barreto encerra a crônica, estimulando o público a manter-se atrelado às próximas publicações da série:

É verdade, meu amigo, e quem for vivo há de ver; contanto que abandonem o caminho errado e tratem de penetrar no subterrâneo do alto para baixo, o que não será difícil visto a existências das escadas em espiral que conduzem ao grande salão que lhes descrevi. E ninguém está em melhores condições de descobrir o que está lá dentro que o próprio Marquês de Pombal, que pretendia confiscar todas as riquezas da Companhia. — Quem? O Marquês de Pombal? exclamamos sem compreender. — Sim, senhor; o Marquês de Pombal ou o Dr. Frontin, que são uma e a mesma pessoa. — Está a fazer perfídia, hein? E rimos a bom rir. — Não gracieje, meu amigo, protestou, severo, o Sr. Coelho; o que lhe digo não é nenhuma pilhéria; o Dr. Frontin é o Marquês de Pombal; ou melhor, aquele encarna atualmente a alma do ministro de D. José! Íamos desmaiar; o Sr. Coelho bate-nos amigavelmente ao ombro e promete-

nos dar os motivos por que com tanta segurança afirma que o reconstrutor de Lisboa anda entre nós, metido na pele do construtor da Avenida Central. E prestamos ouvido atento entre pasmados e incrédulos. Amanhã contaremos aos leitores esta bizarra e maravilhosa história. (6 de Maio de 1905)” (BARRETO, 1997, p. 25-28)

Logo em seguida, em publicação do dia 8 de Maio de 1905, inicia-se um importante momento das crônicas. Lima Barreto reitera que esta teria um fundo de veracidade, fomentando a curiosidade de leitores do *Correio da Manhã*:

Uma tradição velhíssima tem alimentado entre nós no espírito do povo a ideia da existência de tesouros enterrados, dormindo há séculos sob pesadas paredes de monastérios, resistindo à argúcia de olhares perscrutadores e acirrando a curiosidade e a cobiça de seguidas gerações. Algo de real existe certamente em meio às exagerações da lenda; documentos antigos falam dessas riquezas e indicam mesmo, com relativa precisão, os pontos em que se acham elas ocultas. A recente descoberta de galerias subterrâneas no morro do Castelo vem mais uma vez provar à evidência não ser de todo destituída de fundamento a crença que, de há séculos, vem alimentando a imaginativa popular. (BARRETO, 1997, p.33-36)

Vimos, portanto, como uma história de amor feita por Lima Barreto reuniu diferentes doses de violência e traição, tendo em vista a história se passar em 1709, e ter como principais personagens: D. Garça, Jean e François Duclerc. A primeira delas trata-se de uma aristocrata que amarga viver no Rio de Janeiro. Jean, por sua vez, anteriormente um marquês da corte francesa, vive agora como padre jesuíta e amante de D Garça. Duclerc, por fim, é comandante da expedição de Luís XIV que invadiu o Rio de Janeiro, no século XVIII. Sendo intercaladas às crônicas do Castelo, as referidas histórias ocupam-se de fomentar a curiosidade dos leitores, acerca do folhetim e, por conseguinte, a compra dos jornais.

Nesse momento, veem-se, mais uma vez, a crítica e a ironia que marcaria, até o fim de sua vida, a obra barretiana. Pensemos agora nos personagens da história inscrita nas crônicas do Morro do Castelo: uma aristocrata, um padre e um comandante. Todos funcionam de maneira profundamente expressiva, no que se refere ao que podem representar alegoricamente. Enquanto D. Garça exprime as hipocrisias da alta sociedade, Jean é denúncia dos desvios morais do clero e Duclerc, da mesma forma, é simbolicamente uma crítica à postura assumida pelas forças militares. Dessa forma, Lima Barreto traça uma crítica a três dos principais setores da sociedade. No mesmo sentido, o jovem cronista expõe as atitudes duvidosas dos governantes. Porém, dessa vez, de forma mais direta, chegando a mencionar explicitamente o nome do então presidente Rodrigues Alves, como se pode observar em publicação do dia 28 de Maio de 1905, ao discutir o que será feito com as riquezas achadas no Morro de Castelo:

Ora, como é impossível dividir os objetos em partes iguais pelos milhões de almas que habitam o país — do Amazonas ao Prata e do Rio Grande ao Pará — ficam eles sendo de propriedade de todos em geral, sem ser de cada um em particular. Todo

cidadão pode apreciá-los de longe, com a vista unicamente. Ninguém afirmará, agora, que nos lugares onde se acham atualmente possam os objetos ser admirados pelo povo. Além de ser um pouco cacete, pela formalidade, entrar no Palácio de Friburgo, não há tolo nenhum que acredite ser o Sr. Rodrigues Alves capaz de mostrar o crucifixo a quem deseje vê-lo. Sendo assim, qual deve ser a conclusão a tirar? Simplesmente esta: tanto o crucifixo como o candieiro devem estar em determinado ponto, para serem apreciados pelos seus legítimos donos, e isto em dias marcados pelos encarregados da guarda de tais objetos e que nada mais são que representantes dos supraditos donos. Podiam eles ficar na Gávea, na Tijuca, no Saco do Alferes ou em Santa Teresa, mas isso já dependeria de despesas com pessoal, instalação, etc. Há, porém, uma casa mantida exatamente para guardar semelhantes objetos: é o Museu Nacional. Por que não mandaram para lá o crucifixo e o candieiro? Então o Sr. Rodrigues Alves ou o Dr. Frontin, numa terra em que todos são iguais, podem se apossar de objetos encontrados em terrenos do Estado e encontrados quando se faziam escavações por conta desse mesmo Estado? Se assim é, mandemos plantar batatas a tal igualdade, porque nenhum deles é melhor do que qualquer homem do povo, único pagante dos trabalhos feitos no morro do Castelo. Vamos lá, Sr. Rodrigues Alves e Dr. Frontin, entreguem ao Museu Nacional o que lhes não pertence: isto aqui não é, positivamente, a casa da mãe Joana. (28 de Maio de 1905) (BARRETO, 1997 p. 26)

Em sua última publicação da série, datada do dia 3 de Junho de 1905, Lima Barreto encerra a narrativa folhetinesca de D. Garça, em crônica intitulada “Epílogo”, dando aos três personagens um fim envolto em violência e mistério:

O ódio irrompeu então, indomado e terrível na sua alma, presa de uma angústia sem nome; venceu a pequena distância que o separava do leito e com o punhal erguido, pronto a vibrar o golpe, contemplou um momento aqueles dois corpos adormecidos. Depois, num movimento rápido e seguro, a lâmina branca do punhal cravou-se inteira no peito de Duclerc. Ele não dera um gemido; o ferro atravessara-lhe o coração, matando-o instantaneamente. D. Garça despertou sobressaltada; os seus olhos negros e faiscantes distinguiram na treva do quarto o vulto do jesuíta; compreendeu tudo e, sentindo ao lado o corpo exâmine e frio do seu amado, exclamou: —Mata-me, Jean. —Não, não te matarei, tornou este; tu és agora minha, somente minha, não tenho mais rival. —Enganas-te! exclamou D. Garça, erguendo meio corpo do leito. Era ele a quem eu amava; mataste-o, pois bem, jamais te tornarei a pertencer, covarde! As faces do jesuíta contraíram-se num rictus de ódio terrível; uma nuvem negra de vingança e de vergonha passou ante os seus olhos esgazeados; a sua mão crispada mais uma vez se ergueu e a um golpe de punhal o corpo de D. Garça caiu redondamente no leito. No dia seguinte espalhava-se por todo S. Sebastião a notícia da morte misteriosa de Duclerc. Em vão se fizeram pesquisas para a descoberta do assassino do capitão francês e da bela italiana. Mas deu muito o que falar a estranha coincidência de ter sido encontrado no mesmo dia, no leito da sua cela do colégio, o corpo inanimado do padre João de Jouquières e junto ao seu cadáver um vidro de veneno e um punhal tinto de sangue. (3 de junho de 1905) (BARRETO, 1997, p. 45)

No que diz respeito à escrita de Lima Barreto, em *O subterrâneo do Morro do Castelo*, o que há de mais relevante e que justifica o debruçar sobre as tendências realistas é a denúncia das mazelas sociais do Brasil. Por esse motivo, Bosi afirma que a obra de Lima Barreto significa um desdobramento do Realismo, no contexto novo da I Guerra Mundial e das

primeiras crises da República Velha.²³ Por esse motivo, fora a razão cronológica, o crítico enquadra o autor carioca no chamado Pré-Modernismo, entendido, por ele, como *tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade social e cultural*.²⁴

Interessante destacar na leitura deste texto, é que já está presente o Lima Barreto crítico e defensor das classes mais pobres. Neste texto, percebemos insinuações contra o desmonte do Castelo, chamando atenção para a sua importância na formação da cidade.

Aliás, *O Rio civiliza-se*²⁵ foi a expressão retomada pelo escritor, já que esta foi criada no período do bota-abixo, para o arremate com o qual Lima Barreto concluiu o texto “A volta” (1915):

(...) Porque o Senhor Rio Branco, o primeiro brasileiro como aí dizem, cismou que havia de fazer do Brasil grande potência, que devia torná-lo conhecido na Europa, que (...) devia dotar a sua capital de avenidas, de boulevards, elegâncias bem idiotamente binoculares e toca a gastar dinheiro (...) e a pobre gente que mourejava lá fora, entre a febre palustre e a seca implacável, pensou que aqui fosse o Eldorado e lá deixou as suas choupanas, o seu sapé, o seu aipim, o seu porco, correndo ao Rio de Janeiro a apanhar algumas moedas da cornucópia inesgotável. Ninguém os viu lá, ninguém quis melhorar a sua sorte no lugar que o sangue dos seus avós regou o eito. Fascinaram-no para a cidade e eles agora voltam, voltam pela mão da polícia como reles vagabundo. (...) o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos. E com semelhantes raciocínios foram perturbar a vida da pobre gente que vivia a sua medíocre vida aí por fora, para satisfazer obsoletas concepções sociais, (...) transformando-lhes os horizontes e dando-lhes inexequíveis esperanças. Voltam agora (...) donde nunca deviam ter vindo para atender tolas vaidades de taumaturgos políticos e encher de misérias uma cidade cercada de terras abandonadas que nenhum dos nossos consumados estadistas soube ainda torná-las produtivas e úteis. O Rio civiliza-se! (BARRETO, 1961, p. 82-3)

Lima Barreto foi dos poucos intelectuais de seu tempo que defendeu a permanência do que chamava “**célula matriz de Sebastianópolis**”, “**venerável morro**” e “**morro encantado**”:

Esta frase, dita num tom firme e catedrático, na meia-luz de uma sala francamente iluminada, deu-nos calafrios à alma, já, de resto, habituada às surpreendentes coisas de que tem sido pródigo este encantado morro do Castelo. (...) Já ninguém contesta que o morro lendário, célula matriz de Sebastianópolis, encerra nas arcas de seus poços interiores, atulhados pela calça de três séculos e meio, um alto, um elevado tesouro... bibliográfico (...) Da longa história que ouvimos, fartamente documentada e narrada em linguagem simples e fluente, por um homem de espírito cultivado e arguto conhecedor do assunto, daremos amanhã circunstanciada notícia aos leitores,

²³ BOSI, Alfredo. Pré-Modernismo e Modernismo. In: **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo. Editora Cultrix, 2006:326

²⁴ BOSI, Alfredo, 2006, .327

²⁵ “O Rio civiliza-se” foi uma divisa criada por Figueiredo Pimentel e que se tornou o símbolo das transformações por que passava a Capital Federal no começo do século (gestão Pereira Passos 1902-1906). Nessa expressão sintética, estaria representado não apenas todo um processo de civilização explícita que ia tomando corpo paulatinamente nos centros urbanos. SILVA, Maurício. Espaço e Vivência: Transformações Modernizadoras na Primeira República. **Saeculum-Revista de História**, João Pessoa, p. 151, ago/dez 2004.

justamente ávidos de desvendar os mistérios do venerável morro. (...) Pois o nosso morro do Castelo neste ponto também nada fica a dever aos castelos feudais da Idade Média. (BARRETO, 1997, p.34).

No período de Pereira Passos, demoliu-se apenas a ladeira do Seminário, um dos três acessos ao topo do morro do Castelo²⁶. Segundo a descrição feita por Luís Edmundo no livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*, nesse período, a montanha já havia perdido toda a sua glória do passado. Antes o Castelo era o considerado o orgulho, a imponência e o marco zero da cidade: “[...] é o Castelo, vizinho ao mar, o de maior relevo, o mais povoado e de aspecto melhor. [...] Morada de tamoios, defesa natural que o lusitano, depois, aproveitou para sobre ela fixar o burgo [...]”.(BARRETO, 1997, p. 33)

A gestão do prefeito Carlos Sampaio (1920-1922) assumiu a responsabilidade pela preparação da Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922, e para isso, o morro do Castelo precisava desaparecer. Lima, no entanto, defendeu a preservação do Morro e procurou, através da escrita, preservar a memória da cidade. Em todo percurso do escritor pela imprensa carioca, nunca deixou de defender a cidade contra a ganância e a opulência dos poderosos. Exemplo disso é que em 1920, quando o prefeito Carlos Sampaio assina o decreto de demolição do morro, sua crítica é forte e direta. Nesta época, Lima Barreto, já doente, escrevia para a revista *Careta* e em um texto, publicado em 28 de agosto, condena veemente a prática da prefeitura em construir hotéis e cassinos de luxo enquanto, havia pessoas sem local de moradia. Em suas palavras: “não há casas, entretanto, queremos arrasar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas. Como lógica administrativa, não há coisa mais perfeita!”²⁷. Foi um autor sempre desconfiado das modificações estruturais que eram impostas pela municipalidade, como foram a derrubada do Castelo e o aterramento do mar, a especulação imobiliária das “áreas ricas” e o desprezo pelas regiões onde se concentrava a pobreza. Os supostos argumentos progressistas feitos por políticos, jornalistas, escritores, poetas e

²⁶ O primeiro caminho de acesso ao Morro era feito pela atual Ladeira da Misericórdia, que hoje em dia é apenas um pequeno trecho da ladeira que um dia existiu, próxima ao atual Museu Histórico Nacional, ladeira esta que ligava o Largo da Misericórdia as partes altas do Morro. Posteriormente, o morro veio a ter outras duas ladeiras de acesso, uma que se chamava Ladeira do Carmo ou Ladeira do Colégio, no prolongamento da Rua do Carmo, e a Ladeira do Seminário ou Ladeira da Ajuda, na face oposta do morro, com descida onde existia a antiga e extinta Rua da Ajuda perto da atual Praça da Cinelândia. Esta Ladeira da Ajuda, ficava atrás do edifício do Museu Nacional de Belas Artes, antiga sede da Escola Nacional de Belas Artes, construída na primeira década do século 20, quando da abertura da Av. Central, atual avenida Rio Branco. Cf. RIODEJANEIROAQUI.COM. **Primeiros caminhos e edificações do Morro do Castelo**. Disponível em: <https://www.riodejaneiroaqui.com › morro-do-castelo-2c>. Acesso em: 16 dez. 2020.

²⁷ BARRETO, Lima. Megalomania. In: *Revista Careta*, 28 de agosto de 1920.

cientistas, entre outros, não contemplavam todos os fatos; uma grande parte da população ficou excluída dos “benefícios” e necessitou buscar alternativas para sobreviver.

Lima Barreto descreveu o outro lado do chamado “progresso”. Assim, ele mesmo declarou em *O muambeiro*, publicado na Revista Careta, em 7 de setembro de 1915:

Quando saio de casa e vou à esquina da Estrada Real de Santa Cruz, esperar o bonde, vejo bem a miséria que vai por este Rio de Janeiro. Moro há mais de 10 anos naquelas paragens e não sei por que os humildes e os pobres têm-me na conta de pessoa importante, poderosa, capaz de arranjar empregos e solver dificuldades.

A trajetória de Lima Barreto pela imprensa carioca termina por onde começou, na defesa da cidade e seus, na crônica *O prefeito e o povo*, publicada na revista Careta, em janeiro de 1921:

O senhor doutor Carlos Sampaio é um excelente prefeito, melhor do que ele só o senhor de Frontin. Eu sou habitante da cidade do Rio de Janeiro, e, até nela nasci; mas apesar disso não sinto quase a ação administrativa de Sua Excelência. Para mim, Sua Excelência é um grande prefeito, não há dúvida alguma; mas de uma cidade da Zambézia ou da Conchinchina. Vê-se bem que a principal preocupação do governo atual do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será europeia e a outra, a indígena.

A maior obra de Carlos Sampaio – a operação de arrasamento do morro do Castelo – iniciou-se em novembro de 1920, com a instalação, na encosta onde hoje está a Rua México, de uma máquina escavadora que já havia sido usada na demolição do morro do Senado.

Em 21 de julho, as Comissões de Justiça, Obras e Orçamento do Conselho Municipal emitiram pareceres favoráveis, sugerindo, todavia, várias emendas e alterações. Apesar de a ideia do arrasamento ter sido exaustivamente discutida pelo Legislativo, ainda havia uma convergência de opiniões. Em novembro, o intendente Azevedo Lima declarava: “não houve um só membro do Conselho que se mostrasse partidário da conservação da montanha” e acrescentava: “Ninguém ignora que o Sr. Carlos Sampaio acaricia a intenção de proceder ao desmonte do morro do Castelo”. (KESSEL, 2001, p.72)

Esta aparente sintonia de propósitos não evitaria que o prefeito buscasse outros caminhos para concretizar o sonho abortado em 1891, que permanecia ainda vívido na memória. Apesar da crise promovida pelo Encilhamento²⁸, os estudos e orçamentos elaborados trinta anos antes propunham-se a resolver quatro quesitos descritos pelo prefeito: a) a do desmonte do morro; b) a do destino a dar às terras e o local, portanto, onde as utilizar; c) a do

²⁸ Encilhamento é um termo originário do vocabulário de corridas de cavalos usado para caracterizar o agitado movimento na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro no final do Império e primeiros anos da República.

sistema de transporte; d) a da melhor forma de arrimar as terras no aterro, protegendo-as contra o embate das águas e, como consequência, onde buscar o volume necessário.

Antes que estas questões técnicas pudessem ser solucionadas, havia outros empecilhos, que foram resolvidos por Carlos Sampaio. Primeiramente, foram conseguidas as licenças necessárias dos Ministérios da Marinha, Viação e Fazenda; depois, o prefeito procurou pessoalmente o Cardeal Arcoverde com o fim de obter a permissão para demolir as igrejas situadas sobre o morro histórico.

Restava ainda resolver o que seria feito dos habitantes do Castelo. Velhas casas e cortiços abrigavam uma população pobre que havia crescido nos últimos anos, uma vez que não tinham como pagar aluguéis no Centro, quando as vetustas casas de cômodos foram desapropriadas e demolidas. Indenizados os proprietários, os desalojados fizeram uma série de protestos e reclamações, que foram ignorados pelo prefeito, que, a essa altura, mostrava-se mais preocupado com os aspectos técnicos e financeiros do empreendimento.

Apesar das divergências quanto à manutenção ou não do Morro, acabou prevalecendo o discurso da elite e dos políticos (EDMUNDO, 1995, p. 199). Após a quase total demolição do Morro do Castelo (1922), restou, ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso, o pequeno trecho inicial da Ladeira da Misericórdia.

3.1. Os castelenses sob múltiplos olhares e vozes

Gente que sobe, gente que desce.
(EDMUNDO, 1995, p. 199)

Durante o período de sua existência, o Morro do Castelo foi habitado por pessoas das mais diversas classes sociais. Segundo Luís Edmundo (1995, p. 121): o antigo Morro foi “morada de Tamoios, a elevação era um tanto escarpada em roda, defesa natural que o lusitano, depois aproveitou para sobre ela ficar burgo que se mudava da praia onde nascera, junto ao Cara de Cão”.

De acordo com relatos de Joaquim Manuel de Macedo (2005, p. 438):

vivemos, graças a Deus, em tempos de perfeita paz, e em que não há receios nem de invasões de inimigos externos [...]. Dessas fortalezas restam, pois, unicamente vestígios, e no leito da primeira que se construíra no Castelo (...) folga ainda de ver engraçados e alegres ranchos de moças bonitas [...]

Na visão de Vieira Fazenda (NONATO, 2001, p. 46):

Por terra vão cair as paredes das casas pertencentes, outrora, ao pai de Aureliano de Sousa Coutinho, as de Pedro Cipriano de Abreu e Lima, dos Barros, do banqueiro Montenegro, do General Sampaio e das que serviam de residência ao velho Gabizo (frequentada por José Bonifácio).

Ao longo da segunda metade do século XIX, e com a crescente massa de libertos e o incentivo, promovido pelo Governo, de trazer mão-de-obra europeia, acabou promovendo uma maior ocupação do Morro.

As fontes são abundantes em relação aos atos oficiais, todavia, são escassas em relação às demolições feitas na cidade dita “suja e atrasada”, como também fazem poucas referências ao deslocamento dos habitantes que residiam na região central da cidade.

Durante a década de 1980, a historiografia urbana foi renovada por alguns autores como: Maurício Abreu, Jaime Benchimol, Lia Aquino Carvalho, Oswaldo Porto Rocha, entre outros²⁹, passando a dar voz a outras versões não oficiais, sobre o desmonte do Morro e a reformulação urbanística, do início do século XX.

A administração Passos simbolizou uma nova estratégia por parte do governo. A abertura dos subúrbios para as classes populares passou a separar as classes, não mais pela *forma da habitação*, mas sim pelo *espaço ocupado* pela habitação. A estratégia de Pereira Passos era separar o uso dos espaços: um destinado à produção de atividades comerciais e de serviço e ao consumo, no caso o então recém-reformado centro; e outro destinado à habitação, os subúrbios para as classes mais baixas e a zona sul para as mais altas. (PAIXÃO, 2008, p. 40 - 41)

No entanto, Maurício de Abreu salienta que a separação de usos e classes não foi perfeita. A separação dos espaços para residência e dos espaços de trabalho deve ser entendida segundo uma forma tendencial, e não como realidade absoluta. Nem todos aqueles que habitavam a área central foram afetados diretamente pela remodelação da cidade ou transferiram-se para os subúrbios, como foi dos castelenses. Para outros, a necessidade de habitar o centro da cidade, próximo a oportunidades de trabalho, era tanta que a solução foi a

²⁹ Listamos aqui os trabalhos mais significativos desses autores, a saber: ABREU, Maurício de Almeida. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. Revista do Rio de Janeiro. Niterói, volume I número 2; pp.47-58. jan/abr 1986. ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar/ Iplan Rio, 1987. BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussman tropical?** Rio de Janeiro: UFRJ-PUR, 1982. Dissertação de Mestrado (publicado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; Coleção Biblioteca Carioca vol. 11). CARVALHO, Lia Aquino. **Contribuições para o estudo das habitações populares. Rio de Janeiro, 1886-1906**. Niterói: UFF-ICHF, 1980. Dissertação de mestrado (publicada pela Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986). ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920**. Niterói: UFF- ICHF, 1983. Dissertação de Mestrado (publicada pela Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986).

moradia, em alta densidades e pagando altos aluguéis, nos bairros periféricos ao centro que não foram alvo das reformas, como o Catumbi, a Cidade Nova, a Misericórdia (onde estava o morro do Castelo), o Estácio, a Lapa, a Gamboa, o Santo Cristo e a Saúde. (ABREU, 1987, p. 56)

Ainda havia a solução pela habitação de um novo habitat que surgia, e que se definia exatamente como contraponto da tentativa de controle total do espaço pelo Estado: os morros. “Atraindo grande quantidade de força de trabalho e não oferecendo espaços para a sua reprodução, a Reforma Passos viabilizou então, o desenvolvimento de sua própria negação – ou seja, a proliferação de um habitat que já vinha timidamente se desenvolvendo na cidade e que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendeu erradicar da cidade. Este habitat foi a favela.” (ABREU, 1987, p. 56-57). A ocupação das encostas dos morros próximos ao centro, um espaço que ainda não havia sido alvo de controle, foi a resposta dos populares, frente à ação interventora do governo. Segundo o professor Andreilino de Campos (2005), após o esvaziamento do Castelo, parte da população foi morar em áreas em que já havia quilombolas, desde o Brasil colônia e Império, localidades como: Morro Dona Marta, Babilônia, Pavão Pavãozinho, Vidigal, Formiga, Chácara do Céu e Coroadó, bem como foi habitar regiões de baixada na orla da Baía de Guanabara, em áreas de manguezais, como foi o caso de Vigário Geral, Parada de Lucas e Maré. (CAMPOS, 2005, p. 70)

Ao falar sobre as habitações populares, do início do século XX, o geógrafo Everardo Backheuser aponta as ruas da Cidade Nova, da Gamboa, da Saúde, de Frei Caneca, Camerino, Barão de São Félix, Visconde de Itaúna, Riachuelo e “um milheiro de outras no Centro” como sendo as de maior concentração desse tipo de habitação.³⁰

As reformas urbanas, do início do século XX, nos distritos centrais do Rio de Janeiro, mexeram na estrutura da cidade, desarticulando e movimentando a população de baixa renda, principalmente as que moravam em habitações coletivas, um dos grandes alvos dessas reformas. Apesar de, em uma maneira geral, o número de população e domicílios terem diminuído, na maioria dos bairros centrais e ter havido um escoamento da população de baixa renda, para o subúrbio carioca, alguns distritos centrais, mais afastados da nova área reformada, receberam parte de seu contingente. A população pobre não abandonou o Centro e a Zona Sul da cidade. Isso se deu devido ao “certo relaxamento da lei municipal que proibia reformas nos cortiços, como também uma certa condescendência da parte dos delegados dos distritos sanitários”.

³⁰ BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os pobres. **Renascença - Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes**. Ano 2, n. 13, março de 1905.

Segundo a crítica feita pelo escritor Lima Barreto:

Não há casas, entretanto queremos arrasar o Morro do castelo, tirando a habitação de milhares de pessoas. Como lógica administrativa, não há coisa mais perfeita. O mundo passa por tão profunda crise, e de tão variados aspectos, que só um cego não vê o que há nesses projetos de loucura, desafiando a miséria geral. (BARRETO, Lima. Megalomania. In: **Revista Careta**, Rio de Janeiro, 28/08/1920.)

E fala-se em arrasar todo o Morro do Castelo... Arrase-se o morro, que já há muitos anos devia ter sido arrasado! Mas, antes de arrasá-lo, digam-me, pelo amor de Deus, para onde se há de mudar toda a gente que o habita, - gente que é tão gente como nós, e que, como nós, tem o direito de possuir uma casa, um lar, uma família, e uma vida! (BILAC, Olavo. In: *Gazeta de Notícias*, 13/08/1905).

Mesmo percebendo em alguns deles, o claro enfoque nos estudos sobre as classes populares em questão, esses trabalhos deram o prisma oficial de tais reformas, principalmente, por conta dos tipos de fonte utilizada. Mas foi também, no início da década de 1980, que a historiografia passou por profundas mudanças teóricas e metodológicas, ampliando seus horizontes. A aproximação com outras ciências sociais, como a Antropologia, e a importância dada a outros conceitos, como cultura, relegando um pouco a importância extrema, antes dada aos aspectos marxistas, o que levou a busca de novas fontes e práticas metodológicas, como por exemplo, o uso de fontes orais e o desenvolvimento de uma metodologia própria para a História Oral.

A partir de então, depoimentos, relatos pessoais e biografias foram revalorizados³¹. Numa atitude bastante incomum, para aquele momento, na área de História, visto que na década de 1980 os pesquisadores que trabalhavam com História Oral eram majoritariamente cientistas sociais e não historiadores.

Durante os meses de novembro de 1984 a junho de 1986, os professores e pesquisadores Oswaldo Porto Rocha, Jaime Larry Benchimol, Lílian Fessler Vaz e Mário Aizen realizaram dez entrevistas com pessoas que vivenciaram as transformações urbanas ocorridas, no Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XX. Nestas entrevistas, procuraram dar voz a diversas visões, e entrevistaram tanto engenheiros como pessoas comuns, que moraram na cidade neste período.³² O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro foi um grande

³¹ FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.(Coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV; 6 ed., 2005; p. 23.

³² O Projeto Arquivo Vivo, como foi intitulado o acervo composto pelo conjunto dessas entrevistas, foi produzido pelo Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, sob a coordenação de Elisabete Versiani, Coordenadora de Pesquisa do Museu à época. A maioria das entrevistas foi gravada na sede do Museu na Praça XV. Apesar de caber ao grupo de historiadores a condução das entrevistas, a sua iniciativa faz parte de uma política desenvolvida pelo próprio Museu, desde o momento de sua fundação, em 1965, a fim de produzir

incentivador da História Oral produzindo um acervo sonoro vasto e de grande valia para a memória da cidade e essas entrevistas, que constituíram o Projeto Arquivo Vivo, fazem parte deste acervo.

Infelizmente, não houve qualquer indicação sobre os critérios adotados na seleção dos entrevistados. Ao mesmo tempo, percebemos que os condutores do projeto procuraram ouvir pessoas de diferentes procedências, ainda que os engenheiros sejam quarenta por cento dos entrevistados – das dez entrevistas do Projeto, quatro foram feitas com engenheiros. Quatro dos demais entrevistados não destacaram sua profissão, apenas Hélio Gomes Machado, se disse bibliotecário, e Sebastião Luiz dos Santos, que dentre as várias atividades que exerceu, destacou a de garçom. Destaca-se o fato de que, por serem pessoas que haviam vivido, o início do século XX, e como as entrevistas foram realizadas na metade dos anos 1980, tais depoentes teriam idade bastante avançada.

Carlos Soares Pereira e José de Oliveira Reis eram engenheiros aposentados, na década de 1980 e foram entrevistados para o Projeto Arquivo Vivo. O primeiro nasceu em 22 de fevereiro de 1901, e em 13 de novembro de 1984, data de seu depoimento, tinha 83 anos de idade. O segundo nasceu no dia 25 de abril de 1903 e possuía 82 anos de idade em 02 de outubro de 1985, dia que prestou depoimento ao projeto. Os dois se formaram na Escola Politécnica de Engenharia do Rio de Janeiro, Carlos em 1923 e José em 1925. Em seus depoimentos, falaram para os pesquisadores como engenheiros, enfocando sempre suas lembranças ligadas às atividades profissionais. Este foi o tom das duas entrevistas analisadas agora.

A primeira delas, a de Carlos Soares Pereira, aconteceu no dia 13 de novembro de 1984, abrindo a série de entrevistas do Projeto. Nela estavam presentes, representando o Museu da Imagem e do Som, os professores de história Oswaldo Porto Rocha e Jaime Larry Benchimol; e acompanhando o depoente sua filha Maria Helena Pereira Baiana.

Carlos Soares Pereira deixa claro que, na sua concepção, os morros da cidade atrapalhavam a circulação entre as demais regiões e o centro administrativo e financeiro, em especial o morro de Santo Antônio localizado entre a Zona Norte e o Centro da cidade. Esta

depoimentos para a aquisição em seu acervo sonoro, que começou a ser formado durante a solenidade de inauguração do Museu, com a gravação do discurso proferido pelo então governador Carlos Lacerda. Composto de registros gravados em fitas magnéticas, hoje este acervo abrange os mais variados temas, desde seminários, palestras, discursos até os diversos depoimentos coletados pelo Museu. O Projeto Arquivo Vivo, realizado em 1984 e 1985, valoriza o depoimento de pessoas comuns, e até mesmo as consideradas “excluídas”, como o caso de ex-moradores do morro do Castelo e de um ex-comunista preso, na década de 1950.

declaração enfoca a sua visão absolutamente técnica sobre o assunto. Ao ser perguntando sobre o desmonte do morro do Castelo, Carlos Soares Pereira defende intensamente a postura do prefeito. Chega inclusive a fazer a seguinte afirmativa: “Carlos Sampaio foi o melhor prefeito que nós tivemos”. Diz ainda que o prefeito via a necessidade de expandir a área plana da cidade, apesar de algumas opiniões contrárias: “Não estavam deixando fazer, mas ele fez”.

O depoente aponta que o prefeito foi corajoso e enfrentou “uma série de dificuldades” para conseguir concretizar o desmonte. Entre estas, ele cita o Hospital e o asilo de crianças que pertencia à Santa Casa de Misericórdia. Explica que Carlos Sampaio conseguiu um hospital em Botafogo, para onde levou as crianças. Aponta que além do mais havia a necessidade de remoção dos habitantes, mas diz que ninguém ficou desabrigado. Para Carlos Pereira, o arrasamento do morro ajudou na mudança da população pobre que morava nos cortiços, porém diz não ter sido este o motivo para o arrasamento e sim a necessidade de ampliar o espaço do centro da cidade.

A segunda entrevista, com o engenheiro José de Oliveira Reis, foi realizada quase um ano depois, no dia 02 de outubro de 1985, uma sala do Museu da Imagem e do Som, estando presentes, além do depoente, o também engenheiro Jorge Ernesto de Miranda Schinoor e os professores Jaime Larry Benchimol, Mario Aizen.

José Reis destaca dois prefeitos como sendo os mais importantes para a história da cidade: Pereira Passos e Henrique Dosdsworth³³. Para José Reis, foi nessas duas administrações que a cidade mais recebeu melhoras na sua estrutura. Não foi casual que as obras de destaque destes prefeitos foram: para o primeiro a abertura da Avenida Central e para o segundo a abertura da Presidente Vargas.

José de Oliveira Reis tem uma fala muito enérgica, e parece ter necessidade de mostrar que sabe muito sobre a história da cidade, citando logo no início de seu discurso que é autor de um livro intitulado: “Rio de Janeiro e seus prefeitos”³⁴. Explicando que este executou a urbanização da área plana resultante do desmonte do Castelo. Outro engenheiro que tem

³³ Henrique Dosdsworth foi interventor do então Distrito Federal de 11 de novembro de 1937 a 3 de novembro de 1945.

³⁴ REIS, José de Oliveira Reis. **Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da Cidade**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade / Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1977. No livro, dividido em 4 volumes, o autor apresenta as obras de engenharia referentes à evolução urbanística de cada uma das administrações municipais do Rio de Janeiro de 1889 a 1960, período em que a cidade exerceu a função de capital federal. Nos dois primeiros volumes o autor elenca os projetos de alinhamento da cidade, chamados PA, do período, organizados em ordem numérica do número 1 ao número 7.571. No terceiro, onde aborda a evolução urbanística propriamente dita, divide os capítulos por prefeito. No quarto volume apresenta os logradouros da cidade e os seus respectivos PAS.

destaque em seu depoimento é Paulo de Frontin. Explica também que a administração de Carlos Sampaio não demoliu totalmente o Morro do Castelo: “Ele fez um grande aterro, da boca do Calabouço até quase a Glória”.

Ao se referir à administração de Carlos Sampaio, aponta que o prefeito tinha uma necessidade urgente de começar a demolir o Morro do Castelo, mas também tinha uma dificuldade muito grande. Explica que primeiro a “grita” era por conta de este ter sido o Morro de fundação da cidade do Rio de Janeiro. Embora o Cara de Cão fosse considerado o “histórico da cronologia”, a cidade do Rio de Janeiro só começou a funcionar, quando Mem de Sá a transferiu para cima do morro do Castelo. Além disso – José Reis continua em sua explicação – tinha a igreja da Sé e uma porção de outros problemas ligados àquela região. Isto porque o morro do Castelo ocupava uma posição excepcional na topografia da cidade, dominando toda a entrada da barra da Baía de Guanabara. Conclui seu depoimento: “Mas então Carlos Sampaio encontrou uma dificuldade histórica muito grande. Mas não houve grita pelo fato de ser histórico não e sim por conta da localização. Estava bem localizado. Quem morava lá não queria sair evidentemente”.

José de Oliveira Reis segue o seu depoimento explicando que o morro levou vários anos para ser demolido, pois, segundo ele, a urbanização do Castelo estava vinculada à questão da Presidente Vargas. As duas obras foram feitas praticamente ao mesmo tempo. Enquanto se desapropriava a Presidente Vargas, se urbanizava o Castelo. Explica que essas desapropriações eram feitas de acordo como um decreto que regulava a desapropriação, exigido por Pereira Passos e elaborado por J.J. Seabra.

A lei, segundo explica, diz que se o prédio fosse avaliado em estado ruinoso, a desapropriação não precisava ser paga, sendo este artifício muito utilizado por Pereira Passos, e posteriormente por Carlos Sampaio e Henrique Dossdsworth.

Finalizando seu depoimento sobre o período que aqui interessa, o engenheiro ainda explica que a área do Castelo ficou muito tempo desocupada, por falta dinheiro para sua urbanização. Depois, já nos anos 1930, o Governo Federal requisitou os seus terrenos e o prefeito não podia se negar, pois, estava subordinado ao presidente.

Após apresentar os depoimentos dos dois engenheiros, seria interessante destacar que os dois expressam uma visão bastante parecida. Suas trajetórias de vida são bastante similares, assim como suas entrevistas, suas posturas e seus ideais, expressando claramente a visão de uma classe de que, no início do século XX, tinha grande peso político e administrativo na cidade: os engenheiros.

Apesar dos entrevistadores não terem relatado a racialidade dos engenheiros, presume-se que sejam brancos. Durante os depoimentos, percebe-se uma preocupação demasiada em explicar e defender as questões técnicas das obras de urbanização. Os dois depoentes quase não falam na população, a exceção dos engenheiros que se destacaram como autoridades, como Pereira Passos, Paulo de Frontin, Carlos Sampaio, Edson Passos, Henrique Dodswoth, entre outros. É interessante destacar que os moradores da cidade são vistos como empecilhos para determinadas obras e não como “usuários” do espaço que estava sendo construído.

Ambos os engenheiros destacam o problema de removê-los por conta da resistência destes, em permanecer no local em questão e destacam que as obras ajudaram na remoção dos cortiços ali existentes, tipo de habitação coletiva que, desde o início do século, vinha sendo perseguida e combatida pelas autoridades municipais e federais.

José de Oliveira Reis, aponta dentre as dificuldades encontradas pelos prefeitos, na conduta de suas obras, dois fatores diferentes nas duas obras que mencionou: para o desmonte do morro do Castelo, disse que o maior problema enfrentado foi a retirada dos moradores do morro, que insistiam em ali permanecer, por conta de sua *privilegiada localização*.

Sobre a administração de Carlos Sampaio, José de Oliveira Reis explica que o prefeito tinha dois grandes obstáculos: “a exiguidade de tempo para a execução das obras preparatórias para a comemoração do centenário (da Independência) e as precárias condições financeiras da municipalidade”. Por outro lado, tinha duas vantagens sobre outros administradores: “além de ser engenheiro militante e de grande competência, era um estudioso dos problemas da cidade”. Para ele, foi um governo dinâmico, lembrando a administração de Pereira Passos.

No seu livro, José de Oliveira Reis escreve que se alguém perguntasse a Carlos Sampaio porque ele não promovia a remoção do morro de Santo Antônio, mais fácil que a do Castelo, histórica e tradicionalmente ligado à cidade do Rio de Janeiro, ele respondia que qualquer prefeito seria capaz de arrasar o morro de Santo Antônio, mas poucos ousariam atacar aquele histórico e famoso monte da Sé Velha³⁵.

José de Oliveira Reis ainda explica, em seu livro, que a obra somente foi prejudicada pelo “moroso problema da desapropriação dos prédios e conseqüente alojamento e abrigo da população atingida”.³⁶ Segundo ele, especial atenção foi dada aos padres capuchinhos e às crianças do Hospital S. Zacharias, que requeriam alojamento instantâneo. Explica ainda que

³⁵ REIS, José de Oliveira. *Op. Cit.*; p. 80

³⁶ REIS, Jose de Oliveira. *Idem*; p. 82

inicialmente foram desapropriados 470 prédios, imediatamente demolidos.³⁷ No entanto, cabe apontar que tais indenizações eram feitas aos proprietários, que não necessariamente eram moradores do morro. Há informações que a maioria dos castelenses viviam em casas onde pagavam aluguel, provavelmente habitações coletivas, sendo um dos maiores proprietários das residências ali existentes, a Santa Casa da Misericórdia.

José Reis finaliza seu texto sobre o desmonte do morro do Castelo apontando mais um fator técnico que ajudou na sua demolição: a pequena distância do material escavado, até a sua deposição no mar, ao longo da praia de Santa Luzia e da enseada da Glória.³⁸ Esse procedimento foi para a construção da Avenida Beira Mar – continuidade concreta da Avenida Central construída por Pereira Passos.

3.2. A voz dos Castelenses

A gente não queira sair de jeito nenhum” - D. Florinda
A população foi saindo progressivamente, à medida que o morro foi abaixo - Sr. Francisco.

No dia 30 de outubro de 1985, às 15 horas, na Rua Paula Matos em Santa Teresa, os pesquisadores Oswaldo Porto Rocha, Jaime Benchimol, Mario Aizen, e Lílian Vaz gravaram, para o Projeto Arquivo Vivo do Museu da Imagem e do Som, o depoimento de Florinda Alói e Francisco Alói Moreno. Irmãos, eles moraram no morro do Castelo, até o momento de seu desmonte, em 1922. Os dois só deixaram sua casa às vésperas de ser demolida, quando Florinda Alói tinha 20 anos e Francisco Alói, 12.

Ambos contam como era a vida no morro do Castelo; falam de vários aspectos do morro, lembrando de pessoas e do cotidiano que presenciaram, contando como viviam, as suas impressões, suas experiências e como reagiram à perda de uma referência: o seu local de moradia. Durante a entrevista, percebe-se claramente na voz dos entrevistadores a euforia ao ouvir as palavras dos depoentes. Estes, por sua vez, também se mostram felizes, em narrar o que sabem, pois percebem o valor dado às suas memórias, cujo enfoque é basicamente pessoal. D. Florinda tem um discurso mais simples, enquanto o Sr. Francisco é bem articulado. Em um

³⁷ REIS, Jose de Oliveira. *Idem*; p. 82. Infelizmente o autor não cita a procedência desta informação. O que sei, através de um documento localizado na documentação do prefeito Carlos Sampaio (IHGB, Coleção Carlos Sampaio, Lata 642, p.25) é que em setembro de 1921 havia no morro do Castelo 408 prédios, onde habitavam 4200 pessoas.

³⁸ REIS, José de Oliveira. *Idem*; p. 82.

dados momento da entrevista ela se justifica, dizendo não saber falar bem o português, pois o confunde com italiano – língua nativa de seu pai. Outra característica desta entrevista é que os assuntos circulam ao longo de todo o depoimento, ou seja, os depoentes falam dos mais vários aspectos e situações do morro, aleatoriamente, muitas vezes se repetindo ou acrescentando as lembranças que vão surgindo.

Eles iniciam o depoimento contando que nasceram no morro – D. Florinda no dia 12 de novembro de 1902 e o Sr. Francisco no ano de 1910 – e lá viveram com o pai comerciante e a mãe costureira. O pai era italiano e dono de uma barraca de frutas, no Mercado da Praça XV e a mãe, além de parteira, trabalhava costurando para uma loja na Rua do Carmo. Para eles, o morro nada tinha de decadente, perigoso ou miserável. Era um lugar de alegria, onde muitos descendentes de italianos e portugueses viviam com suas famílias. Sr. Francisco explica que o morro era uma só família, e que não havia nenhum perigo para se sair à noite; todos se conheciam e se davam muito bem: “Não é verdade que era uma área degradada e pobre, era um lugar de alegria, vivia-se com alegria e satisfação. As crianças tinham o colégio Carlos Chagas na Praça do Castelo e catecismo na Igreja dos Barbadinhos.”

E como todas as crianças que viveram no morro, ambos estudaram no colégio Carlos Chagas, na Praça do Castelo e fizeram catecismo na Igreja dos Barbadinhos. Interessante destacar que a afirmação acima, feita pelo Sr. Francisco, foi espontânea. Ninguém havia dito, na entrevista, que a área era degradada e pobre. Isto partiu do depoente como uma defensiva inicial. E ainda, continua falando que havia um posto policial que não tinha nenhum trabalho: “Difícilmente havia alguma ocorrência”, completa.

Inclusive, ambos enfatizam exatamente o contrário. Afirmam que era um morro era um local muito comemorativo. Lembram-se das festas de São Sebastião na igreja, que eram cheias de gente de todos os lugares, que subiam e lotavam o morro. Na noite de Natal, contam que a Missa do Galo e sua procissão também atraíam muitas pessoas. Quanto à estrutura do Morro, contam que a luz elétrica chegou tardiamente, e que a iluminação antes era feita com lampião de querosene. Mencionam que havia algumas casas velhas, mas muita casa bonita do tipo colonial. E enfatizam: “Não era favela”.

Os irmãos descrevem fisicamente o morro, informando que ele possuía basicamente quatro pontos: o do Pau da Bandeira, que ficava do lado oposto ao da Igreja dos Barbadinhos, virado para a Praça Tiradentes, e onde se localizava o Observatório Nacional; o da Igreja dos Barbadinhos, que ficava do lado do Pão de Açúcar; o da ladeira do Seminário, por onde se subia para a Floresta, localizado do lado norte do morro; e o ponto do lado sul.

Explicam que a Chácara da Floresta era como uma avenida grande, onde havia muitas casas e era chamada apenas de Floresta. Ali não era permitida a entrada a qualquer pessoa, apenas de quem morava no local.

Os entrevistadores insistem, perguntando se a Floresta era uma estalagem. Sr. Francisco responde que não, e sim “uma avenida, bem arborizada e bonita” e explica as relações entre os moradores: “Era quase como uma família só. Se uma pessoa ficasse doente, passando mal, se a família estava cansada tinha sempre um padre, uma pessoa amiga que tomava conta”. Quanto à questão da propriedade das residências, ele explica: “A maioria dos moradores do morro, cerca de 90%, morava de aluguel. Mas era um lugar muito bom”.

Florinda e Francisco citam algumas pessoas que eram proprietárias de casas no morro. Uma delas era o senhor Giacomo Kinder, um italiano que possuía várias propriedades. Ele era alfaiate, trabalhava muito, mas também bebia muito: “Uma pena!” – comentam. Contam que volta e meia ele saía pelo morro gritando: “Viva o Brasil! Viva a Itália!, Morte a Portugal! Era engraçado!”³⁹ Segundo eles, no morro a maioria dos moradores era de imigrantes e descendentes, por isso eram muito fechados, só trabalhavam e ficavam no morro, quase sem sair: “Havia um certo receio, pois a maioria era do interior da Europa e eram muito reservados, muito medrosos. Vieram para o Brasil para trabalhar e trabalhavam mesmo. Tinham um certo receio de se dar com pessoas estranhas. Era uma família só, não havia disputa absolutamente. A única rivalidade era entre os dois blocos de carnaval”, explica Sr. Francisco.

Os dois depoentes seguem falando que o morro tinha uma vida social agitada, com dois blocos de carnaval: o Castelo de Ouro, cujo estandarte era verde, e o Prazer do Castelo. Além dos blocos, o morro contava também com um time de futebol: o Paulistano. O clube ficava no morro, mas o campo ficava onde hoje é o Museu da Marinha, ao lado da Praça XV. Em dia de jogo, praticamente todos os moradores iam torcer pelo time. Segundo eles, a comunidade do morro tinha tudo perto. A facilidade de morar no centro foi destacada pelos dois. Seguem dizendo que todas as crianças estudavam, faziam primário no colégio Carlos Chagas e o ginásio no Colégio São Bento.

D. Florinda lembra-se de um episódio ocorrido no morro relacionado à Revolta da Chibata, quando João Cândido visitou a ladeira do Seminário por conta de uma bala de canhão

³⁹ Interessante destacar que este comportamento, que foi considerado engraçado pelos moradores, era exatamente aquele perseguido pela polícia. Além do mais, esta situação expõe a rivalidade que havia entre pessoas de nacionalidades diferentes, em especial a rivalidade entre brasileiros e lusitanos, intensificada desde a década de 1820, durante o processo de independência do Brasil. Cf.: RIBEIRO, Gladys. **A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará / Faperj, 2002.

que, durante a Revolta, atingiu uma casa, matando duas meninas. Ela conta que, durante a revolta, se mudou para Cascadura e lá ficou, até as coisas acalmarem.

D. Florinda conta que havia muitos armazéns, alfaiates, quitandas e botequins, no morro do Castelo. “O que dava emprego lá em cima era o comércio”. Quem não trabalhava com comércio, tinha que trabalhar fora do morro. Muita gente do morro trabalhava no Mercado Municipal da Praça XV, como o pai dos dois, que trabalhava vendendo frutas em uma barraca do mercado. Havia também muita lavadeira, a água não era encanada e cada um pegava água em latas para abastecer sua moradia. Quando a água não chegava ao morro, iam pegá-la na Santa Casa.

Sr. Francisco e D. Florinda lembram que frequentavam a praia de D. Constança, em frente à igreja de Santa Luzia, localizada aos pés do morro. A Semana Santa no morro era muito divertida. Tinha teatro e procissão na Igreja dos Barbadinhos, e se queimava o Judas no sábado de Aleluia. A festa do Divino era na Floresta. Segundo os dois, na Floresta as pessoas eram mais pobres, mas eram boas.

Lembram que havia problemas de segurança, mas segundo eles apenas nos arredores do morro. Contam que à noite na ladeira da Misericórdia ficavam uns valentões que jogavam pimenta no olho dos outros e roubavam. Mas isso era na ladeira, em cima do morro do Castelo não. Para eles, a Rua da Misericórdia é que era “meio barra pesada”. Havia uma concentração de chineses, turcos e árabes que fumavam ópio. Ninguém entrava onde os chineses moravam. O que havia no morro era muito bicheiro, pois muita gente jogava, inclusive a mãe e a avó dos depoentes. Para eles, aquela era a diversão dos moradores, pois não faziam outra coisa.

Ao serem questionados sobre a demolição, relatam que não queriam sair de jeito nenhum do morro. Contam que houve comunicação por parte das autoridades. Segundo os dois, eles iam avisando de casa em casa a necessidade de sair do morro. Ainda assim, a população foi saindo aos poucos, à medida que o morro ia abaixo. Contam que os capuchinhos foram um dos primeiros a sair.

Lembram que foi construída uma quantidade enorme de barracões de madeira na Praça da Bandeira para abrigar as famílias castelenses que não tinham para onde ir. A família do Sr. Francisco e de D. Florinda saiu um dia antes de sua casa ser demolida e foi para a Praça da Bandeira. Para eles, o novo lugar era muito ruim, pois sequer tinha água. Sobre os outros moradores do Castelo, D. Florinda e Sr. Francisco contam que também não queriam sair do morro, mas não houve revolta, pois ninguém acreditava que o Castelo pudesse vir a baixo. Terminam seu relato informando que depois de alguns anos morando na Praça da Bandeira, a

família Alói se mudou para a Rua Paula Matos, na subida do morro de Santa Teresa e ressentem-se com a demolição: “O Castelo era bom. Eu me sentia bem”.

O depoimento de D. Florinda e do Sr. Francisco pode estar carregado de saudosismo e com um pouco de romantismo para com um local que não existe mais; mas com certeza nos faz refletir sobre a necessidade de buscar outras lembranças do passado da nossa cidade, e não apenas aquelas dos “produtores do espaço” (PAIXÃO, 2008, p. 179).

O desmonte do morro do Castelo foi um episódio da história carioca que ficou durante alguns anos esquecido, tendo sido resgatado nos anos 1980, por conta de novos estudos sobre as transformações urbanas da cidade. Portanto, resgatar a memória de um grupo que não existe mais, como o dos ex-moradores do Castelo, e que fora pouco lembrado na memória nacional, é resgatar a própria história nacional. No depoimento de Florinda e de Francisco percebe-se a necessidade em fazer destacar o quanto o morro do Castelo era um lugar positivo em suas lembranças. Os dois sentem saudades e lamentam a todo o momento a demolição do morro e procuram enfatizar o quanto as imagens negativas construídas sobre o lugar e seus moradores, não eram verdadeiras. (PAIXÃO, 2008, p. 180)

4. EMBRANQUECIMENTO: A HERANÇA AFRICANA ESTIGMATIZADA

Provavelmente antes de um século a população do Brasil será representada, na maior parte, por indivíduos da raça branca, latina, e para a mesma época o negro e o índio terão certamente desaparecido desta parte da América. (LACERDA, 1912: 94-95).

Hoje, comigo, deu-se um caso que, por repetido, mereceu-me reparo. Ia eu pelo corredor afora, daqui do Ministério, e um soldado dirigiu-se a mim, inquirindo-me se era contínuo. Ora, sendo a terceira vez, a coisa feriu-me um tanto a vaidade, e foi preciso tomar-me de muito sangue frio para que não desmentisse com azedume. Eles, variada gente simples, insistem em tomar-me como tal, e nisso creio ver um formal desmentido ao professor Broca (de memória). Parece-me que esse homem afirma que a educação embeleza, dá, enfim, outro ar à fisionomia. Porque então essa gente continua a me querer contínuo, porque? Porque... o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande. (BARRETO, 1961, p.15)

No início do século XIX, os filósofos depararam-se com uma nova realidade que foi criada por eles mesmos. Naquela ocasião, Herbert Spencer (1820-1903) era considerado o fundador do racismo científico. A partir de suas elaborações sobre o que denominou de evolucionismo social, ele transplantou, do mundo biológico ao mundo cultural, o mesmo modelo das tipologias e dos sistemas classificatórios, a divisão racial-ideológica da humanidade foi ignorada, em favor de uma explanação biológica dos fenômenos sociais.

Dando continuidade à teoria do evolucionismo social, Spencer afirmava que os elementos constitutivos da vida passavam por modificações que geravam mudanças contínuas dos seres – dos menos aos mais complexos –, e que ocorriam através de diferentes estágios da evolução. Ressaltou que este processo era universal, e englobava tanto os organismos como as sociedades. Além disso, o autor acreditava que no interior do processo de evolução social, existia uma luta pela supremacia, tanto entre os povos como entre as pessoas, o que estabelecia, de forma natural, a supremacia do mais forte e a subordinação e ao aniquilamento do mais fraco (CHAVES, 2003, p. 30).

Não obstante, filósofos como: Jean M. Arouet (Conde de Voltaire), Diderot e Buffon acreditarem na existência de uma espécie humana, estes discordavam sobre a origem das diferenças entre os “tipos” observados. Segundo a professora Gislene A. dos Santos:

[...] Detalhista em suas preocupações com as origens das diferenças da espécie humana, preocupação bastante louvável para quem procura inaugurar uma nova metodologia de investigação científica, Buffon, assim como Diderot, reduz a três as variedades que se verificam entre os homens nos diferentes climas: a primeira e mais notável é a da cor (cabelos, olhos e pele); a segunda é a forma e o tamanho (dimensões e proporções do corpo, conformação da cabeça, estrutura dos rosto) e a terceira é ligada às inclinações e aos costumes.” (SANTOS, 2002, p.31).

À proporção que a campanha abolicionista ganhava visibilidade, junto à intelectualidade, os proprietários dos indivíduos escravizados passaram a aderir, em maior quantidade, ao instrumento da manumissão. Para os escravocratas, essas alforrias acabavam sendo “vantajosas”, uma vez que o Estado ficava obrigado a indenizar os proprietários pelas perdas, caso houvesse mudança no sistema produtivo⁴⁰ (CAMPOS, 2005, p. 41).

O ex-escravizado, mesmo depois de ter sido alforriado, continuou ainda discriminado pela sociedade, não importando se fosse africano, ingênuo⁴¹ ou pardo. Segundo Darcy Ribeiro (1986), esse movimento de alforria no campo, talvez tenha gerado uma das maiores injustiças sociais, em função da restrição ao acesso a terra. Nesses termos, Ribeiro nos esclarece que:

O negro, sentindo-se aliviado da brutalidade que o mantinha trabalhando no eito, sob a mais dura repressão [...], só queria a liberdade. Em consequência, os ex-escravos abandonavam as fazendas em que labutavam, ganhavam as estradas à procura de terrenos baldios em que pudessem acampar para viverem livres como se estivessem nos quilombos plantando milho e mandioca para comer. Caíram, então em tal condição de Miserabilidade que a população negra reduziu-se substancialmente [...]. Muito mais pela terrível miséria a que foram atirados não podiam estar em lugar algum, porque, cada vez que acampavam, os fazendeiros vizinhos organizavam e convocavam forças policiais para expulsá-los, uma vez que toda a terra estava possuída e, saindo de uma fazenda, se caía fatalmente em outra.” (RIBEIRO, 1986, p. 221).

Se o acesso à terra foi legalmente vedado, a um determinado segmento social, a questão fundiária sempre foi tratada como uma questão policial. O resultado disso foi que massas de alforriados, juntamente com brancos pobres, deslocaram-se para as cidades ou para os quilombos periurbanos ou rurais. Na cidade do Rio de Janeiro, os afrodescendentes ocuparam inicialmente os cortiços ou se tornaram quilombolas, nas áreas periurbanas. (CAMPOS, 2005, p. 42)

Ainda de acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, a exclusão dos libertos do acesso à terra era importante, pois garantia mão-de-obra de reserva, principalmente, em culturas que exigiam trabalho intensivo (CUNHA, 1985, p. 53).

Logo, o “cientificismo racista”, do século XIX, não levou em conta o processo de opressão e de exploração dos africanos, dos libertos e do proletariado em geral, nem as implicações sociopsicológicas do colonialismo e suas práticas desumanizantes. O pressuposto básico do evolucionismo social ou darwinismo social era de que os indivíduos são desiguais

⁴⁰ Isto talvez explique a atitude imputada a Rui Barbosa, Ministro da Fazenda no período de 1889 a 1891, que mandara destruir todos os documentos relativos à escravidão depositados nesta instituição.

⁴¹ Ingênuos era a denominação dada aos escravos nascidos no Brasil.

por natureza, dadas as diferentes aptidões inatas que fazem de alguns “superiores” e de outros “inferiores”.

À medida que o ideal republicano se expandia, também havia a ênfase em valores considerados “liberais” que se apoiavam num discurso “civilizatório”. Com o fim da escravidão, a questão era: como pensar a formação da nação prestigiada e reconhecida internacionalmente, diante da grande quantidade de afrodescendentes e mestiços? Como estender questões associadas à igualdade e à cidadania, perante essa massa tão heterogênea e “degenerada”?

Segundo Gislene A. dos Santos, o interesse de parte da elite intelectual brasileira pelo movimento para a emancipação dos escravos no Brasil obedeceu, desde o início, a uma lógica que unifica seus pensamentos aos ideais do Iluminismo/Liberalismo europeu. Em nome da igualdade de direitos, da liberdade, da economia liberal, muitos pensadores condenaram o sistema colonial e o trabalho escravo, em uma tentativa de igualar o país às mais desenvolvidas nações da Europa.

Até a metade do século XIX, a maior parte da intelectualidade brasileira pouca atenção dava ao “problema da miscigenação” em si, o pensamento racial teve seu auge entre 1890 e 1920, quando as ideias de hierarquização das raças e da superioridade branca adquirem foros de legitimidade científica (SKIDMORE, 1976, p. 63).

No Brasil, mesmo antes da abolição, a população afrodescendente já era objeto de estudo da Antropologia Física, através de medição de partes do corpo, principalmente do índice cefálico⁴² eram utilizadas para extrapolar características comportamentais. Por meios de inflamados discursos, intelectuais e políticos expunham os prós e os contras da inserção no negro como trabalhador livre e o seu lugar na nova configuração social pós-abolição. Abolicionistas, imigrantistas, eugenistas e políticos aglutinavam em torno de si grande parte das discussões acerca das novas perspectivas de inclusão do negro na sociedade.

No período de transição, entre o governo Imperial e a República, a violência por parte do Estado era comum contra os grupos desvalidos da sociedade. Desde a segunda metade do século XIX, o chefe de polícia instruía os delegados para que fizessem buscas nas casas dos africanos alforriados, ressaltando que não deviam se embaraçar de cuidados supérfluos, uma vez que nenhum africano gozava nem de direitos de cidadãos nem de privilégios de estrangeiros. (CAMPOS, 2005, p. 44). O afrodescendente era tradicionalmente acusado antes

⁴² Craniometria é a medida das características do crânio de modo a classificar as pessoas de acordo com raça, temperamento criminoso, inteligência, entre outros.

mesmo de ter sua culpa apurada, independentemente de sua condição social: liberto ou escravo. No período republicano, todos deveriam ser considerados iguais perante a lei, para a polícia, os afro-americanos não tinham direitos, inclusive a inviolabilidade do lar. (CAMPOS, 2005, p. 43).

Morador do Rio de Janeiro, capital que estava no centro desses debates, o romancista Lima Barreto travou como escritor e jornalista um caloroso debate com as diversas correntes e opiniões, acerca da questão racial do período, problematizando teorias raciais que constituíram o ideário científico de muitos psiquiatras, médicos, intelectuais e políticos brasileiros que apresentavam propostas ao governo tendo em vista o aproveitamento ou não do negro como mão-de-obra livre assalariada (ARANTES, 2010, p. 01).

Segundo Gislene A. dos Santos, os elementos da filosofia natural elaborada pelos iluministas foram resgatados e, somados a outros, emergentes, acabaram adquirindo um novo sentido. Noções como as de perfectibilidade, influências climáticas e origens separadas somam-se às novas ciências (frenologia⁴³, antropometria e eugenia). Se durante o século XVIII, poligenistas e monogenistas discordavam sobre a origem das diferentes raças, este debate acabou se alongando, durante o século XIX. (SANTOS, 2002, p. 47)

Grande parte dessas propostas era endossadas com argumentos biológicos e conceitos raciais que afirmavam a inferioridade, o despreparo e a incapacidade dos negros libertos para o trabalho livre. Declaravam que eles eram incapazes de organizarem socialmente em estado de liberdade como os brancos. O fato é que a Abolição da escravatura não significou uma diminuição do preconceito e da discriminação contra o negro (fato observado por Lima Barreto em romances como “Isaiás Caminha”), mas houve um fortalecimento desses mesmos, amparados agora por teorias raciais que estiveram no bojo das discussões de intelectuais como Sylvio Romero (1851-1914), Pereira Barreto (1840-1923), Louis Couty (1854-1884), Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), Domingos Jaguaribe (1820-1890), entre outros:

Se conhecemos homens negros ou de cor de indubitável merecimento e credores de estima e respeito, não há de se obstar esse fato o reconhecimento desta verdade - que até hoje não se puderam os negros constituir em povos civilizados. [...] Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções. [...] Quando em 1850, a reação antiescravista que, na alta administração, se personificou em Eusébio de Queirós, pode proclamar a

⁴³ Frenologia é uma pseudociência que alega que a forma e protuberâncias do crânio são indicativas das faculdades e aptidões mentais de uma pessoa. A frenologia baseia-se no conceito de que o cérebro é o órgão da mente e se encontra dividido em regiões com funções específicas, denominadas módulos.

extinção do tráfico, não faltou quem declarasse resolvido o problema - o negro. [...] A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.” (RODRIGUES, 1988, p. 18).

A campanha Abolicionista seguida da Proclamação da República foram dois momentos críticos que faziam parte de um único drama social extremamente contraditório, enquanto a Abolição era considerada “progressista e aberta” – propugnando pela igualdade e transformação das hierarquias; a República acabou sendo um desfecho fechado e reacionário, destinado a manter o poder dos donos de terra

Como o acesso à terra foi legalmente vedado a um determinado segmento social, a questão fundiária no Brasil foi tratada como uma questão policial. O resultado é que uma grande massa de alforriados, juntamente com brancos pobres acabaram se deslocando para as cidades. Apesar de a República propor, teoricamente, aproximação do povo para o cenário da atividade política, para que a nova forma de governo pudesse obter êxito, fez-se necessária a criação novos instrumentos de controle das camadas sociais mais pobres. (SOUSA & CAMARGO, 2016, p. 02-03)

As teorias raciais desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos inclusive versavam sobre a miscigenação, e, sendo o Brasil de fato miscigenado, conforme os dados do primeiro recenseamento brasileiro ocorrido em 1872; a elite brasileira, caudatária da cultura estrangeira, concebeu uma “solução”: a política de branqueamento, que consistia numa ideologia que abrangia tanto a apropriação da cultura como de hábitos europeus.

No que diz respeito à difusão cultural, o discurso dos intelectuais estava permeado pela ideologia higienista. Durante todo o período imperial e boa parte do republicano, as manifestações culturais afro-brasileiras dependiam de autorização policial, além de sofrerem sérias restrições, por parte da classe média. O não-reconhecimento dos elementos da cultura afrodiáspórica permitia a elaboração de um projeto de nação perfeitamente homogeneizada. Aliás, este fato já vinha sendo amplamente debatido, desde a década de 1820. A busca por uma nação homogênea tinha como pressuposto a construção de um país, onde os padrões da cultura europeia fossem levados às últimas consequências, e a cultura africana, a bem da verdade, não fazia parte desse projeto. A legitimidade da construção cultural da nação passava por dois níveis de discussão: a legitimidade territorial e a construção da ancestralidade indígena. (CAMPOS, 2005, p.45)

A intolerância dos nossos republicanos para com outros “locais da cultura”, que estavam fora das margens delimitadas pelo esquadro da “ordem e progresso”, foi recorrentemente pontuada Lima Barreto. Na crônica “Feiras e mafuás” (*FM*), por exemplo, ele rememora as festas religiosas presenciadas ainda na sua infância, e lamenta que a cultura popular tenha sido proscrita pelo novo código cientificista de posturas adotadas pelos estadistas de plantão:

Ainda é do tempo da minha meninice as barraquinhas que se armavam no Campo de Santana, no largo em frente ao Quartel-General, aí pelo mês de junho, por ocasião das festas tradicionais deste mês. Eram as barraquinhas de Santo Antônio ou de Santana, não me lembro ao certo o nome popular que tinham; mas sei bem que os poderes públicos do tempo toleravam essa espécie de feira, alicerçada em toscas roletas, porque os empresários pretextavam que a renda dela era destinada a acabar as obras de matriz de Santana, na antiga Rua das Flores. Os virtuosos jornais da época sempre implicaram com tal coisa. Clamavam e apostrofavam contra a desenfreada jogatina que havia naquelas barraquinhas. (...) Veio a república, e logo as novas autoridades acabaram com aquela folgança de mês. A república chegou austera e ríspida. Ela vinha armada com a Política Positiva, de Comte, e com os seus complementos: um sabre e uma carabina. Esta, ela deixou no descanso; mas o espadagão, o sabre, ela pôs no seu escudo. Quem quiser que o veja; eu – posso-lhes garantir – que já estou cansado de vê-los nos tímpanos dos portões dos edifícios públicos, ou, então, funcionando aqui, ali ou acolá, por estes Brasis em fora. Quando opera assim, a carabina o segue. (“Feiras e mafuás”, publicado em “Gazeta de Notícias”, 28/07/1921) (BARRETO, 1956)

Em relação aos cultos de matrizes africanas, estes eram escarnecidos sendo sempre descritos de forma pejorativa, como foi a pormenorização feita por Luís Edmundo ao visitar o Morro do Castelo:

(...) Há uma casa de pretos na Travessa do Castelo onde se pratica a liturgia jeje-nagô, culto fetichista, cerimônia cheia de complicações e de mistérios, onde se evocam almas do outro mundo e são manipulados “despachos”, feitiços que, quando postos nas encruzilhadas dos caminhos, têm a propriedade de criar malefícios, modificar vontades, corrigir a linha sinuosa que dirige o destino dos homens. Chama o povo a esses núcleos de evocação e de magia onde o homem de cor, em geral, predomina, canjerês, candomblés ou macumbas. O espírita convicto diz sempre quando deles fala: espiritismo de terreiro ou, então, baixo-espiritismo. No fundo tudo isso nada mais é que um panaché religioso: estulta corrupção do fetichismo africano que os negros aqui introduziram no tempo da colônia, temperado com um pouco de fé católica e muito dos processos kardequianos de confabular com o astral, [...] Em casa de João Gambá de Luanda, na Travessa do Castelo, a macumba estadeia. [...] evocam chamam-se Ogum, Xangô, Oxalá, São Jorge, São Cosme, São Damião e Santo Onofre. Como nas igrejas católicas, a entrada é franca, [...] uma área suja, onde em balaies de vime, arrulam pombos, cacarejam galinhas, cruzam jabutis e um truculento bode, preso [...] É a fauna do sacrifício que se transforma, depois, em macabros orixás ou feitiços. [...] É o negro João Gambá, negro velho, septuagnário, já com a sua carapinha grisalha e a sua barbela curta e dura, esfiapando na queixada triste. (EDMUNDO, 1957, p. 135-137)

A ação “moralista” das autoridades republicanas também fez com que a ação policial perseguisse todas as formas de manifestações culturais “afro-americanas”. Ritmos como o samba, o maxixe e a capoeira incomodavam visivelmente as elites nacionais, sendo considerados hábitos rudes, e por isso deveriam ser reprimidos pelas autoridades. O samba, inclusive, sofreu intensa perseguição policial. Como fazer rodas de samba não era tipificado como crime pelo código penal de 1890⁴⁴, os sambistas surpreendidos nesses tipos de aglomerações ou com seus instrumentos eram detidos pelos crimes de vadiagem ou de capoeiragem. Os locais de cultos das religiões de matriz afro-brasileira também foram alvo da repressão policial, uma vez que também constavam do código supracitado. Vale lembrar que, na fase anterior a sua vedação em lei, a capoeira já era considerada uma prática cultural marginalizada, só que ainda não existiam instrumentos “legais” de repressão, bem como a punição através de um processo judicial.

Havia o combate aos capoeiras pelas forças policiais, fato este que se intensificou a partir de 1890, pela ação do Chefe de Polícia do Distrito Federal, Sampaio Ferraz, que também perseguia os locais de culto de religiões de matriz africana, por exemplo. Todas essas ações violentas do Estado eram corroboradas pelas teorias da degenerescência racial, como já vimos, que afirmavam que o produto da miscigenação entre as “raças” branca, negra e indígena, tomadas como diferentes e desiguais entre si, daria origem a um tipo biologicamente inferior e fadado a degenerar-se. Ou seja, a maior parte da população mestiça brasileira desenvolveria, assim, comportamentos antissociais como o: alcoolismo, homossexualidade, loucura, criminalidade, feitiçaria⁴⁵, que deveriam, por sua vez, serem policiados e reprimidos.

⁴⁴ De 1890 a 1937 a Capoeira foi “proibida” por lei. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil** (Decreto número 847, de 11 de outubro de 1890)

Capítulo XIII -- Dos vadios e capoeiras

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal;

Pena de prisão celular de dois a seis meses.

§ único. É considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400. Com a pena de um a três anos.

Parágrafo único. Se for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.

⁴⁵ A teoria da degenerescência do mestiço encontrou sua formulação mais acabada na obra de médico maranhense Nina Rodrigues (1862-1906); entretanto, ela alcançou ampla repercussão em áreas como a criminologia, a medicina legal e a psiquiatria nas últimas décadas do séc. XIX e começo do séc. XX.

Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, o escritor nos mostra que dentro do contexto de “construção de um projeto de identidade nacional” havia muito preconceito e o racismo era latente, pela boca do protagonista Isaías proferiu a sua tese contra os que julgavam o negro inferior ao branco:

Não é meu propósito também fazer uma obra de ódio; de revolta enfim; mas uma defesa a acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes, está na sociedade e não no indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatias, de fortuna, isolado contra os inimigos que o rodeiam, armados da velocidade da bala e da insídia do veneno (BARRETO, 1995, p. 19).

O romance supracitado se propõe a fazer uma reflexão sobre o porquê de o personagem principal, reunindo todas as qualidades para ser bem-sucedido na vida, ainda assim, ter fracassado. Ao longo da narrativa, o autor revela que as causas do insucesso de Isaías são extensivas aos negros de uma forma geral e estavam relacionadas a circunstâncias exteriores adversas, como o preconceito e o racismo, disseminados na sociedade brasileira.

O “progresso” do projeto de branqueamento da população brasileira foi apresentado ao mundo por João Baptista Lacerda, à época diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, no I Congresso Universal de Raças, realizado em Londres, em 1911. No seu ensaio intitulado “Os mestiços do Brasil”, Lacerda procurava derrubar a crença da miscigenação como algo negativo, ao contrário previa que o cruzamento racial “tenderia a fazer com que negros e mestiços desaparecessem do território brasileiro, em menos de um século, ou seja, antes mesmo do final do século XX, possibilitando o branqueamento da população” (SOUZA, 2012, p. 754).

5. CRIME, CASTIGO E DESTINO CERTO: A ATUAÇÃO DA POLÍCIA RACIAL NA CIDADE

As primeiras décadas da República configuraram a fase mais turbulenta da cidade até então, com o recrudescimento dos conflitos sociais, a partir de questões predominantemente étnica e espacial. Os despossuídos – o proletariado mais pobre, em geral, que era composto por libertos, mestiços e imigrantes – viviam em outro Rio de Janeiro. Um Rio sombrio e insalubre e que nada possuía de maravilhoso. (SOLIS, 2003, p. 117)

A Colônia Correccional de Dois Rios foi criada em 1894 com o objetivo de recolher homens, mulheres e crianças considerados vadios, vagabundos e capoeiras conforme previa a Lei nº 947 de 29 de dezembro de 1902. Sendo fechada em 1896 e reinaugurada em 1903.

Nesse período, a antropologia criminal tentava comprovar que o “criminoso” e o “antissocial” descendiam de uma linhagem degenerada, e que o futuro da nação estava diretamente relacionado à solução dos problemas atribuídos à miscigenação do povo brasileiro. Desde a segunda metade do século XIX, várias instituições foram criadas e/ou estruturadas, no sentido de promover a higiene racial. Como foi o caso da ampliação do sistema prisional, de asilos e de manicômios.

Até 1841, quando foi assinado o decreto de fundação do primeiro manicômio brasileiro, o Hospício de Pedro II, ainda não existia um local específico para o tratamento de indivíduos com transtornos mentais: geralmente, as famílias mais abastadas mantinham seus parentes doentes isolados em suas casas, longe dos olhares curiosos, enquanto que a população carente perambulava pelas ruas ou era mantida isolada em delegacias ou nos porões da Santa Casa da Misericórdia.

Data de 1850, a inauguração da Casa de Correção da cidade do Rio de Janeiro (1850), posteriormente chamada Penitenciária Lemos de Brito, depois disso, outras duas unidades foram construídas na Rua Frei Caneca. A Casa de Detenção (1856), posteriormente denominada Penitenciária Milton Dias Moreira, juntamente com o Presídio Hélio Gomes (1856) formaram o primeiro complexo de prisões da capital federal sob o comando do Ministério da Justiça à época.

Dentro desse movimento modernizador, vale lembrar que, além da reelaboração do aparelho repressivo do Estado, segundo Lima Barreto, a instituição policial, do início da República, era mal preparada e desconhecia as ruas sinuosas da cidade, como ele mesmo escreveu na crônica “Que rua é esta?”, publicada na revista *Careta* de 24/04/1915:

[...] Em toda a parte, os cargos policiais são dados a quem conhece perfeitamente as localidades que vão policiar; entre nós, porém, esse critério obsoleto não é obedecido, de modo que o doutor Fagundes tomou conta de seu cargo para felicidade da população carioca e da cidade do Rio de Janeiro que ele completamente desconhecia. [...] Ele lia no seu gabinete com o vagar provinciano, especialmente as notícias de polícia. Lendo-os, se, por exemplo, caía-lhe sob os olhos “ontem, houve um incêndio na Rua da Misericórdia” - logo ele perguntava ao contínuo, a um guarda, ao escrivão: onde é essa rua?

Nesse período, instaurou-se o conceito de “polícia científica”. A criminologia e os métodos antropométricos e datiloscópicos se tornaram objeto de discussão. Autores como Lombroso, Ferri, Bertillon e Vucetich eram constantemente citados por advogados e médicos, numa tentativa de “conhecer” o crime e preveni-lo, através da ciência.

Na obra *A Ordem do Discurso*, Foucault (1996: 19-20) analisou o modo como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico e psiquiátrico.

Os afrodescendentes e os mestiços surgem, nesse cenário, como sendo incapazes ou inadequados ao novo estágio de desenvolvimento da nação, bem como representavam o passado colonial a que o Brasil se propunha romper definitivamente. Em contraposição à herança colonial brasileira, surge o branco (europeu) como símbolo do progresso, do futuro a ser propiciado por um modelo de trabalhador ordeiro e pacífico. Assim, a República nasceu sob o signo da *ordem pública*. Herdeiros de concepções político-filosóficas de cunho evolucionista que naturalizavam o social, tanto intelectuais como os militares que “fundaram” a República defendiam a tese do progresso ordeiro.

No Decreto nº 1, de 15/11/1889, os membros do recém-criado Governo Provisório afirmam repetidas vezes a “defesa da ordem pública” como objetivo maior. O horror aos movimentos sociais, à sublevação popular, à *oclocracia*⁴⁶, como se dizia no Império, é marca registrada dos plutocratas⁴⁷ de todos os tempos.

Sob a alegação de que estavam em jogo, interesses do conjunto da Nação, durante a Primeira República, os donos do poder não hesitaram em valer-se, até a náusea, da violência física para imobilizar os indesejáveis.

⁴⁶ Exercício do poder ou do governo pela multidão, pela plebe.

⁴⁷ Plutocracia representa uma forma de governo onde o poder está centralizado nas mãos dos indivíduos mais ricos. Em suma, consiste na interferência direta ou indireta de uma elite econômica no exercício do poder numa sociedade. A plutocracia se firma quando os políticos eleitos passam a priorizar os interesses dos grupos que os apoiaram financeiramente durante a candidatura. Assim, os “financiadores” capitalistas acabam por exercer um grande controle sobre as ações e decisões desses representantes políticos.

Segundo Foucault (1999, p. 285) essa “guerra das raças” foi inicialmente concebida, durante todo o século XVIII, pois data daquela época, o surgimento das técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo individual. Eram procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais: sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância. E essa nova técnica de “poder não disciplinar” aplicava-se a vida dos homens, mas não ao homem-corpo, e sim ao homem-espécie. Nessa linha de pensamento, Foucault conclui que dentro dessa multiplicidade dos homens deve redundar em corpos individuais, a fim de serem vigiados, treinados e eventualmente punidos, o que ele denominou de “biopolítica” da espécie humana. Em sua análise, Foucault acrescenta que o racismo está inserido, dentro do sistema político do biopoder, produzindo um corte entre o que deve viver e o que deve morrer.

Portanto, a primeira função do racismo seria causar uma fragmentação, o racismo atua na sociedade da mesma forma como ocorria como “Estado guerreiro”, ou seja, o racismo permite uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas sim uma relação do tipo biológico; *“quanto mais indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar”* (FOUCAULT, 1999, p. 303).

No caso dos habitantes Morro do Castelo, as evidências da atuação deste biopoder estão registradas apenas no que são as principais fontes oficiais, isto é, os livros de ocorrências policiais, que foram estipulados como principal tarefa dos comissários, após a reforma policial instituída pelo Decreto 6440 de 1907.⁴⁸ Os registros diários eram feitos pelos comissários que eram os responsáveis pelo plantão das delegacias. As ocorrências foram registradas nos livros da 5ª Delegacia de Polícia, na Av. Gomes Freire, no Centro da Cidade. Esta delegacia abrangia o 4º distrito da cidade do Rio de Janeiro, local onde se encontrava o morro do Castelo. Nesses livros, os comissários de polícia registravam os fatos mais importantes ocorridos em seu plantão de 24 horas e que deveriam chegar ao conhecimento do delegado do distrito. Decidir o que anotar, registrando nome, local de nascimento, filiação, estado civil, idade, profissão, endereço, hora e motivo da detenção à autoridade e a lista de objetos de valor apreendidos das pessoas envolvidas eram as tarefas dos comissários.⁴⁹ Ao analisar as ocorrências faz-se necessário atentar que elas são a visão da polícia sobre a população: é o comissário quem

⁴⁸ BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; pp. 21-22.

⁴⁹ Porém, na maioria das vezes isto não ocorria por completo, devido a grande quantidade de ocorrências.

decidia o que e como anotar os fatos que aconteceram no seu plantão. Portanto, a partir de pequenas histórias de vida podemos perceber o que une essas pessoas: em outras palavras, partiremos de casos individuais para dar conta do coletivo. (PAIXÃO, 2008, p. 154).

No período compreendido entre 1916 a 1922 (este é considerado o ano oficial do desmonte do morro), foram registrados diversos tipos de ocorrências, tais como: acidentes de todo tipo, incluindo os de trânsito, agressões entre moradores e furtos em residências. (PAIXÃO, 2008, p. 153). Vale destacar que a maioria dos acidentes foram concentrados nos anos de 1921 e 1922 em virtude das obras de desmonte. Interessante também destacar que nos furtos em residência normalmente os envolvidos, vítima e infrator, eram companheiros de quartos nas casas de cômodos existentes no Castelo. Essas casas, por sinal, eram visivelmente motivos de preocupação por parte da polícia. A maioria dos moradores que aparece nas ocorrências morava em casas desse tipo. A mais famosa delas, chamada de Chácara da Floresta, tinha inclusive um posto policial em frente a sua entrada e concentrou as ocorrências de furto em residência⁵⁰.

A Chácara da Floresta do morro do Castelo foi nos séculos XVIII e XIX residência de nobres da Colônia. Com o crescimento populacional e a ocupação da cidade além dos limites do centro, as grandes residências foram sendo abandonadas e no início do século XX haviam se transformado em grandes cortiços.⁵¹ Esses tipos de moradias – as habitações coletivas, que também poderiam ser estalagens, casas de cômodos, avenidas e até as então recentes favelas – foram duramente perseguidas pela administração municipal, pois eram consideradas focos de doenças e lugares propícios para práticas de atos que se desejava abolir, como furtos, uso de bebidas, vadiagem, entre outros.

⁵⁰ Nas 426 ocorrências conseguimos identificar 553 moradores. Nem todos estavam envolvidos da mesma maneira. Alguns apenas presenciaram os fatos, o que nos fez chamá-los de testemunhas. Do total dos moradores, a maioria apareceu nas ocorrências na condição de testemunha: foram 252 moradores ao todo. Isso se explica por conta de alguns motivos: primeiro porque quanto mais testemunhas fossem arroladas pelos policiais na hora dos fatos, mais fácil seria localizar algumas para caso fosse necessário abrir inquérito. Segundo, quando acontecia algum fato no morro, as testemunhas eram sempre moradores. Terceiro, reparamos que na maior parte dos acidentes de trânsito – atropelamento ou choque de veículos – ocorridos na avenida Rio Branco em sua grande maioria, os castelenses aparecem como testemunha provavelmente por estarem por ali ou trabalhando – como carroceiro ou carregadores – ou apenas circulando. Das testemunhas pouco sabemos, pois para a polícia apenas interessava anotar o local em que residiam. De uma maneira geral percebe-se que os castelenses em primeiro lugar viam; em segundo lugar sofriam; e em terceiro lugar agiam: foram 252 testemunhas, 148 vítimas e 104 infratores. Ainda havia os que se queixavam, 26 deles, os 12 que foram causadores de alguma situação, os 10 enfermos e até um salvador de um menor que se afogava na praia de Santa Luzia.

⁵¹ CHALOUB, Sidney. **Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 2004

Outro local que foi identificado como fonte de inúmeras ocorrências – quer por serem locais propícios para confusões quer por serem locais visados pela polícia – foram os botequins. Alguns deles, localizados no próprio morro, outros localizados nas ruas ao redor do Castelo, mas todos bastante frequentados por castelenses. O fato de beber e conversar fiado, eram hábitos com que as autoridades municipais cariocas do início do século XX, estavam tentando acabar – a famosa vadiagem deveria agora ser substituída pelo trabalho e por comportamentos mais adequados para uma cidade moderna e de padrões europeus.

Um problema frequente percebido entre os moradores, durante a leitura das ocorrências, foi a embriaguez. O registro da embriaguez não foi por acaso. Sempre que um indivíduo envolvido em uma ocorrência estava embriagado, o comissário registrava esta observação, apontando para a importância que a polícia dava ao combate de tal prática.

Outro aspecto percebido sobre o espaço do morro foi o seu uso constante como refúgio. Algumas ocorrências que registraram roubos nas ruas ao redor do Castelo finalizam informando que os ladrões foram vistos subindo o morro.

Mesmo com os grandes problemas encontrados nas ocorrências que apresentam as habitações coletivas e os botequins como focos de necessária atenção policial, nem sempre os moradores do Castelo apareciam em momentos de conflitos. Pelo contrário, as condições parecidas de pobreza e necessidades de sobrevivência vividas pelos castelenses algumas vezes os uniam. As profissões que mais se destacaram entre os castelenses foram exatamente aquelas que exigiam pouca qualificação, como as domésticas e os carregadores. Assim, observa-se que o controle exercido pelo Estado sobre os grupos menos favorecidos foi e continua sendo expresso pela marca da violência com que sempre foram tratados os mais pobres. Atualmente, no século XXI, mudaram-se as estratégias, mas a questão dos mais pobres continua como uma questão policial. (CAMPOS, 2005, p. 64).

Além da prisão, outras instituições responsáveis pela “manutenção da ordem foram os manicômios. Na *História da Loucura* feita por Foucault (2014), internamento do século XVII, não é um estabelecimento médico, mas uma estrutura semi-jurídica que, além dos tribunais, decide, julga e executa. Na organização das casas de internamento, portanto, não está presente nenhuma ideia ou liderança médica. Foi necessária a formação de uma nova sensibilidade social para isolar a categoria da loucura e destiná-la ao internamento. Essa segregação da loucura relaciona-se com as seguintes questões: uma nova sensibilidade à miséria e aos deveres da assistência, uma nova forma de reagir, diante dos problemas econômicos do desemprego e da ociosidade, uma nova ética do trabalho e o sonho de uma cidade, onde a obrigação moral se uniria à lei civil, sob as formas autoritárias da coação.

Nos relatos fragmentados do *Diário Íntimo*, temos configurada a denúncia da miséria do povo fluminense que estava sob o domínio dos ideais burgueses, os quais deixavam à margem a população pobre da sociedade. Neste contexto, Lima Barreto deixou manifesta a sua indignação, diante dos acontecimentos que se passavam no Rio de Janeiro na época. Lima fez uma seleção de elementos que mostram sua vida confeccionada em retalhos, por meio dos quais a sociedade poderia ser compreendida:

Eis a narrativa do que se fez no sítio de 1904. A polícia arrepanhava torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois juntavam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhantemente, arrebataba-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à ilha das Cobras, onde eram surradas desapiedadamente. Eis o que foi o terror do Alves; o do Floriano foi vermelho; o do Prudente, branco, e o Alves, incolor, ou antes, de tronco e bacalhau. (BARRETO, 1969, p. 13).

Barreto, de forma cautelosa, observa os acontecimentos ocorridos na cidade, entre eles os modos operacionais da polícia que, de acordo com os relatos do escritor, abusava do poder. Sem distinção das pessoas, os soldados faziam, à força bruta, a prisão de populares que circulavam pela cidade. Depois disso, de forma cruel, as pessoas eram colocadas em lugares como se fossem animais e, em continuidade, eram tratadas de forma obsoleta. Elementos preponderantes como estes, salientados no *Diário Íntimo*, são de grande relevância, para explicitar a configuração da sociedade carioca, frente aos ideais de expansão e progresso e, sobretudo, mostrar como Lima Barreto trouxe à tona a violência que se escondia por trás do cosmopolitismo.

A diferença é introduzida na igualdade da loucura. Com essa especificação conquistada, dentro do internamento, a loucura adquire uma linguagem que é somente sua. O século XIX, então, conseguiu unir os conceitos da teoria médica e o espaço do internamento e foi aí que nasceu essa relação, posteriormente dada como natural, mas que era totalmente estranha ao Classicismo, entre medicina e internamento e que possibilitou, assim, o nascimento da psiquiatria positiva e do asilo do século XIX. (FOUCAULT, 2004, p. 428).

De fato, os hospitais psiquiátricos não estavam destinados apenas a receber os loucos, mas grande quantidade de pessoas muito diferentes umas das outras. Houve crescimento vertiginoso das internações nos hospícios, principalmente depois da Proclamação da República e da promulgação do Decreto de nº 206 A, de 15/2/1890, que determinava que todo cidadão que perturbasse a ordem pública, a moral e os costumes seria internado em asilos públicos.

Inicialmente, todos os indivíduos que perturbavam a tranquilidade pública eram internados no Asilo de Mendicidade e na Casa da Correção, que abrigava também, os chamados

loucos criminosos. Com a Proclamação da República, e com o início da construção do Hospício Pedro II, todos esses indivíduos foram recolhidos para o novo hospício.

Quando Lima começou a escrever em periódicos, a cidade do Rio já era considerada a maior capital do país. A nova filosofia de vida republicana implicava, também na remodelação dos hábitos sociais e dos cuidados pessoais. Como morador da cidade do Rio de Janeiro, Lima Barreto travou um amplo debate com as diversas correntes e opiniões acerca da questão racial. Ele problematizou as teorias eugenistas que constituíram o ideário científico de muitos psiquiatras, médicos, intelectuais, bem como criticou a atuação truculenta da polícia. Por volta de 1911, Lima já enfrentava problemas, devido ao seu desregramento boêmio. Apesar de as três obras que ele considerava mais importantes, já estarem prontas (*Isaiás Caminha*, *Gonzaga de Sá* e *Policarpo Quaresma*), logo em seu romance de estreia, *Recordações do Escrivão Isaiás Caminha*, o personagem principal descreve a humilhação e o preconceito racial que sofrera ao ser interrogado pelo delegado de polícia:

[...] Esperava o delegado, procurando devanear, sonhar, analisar-me, mas era em vão: a inteligência não me obedecia. (...) Passava das seis horas; a opressão da atmosfera diminuía muito e o calor abrandara razoavelmente. Chegou e eu esperei ainda. Afinal, fui levado à sua presença. Ao lado, em uma mesa mais baixa, lá estava o Capitão Viveiros, o tal escrivão, muito solene, com a pena atrás da orelha, o seu olhar cúvido e a sua papada farta. O delegado pareceu-me um medíocre bacharel, uma vulgaridade com desejos de chegar a altas posições; no entanto, havia na sua fisionomia uma assustadora irradiação de poder e de força. Talvez se sentisse tão ungido da graça especial de mandar, que na rua, ao ver tanta gente mover-se livremente, havia de considerar que o fazia porque ele deixava. Interrogou-me de mau humor, impaciente, distraído, às sacudidelas. Repisava uma mesma pergunta; repetia as minhas respostas. A sua impaciência levava-o a perder tempo. Não dava grande atenção ao interrogatório; olhava com insistência a rua, os bondes que passavam com cortinas arriadas. Num dado momento, como querendo levar a coisa ao cabo, perguntou pela terceira vez: — Qual é a sua profissão? — Estudante. — Estudante?! — Sim, senhor, estudante, repeti com firmeza. — Qual estudante, qual nada! A sua surpresa deixara-me atônito. Que havia nisso de extraordinário, de impossível? Se havia tanta gente besta e bronca que o era, por que não o podia ser eu? Donde lhe vinha a admiração duvidosa? Quis-lhe dar uma resposta mas as interrogações a mim mesmo me enleavam. Ele por sua vez, tomou o meu embaraço como prova de que mentia. Com ar escarinho perguntou: — Então você é estudante? Dessa vez tinha-o compreendido, cheio de ódio, cheio de um santo ódio que nunca mais vi chegar em mim. Era mais uma variante daquelas tolas humilhações que eu já sofrera; era o sentimento geral da minha inferioridade, decretada a priori, que eu adivinhei na sua pergunta. E afirmei então com a voz transtornada. — Sou, sim, senhor! — Pois então diga-me de quem é este verso: — “estava mudo e só na rocha de granito”? — Não sei, não senhor; não leio versos habitualmente... — Mas um estudante sempre os conhece, fez ele com falsa bonomia. É de admirar que o senhor não conheça... Sabe de quem é este outro: — “é o triunfo imortal da carne e da beleza”? — Não sei absolutamente, e é inútil perguntar-mo, pois nunca li poetas. — Mas o senhor, um estudante, não saber de quem são estes versos! Admira! — Que tem uma coisa com outra, “seu” doutor? fiz eu sem poder reprimir um sorriso. — Está rindo se, “seu” malcriado! fez ele mudando repentinamente de tom. Muita coisa! É que você não é estudante nem nada; não passa de um “malandro” muito grande! — Perdão! O senhor não me pode insultar... — Qual o quê! continuou o delegado no auge da cólera. Não há patife, tratante, malandro por aí, que não se diga estudante... Eu começava a

exaltar-me também, a sentir-me ofendido injustamente, agredido sem causa e sem motivo; contive-me, no entanto. — Mas eu sou, asseguro-lhe... — Qual o quê! Pensa que me embrulha... você o que é, é um gatuno, sabe? Por aí, houve em mim o que um autor russo chamou a convulsão da personalidade. Todo eu me agitei, todo eu me indignei. Senti num segundo todas as injustiças que vinha sofrendo; revoltei-me contra todos os sofrimentos que vinha suportando. Injustiças, sofrimentos, humilhações, misérias, juntaram-se dentro de mim, subiram à tona da minha consciência, passaram pelos meus olhos e então expectorei as sílabas: — Imbecil! — Que diz! perguntou ele com autoridade. — Que você é um imbecil, ouviu? Não me disse mais nada; não se lembrou mesmo de determinar que o escrivão lavrasse auto de flagrante. Ergueu-se cheio de fúria, esperei-o pronto para jogar os sapatos; mas o terrível delegado ia unicamente à porta para ordenar que me metessem no xadrez. Fui para o xadrez convenientemente escoltado. Pelo caminho, tudo aquilo me pareceu um pesadelo. Custava-me a crer que, no intervalo de horas, eu pudesse ter os entusiasmos patrióticos do almoço e fosse detido como um reles vagabundo num xadrez degradante. Entrei aos empurrões; desnecessários aliás, porque não opus a menor resistência. As lágrimas correram-me e eu pensei comigo: A pátria! (BARRETO, 2010)

Também é em *Isaiás Caminha* que o autor faz uma das primeiras menções ao alcoolismo, enquanto fonte de esquecimento dos problemas pessoais. As motivações que levaram o protagonista Isaiás a pensar em embriagar-se (já que o ato não se consumou), relacionava-se sobretudo à revolta e ao protesto que manifestava contra a posição subalterna dos afrodescendentes e mestiços, na sociedade brasileira, nos primeiros anos da República. Se no início a absorção de álcool era uma dúvida, com o passar dos anos, tornou-se, para Lima Barreto uma certeza. Já não era mais possível aceitar a lucidez, numa vida pautada por infortúnios. Para o escritor, embriagar-se era um ato heróico em um mar de desgraças:

[...] Revoltava-me que me obrigassem a despende tanta força de vontade, tanta energia com coisas em que os outros pouco gastavam. Era uma desigualdade absurda, estúpida, contra a qual se iam quebrar o meu pensamento angustiado e os meus sentimentos liberais que não podiam acusar particularmente o padeiro. Que diabo! eu oferecia-me, ele não queria! que havia nisso demais? [...] O álcool não entrava nos meus hábitos. Em minha casa, raramente o bebia. Naquela ocasião, porém, deu-me uma vontade de beber, de me embriagar, estava cansado de sentir, queria um narcótico que fizesse descansar os nervos tendidos pelos constantes abalos daqueles últimos dias. Entrei no café, mas tive nojo. Limitei-me a beber uma xícara de café e caminhei tristemente em direção ao mar, olhando com inveja um carregador que bebia um grande cálice de parati. Eu tinha uma imensa lassidão e uma grande fraqueza de energia mental. [...] Em vão ela me fazia falar. Respondia-lhe por prazer. Lembrava-me... Lembrava-me de que deixara toda a minha vida ao acaso e que a não pusera ao estudo e ao trabalho com a força de que era capaz. Sentia-me repelente, repelente de fraqueza, de falta de decisão e mais amolecido agora com o álcool e com os prazeres... Sentia-me parasita, adulando o diretor para obter dinheiro. Às minhas aspirações, àquele forte sonhar da minha meninice eu não tinha dado as satisfações devidas. A má vontade geral, a excomunhão dos outros tinham-me amedrontado, atemorizado, feito adormecer em mim com seu cortejo de grandeza e de força. Rebaixara-me, tendo medo de fantasmas e não obedecera ao seu império. (BARRETO, 2010, p. 43, p. 121).

Consta da sua ficha antropométrica um dado contraditório “branco”, e mais outros como idade, 33 anos, estado civil, solteiro, nacionalidade, brasileiro, e ocupação empregado público. Diagnóstico: alcoolismo. Essa foi a descrição física e o diagnóstico da moléstia do escritor Lima Barreto registrada no prontuário hospitalar datado de 18 de agosto de 1914⁵², quando da sua primeira passagem pelo Hospício. Já na segunda passagem, que é no Natal de 1919, o autor, que fora denunciado pelo próprio irmão e levado à força pela polícia para o hospício, registra sua impressão íntima sobre o processo:

Veio-me, repentinamente, um horror à sociedade e à vida; uma vontade de absoluto aniquilamento, mais do que aquele que a morte traz; um desejo de perecimento total da minha memória na terra; um desespero por ter sonhado e terem me acenado tanta grandeza, e ver agora, de uma hora para outra, sem ter perdido de fato a minha situação, cair tão, tão baixo, que quase me pus a chorar que nem uma criança. (...) o livro de Maudsley, O crime e a loucura. A obra me impressionou muito e de há muito premedito repetir-lhe a leitura. Saído dela, escrevi um decálogo para o governo da minha vida; entre os seus artigos havia o mandamento de não beber alcoólicos, coisa aconselhada por Maudsley, para evitar a loucura. Nunca o cumpri e fiz mal. Muitas causas influíram para que viesse a beber; mas, de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação. (BARRETO, 2010, p. 49)

Quando Lima Barreto foi internado pela primeira vez, entre 18 de agosto a 13 de outubro de 1914, devido às sequelas decorrentes do alcoolismo, sua internação mantinha estreita correlação com a concepção de degenerescência que impregnava a Medicina, desde o início do século XIX, a qual podia ser reconhecida na diversidade de trabalhos que tratavam das doenças classificadas como degenerativas como a própria cirrose hepática, uma doença alcoólica do fígado. Sendo o modelo organicista proeminente nas ciências e disciplinas médicas nessa época, influenciado pelo positivismo, o alicerce para explicar a ação das bebidas alcoólicas sobre os órgãos e sistemas do corpo humano.

As observações feitas psiquiatras, não se restringiram ao corpo do indivíduo embriagado, mas também ao corpo social, pois associaram o “mau funcionamento dos órgãos humanos ao mau comportamento dos indivíduos”, os quais no seu ponto de vista necessitavam de serem examinados, controlados, classificados, afastados e isolados dos focos de contaminação demonstrando claramente seu desejo de intervencionismo político e de fornecer estratégias de controle para problemas sociais.

⁵² A primeira internação de Lima Barreto ocorreu entre 18 de agosto e 13 de outubro de 1914. No conto “Como o ‘homem’ chegou”, no qual o escritor recria ficcionalmente a sua traumática viagem num carro-forte da polícia, da casa do tio Bernardino Pereira de Carvalho, em Guaratiba, até o Hospital Nacional de Alienados, na Praia Vermelha.

Com a teoria da degenerescência do alienista francês, Benedict A. Morel, apresentada no seu *Traité des Dégénérescences*, publicado em 1857, o mesmo supunha uma progressiva degeneração da espécie, a partir de um tipo humano primordial idealizado, cuja transmissão se daria pela hereditariedade, mas, que poderia ser adquirida no curso de uma vida marcada por influências nocivas de origem patológica – tuberculose, sífilis, paludismo, doenças da infância, entre outras. – ou social – industrialização, urbanismo, pauperismo, imoralidade dos costumes, conduta sexual desregrada, abuso de álcool e temperamentos mórbidos.

Portanto, segundo Morel (1857), o que se transmitia não eram os traços característicos de um determinado distúrbio mental e sim as tendências patológicas gerais, ou seja, determinados traços de degeneração em um ancestral poderiam se manifestar de maneiras diferentes em seus descendentes. O fato de não ter uma herança definida a ser transmitida, torna claro que toda e qualquer patologia ou desvios, seja no comportamento ou no corpo poderia surgir e disseminar-se, a partir de um indivíduo identificado como degenerado. Essa concepção de degenerados abarca uma categoria muito ampla, onde todos os considerados desviantes sociais poderiam estar incluídos.

No caso de uma pessoa diagnosticada com o alcoolismo, a teoria da degenerescência servia de instrumento fundamental, na consolidação da concepção do álcool como uma substância nociva, situando-o como causa determinante na degeneração da raça. Firmados no fundamento da degeneração latente, e se considerando os guardiões do organismo social excessivamente prejudicado, pela intoxicação alcoólica, os psiquiatras acabaram adquirindo o *status quo* de vigilantes da moral e da saúde pública. Trazendo para o âmbito da medicina a tarefa de esquadrihar preventivamente a sociedade, os psiquiatras atiraram-se com ímpeto na identificação e supressão dos alcoolistas do convívio social.

Além dessa primeira vez que estive no Hospício, fui atingido por crise idêntica, em Ouro Fino, e levado para a Santa Casa de lá, em 1916; 2 em 1917, recolheram-me ao Hospital Central do Exército, pela mesma razão; agora, volto ao Hospício. (BARRETO, 2010, p. 34)

Na sua última internação, Lima Barreto foi levado pela polícia ao Hospital Nacional dos Alienados, em 25 de dezembro de 1919. No relato feito pelo próprio escritor fica explícita a sua lucidez, ele tinha a plena consciência dos motivos que o levaram àquela situação de extrema indignação social:

De mim para mim, tenho certeza que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida

material há seis anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio (BARRETO, 2010, p.1).

As primeiras anotações do Diário do Hospício datam de 4 de janeiro de 1920, ou seja, quinze dias após sua entrada no manicômio. Os manuscritos do Diário do Hospício, redigidos por Lima Barreto, durante a sua segunda internação no Hospital Nacional de Alienados, entre dezembro de 1919 e fevereiro de 1920, encontram-se na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Lima Barreto. Diante de condições adversas, o autor se viu obrigado a registrar suas anotações a lápis, em 79 tiras de papel.

Aparentemente sem surpresas, Lima faz uso de uma linguagem transparente, moderada, mas que em nada atrapalha a consistência de seus apontamentos e do seu juízo crítico. Todas as tiras traduzem a enorme preocupação do escritor, em dar alguma ordem ao material: datação, numeração das páginas, títulos. Ainda que de forma precária, os manuscritos revelam um trabalho de revisão e pré-edição, contendo observações do tipo: “aproveitado”, ou “vide notas”. As tiras descartadas foram riscadas e trazem uma anotação ao lado: “já falei”.

Em um primeiro momento, mesmo sendo considerado um “alienado”, Lima conseguiu traçar um olhar analítico do local onde a polícia e o sistema psiquiátrico da República velha desejavam encerrá-lo: *Não me incomodo muito com o Hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida.* (BARRETO, 2010, p. 34).

Desde o início dos seus apontamentos, Lima Barreto nos diz que a polícia era um instrumento que servia de canal para a condução dos “supostos” alienados para um local apartado. Qualquer tipo de comportamento considerado anormal deveria ser ocultado da sociedade, e encerrado em “depósitos”, a fim de não serem vistos. O aparelho policial fazia uma espécie de “triagem”, de um lado o meliante, mas do outro, estava figura estranha, paradoxal, quase inclassificável, do réu sem culpa, mas que era igualmente forçado à reclusão. Se na cela do presídio o réu era seviciado antes, ou seja, ofendido, maltratado e “condenado”, mesmo da sentença transitada em julgado, foi nas dependências do Hospício da Praia Vermelha que Lima Barreto sofreu foi uma série de violências que ainda se praticavam na maioria dos hospícios da República Velha.

A primeira violência sentida por Lima Barreto, quando da sua internação no Hospício, faz referência ao seu pudor:

Todos nós estávamos nus, as portas abertas, e eu tive muito pudor. Eu me lembrei do banho de vapor de Dostoiévski, na Casa dos Mortos. Quando baldeei, chorei; mas lembrei de Cervantes, do próprio Dostoiévski, que pior deviam ter sofrido em Argel

e na Sibéria. “Ah! A literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela.. (BARRETO, 2010, p. 34)

No trecho acima, Lima Barreto se faz um “Dostoievski dos trópicos”. Desde o início, percebe-se que o escritor conseguia discernir o seu vexame. Convivendo no mesmo ambiente que loucos e indigentes, ora nu, ora coberto de farrapos, o escritor não se diminui, ante as entrevistas feitas pelos psiquiatras, que, segundo Lima, era o homem a quem a sociedade atribuía o direito de decidir a sua reclusão.

Lima enfrentou a solidão, a rotina manicomial, que se apoiava solidamente nos antigos modelos europeus de psiquiatria. Através de uma análise racional, o escritor conseguiu descrever o “frio” distanciamento dos alienistas do hospício, como foi o caso do médico Henrique Roxo:

[...] Tinha que ser examinado pelo Henrique Roxo. Há quatro anos, nós nos conhecemos. É bem curioso esse Roxo. Ele me parece inteligente, estudioso, honesto; mas não sei por que não simpatizo com ele. Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda a outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato por si. Acho-o muito livresco e pouco interessado em descobrir, em levantar um pouco o véu do mistério — que mistério! — que há na especialidade que professa. Lê os livros da Europa, dos Estados Unidos, talvez; mas não lê a natureza. Não tenho por ele antipatia; mas nada me atrai a ele. (BARRETO, 2010 p. 35)

O texto relata com clareza a “arrogância clínica” que era uma marca registrada de boa parte dos psiquiatras, do início do século passado, apontando principalmente os métodos desumanizantes. Mas foi de maneira indireta que Lima também descreveria o seu ressentimento, quando atribui ao seu irmão às percepções que tinha no alienista:

[...] Perguntou-me por meu pai e eu lhe dei informações. Depois, disse-lhe que tinha sido posto ali por meu irmão, que tinha fé na onipotência da ciência e a credence do hospício. [...] Acompanhava-o uma espécie de interno, que tinha uma cara bovina, apesar do *pince-nez*. Tanto lá, como aqui, no hospício, os internos evitam conversar com os doentes: *morgue* ou regulamento? No tempo de meu pai não era assim e, desde que eles descobrissem um doente em nossa casa, se aproximavam e conversavam. Decididamente, a mocidade acadêmica, de que fiz parte, cada vez mais fica mais presunçosa e oca. [...] Chamou-me o bragantino e levou-me pelos corredores e pátios até ao hospício propriamente. Aí é que percebi que ficava e onde, na seção, na de indigentes, aquela em que a imagem do que a Desgraça pode sobre a vida dos homens é mais formidável. O mobiliário, o vestuário das camas, as camas, tudo é de uma pobreza sem par. Sem fazer monopólio, os loucos são da proveniência mais diversa, originando-se em geral das camadas mais pobres da nossa gente pobre.” (BARRETO, 2010, p. 36)

Ao contrário dos demais psiquiatras que entrevistaram Lima Barreto, o psiquiatra Juliano Moreira era negro, oriundo de família pobre, ingressou precocemente na Faculdade de

Medicina da Bahia aos 13 anos, graduando-se aos 18 anos (1891), com a tese "*Sífilis maligna precoce*". Cinco anos depois, era professor substituto da seção de doenças nervosas e mentais da mesma escola.

De 1903 a 1930, no Rio de Janeiro, Juliano Moreira dirigiu o Hospício Nacional de Alienados. Neste, embora não fosse professor da Faculdade de Medicina do Rio, recebia internos para o ensino de psiquiatria. Aglutinou ao seu redor médicos que viriam a ser, eles também, organizadores ou fundadores, na medicina brasileira, de diversas especialidades: neurologia, psiquiatria, clínica médica, patologia clínica, anatomia patológica, pediatria e medicina legal, tais como Afrânio Peixoto, Antonio Austragésilo, Franco da Rocha, Ulisses Viana, Henrique Roxo, Fernandes Figueira, Miguel Pereira, Gustavo Riedel e Heitor Carrilho, entre outros.

Um dos aspectos mais marcantes na obra de Juliano Moreira foi sua explícita discordância, quanto à atribuição da degeneração do povo brasileiro à mestiçagem, especialmente a uma suposta contribuição negativa dos negros na miscigenação. A posição de Moreira era minoritária entre os médicos, na primeira década do século XX, época em que ele mais diretamente se referiu a esta divergência, polemizando com o médico Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Também desafiava outro pressuposto comum à época, de que existiriam doenças mentais próprias dos climas tropicais.

O contexto político e cultural de sua época deve ser considerado, quando se analisa a obra e a atuação de Juliano Moreira. Ele alinhou-se às correntes que então representavam a modernização teórica da psiquiatria e da prática asilar. Demonstrou isto em sua filiação à escola psicopatológica alemã - foi divulgador da obra de Kraepelin - e nas mudanças que introduziu, quando assumiu o Hospício Nacional de Alienados, entre elas: a instalação de laboratórios de anatomia patológica e de bioquímica no hospital; remodelação do corpo clínico, com entrada de psiquiatras/neurologistas e outros especialistas (de clínica médica, pediatria, oftalmologia, ginecologia e odontologia); a abolição do uso de coletes e camisas de força; a retirada de grades de ferro das janelas; a preocupação com a formação dos enfermeiros; o cuidado com os registros administrativos, estatísticos e clínicos, entre outros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A FORMAÇÃO DOS CORPOS E TERRITÓRIOS MARGINALIZADOS ONTEM E HOJE

Os negros fizeram a unidade do Brasil. O negro é recente na terra. Os negros, quando ninguém se preocupava em arte no Brasil, eram os únicos. Os produtos intelectuais negros e mulatos, e brancos, não são extraordinários, mas se equívalem, quer os brancos venham de portugueses, quer de outros países. [...] A capacidade mental dos negros é discutida a priori e a dos brancos, a posteriori. (BARRETO, 1961, p.20)

Segundo o professor Andreilino de Campos, os grupos dominantes, produziram ao longo da história, a “estigmatização do espaço” que foi apropriado pelas classes trabalhadoras. Atualmente, o “favelado” é considerado perigoso, justamente por representar o diferente, o “Outro”, principalmente no que se refere à ocupação do espaço urbano. A favela surgiu no cenário urbano, mas não foi contextualizada dentro de um processo social, ou como uma transmutação do espaço quilombola, uma vez que, no século XX, a favela representava para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata. (CAMPOS, 2005: 64-65).

Quando fazemos uma leitura dos escritos barretianos, percebe-se que não há como dissociá-lo dos seus personagens fictícios. Decerto, para Foucault (1996: 8-10) os discursos, enquanto inquietação pronunciada ou escrita, tornam-se perigosos quando reproduzidos indefinidamente, isto é, sem o devido policiamento. Como em toda a sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída, temos o exemplo de Lima Barreto como o de um escritor, cujo discurso foi considerado perigoso, por isso mesmo, tão censurado, ou melhor, desincentivado à distribuição pública. Assim, verificamos que os escritos de Lima Barreto sofreram o que Foucault qualificou como exclusão e interdição, uma vez que, ao pertencer a uma sociedade excludente e racista, ele não possuía o direito de dizer tudo, ou melhor, que não se podia falar de tudo em qualquer circunstância, porquanto, o discurso não seria apenas aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas sim *pele que se luta*.

O preconceito racial era assunto recorrente em suas obras. Sempre tratou com aversão, todas as atitudes e comportamentos negativos em relação aos negros, sempre denunciando os comportamentos discriminatórios e os tratamentos desfavoráveis dirigidos àqueles. No texto elaborado para uma palestra nunca proferida denominada⁵³. “O destino da literatura”, Lima

⁵³ A convite de um médico seu amigo, Dr. Ranulfo Prata, Lima Barreto passou um período em Mirassol, no interior de São Paulo, para tentar abandonar o vício do álcool. Quando os amigos do médico descobriram que Lima Barreto estava hospedado em sua casa, sugeriram que o escritor realizasse uma conferência sob o título “O destino da Literatura” em São José do Rio Preto, cidade próxima de Mirassol. Infelizmente, a palestra nunca

Barreto deixou registrada a sua crença em uma Literatura denunciadora das mazelas sociais e capaz de promover a solidariedade entre os homens:

Mais do que qualquer outra atividade espiritual da nossa espécie, a Arte, especialmente a Literatura, a que me dediquei e com que me casei; mais do que ela nenhum outro qualquer meio de comunicação entre os homens, em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino na nossa triste Humanidade.[...]

Fazendo-nos assim tudo compreender; entrando no segredo das vidas e das coisas, a Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e a nos compreendermos; e, por aí, nós nos chegaremos a amar mais perfeitamente na superfície do planeta que rola pelos espaços sem fim. O Amor sabe governar com sabedoria e acerto, e não é à toa que Dante diz que ele move o Céu e a alta Estrela (BARBOSA, 2002, p. 342)

Além de ter sido um observador extremamente detalhista da paisagem que compunha os subúrbios, Lima Barreto foi também um verdadeiro etnógrafo da sociedade de sua época. Tanto em suas crônicas, como em seus romances, contos e artigos, os habitantes que davam movimento e se movimentavam entre à periferia e o centro carioca são representados com uma imensa riqueza de detalhes e com bastante profundidade psicológica. (AZEVEDO NETO, 2011, p. 2). É que esse anseio de mudança e reforma da sociedade carioca, que alimentava a ambição de políticos, investidores e intelectuais, se expressa na metáfora criada por seu olhar, uma literatura concebida “para tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade” (BARRETO, 1961, p. 33).

Nesta, como em outras passagens de sua obra, a cidade se envolve com as personagens criadas pelo escritor, que não apenas habitam o Rio de Janeiro, mas vivenciam a cidade, projetam seus desejos e anseios em suas ruas, vielas, jardins, no seu casario, na sua paisagem, enfim. Algumas personagens se entrosam com a cidade de tal forma, que com ela se confundem. Outras se chocam com o cenário da Rua do Ouvidor, que faz um morador do subúrbio sentir-se estrangeiro no seu próprio país. E os espíritos formados em Botafogo e Petrópolis irão, por sua vez, recusar a realidade dos subúrbios e do Morro do Castelo, realidade que não se identifica com o Brasil por eles imaginado. Essa interpenetração homem e cidade, essa compreensão da experiência da cidade como uma experiência individual, tão característica em Lima Barreto, confere um sentimento próprio à cidade em sua obra.

ocorreu porque no dia e hora marcados Lima Barreto não compareceu, sendo encontrado bêbado nos fundos de um botequim.

Ele foi o escritor brasileiro que melhor expressou na ficção que a cidade não é feita de pedras, mas de homens. Suas personagens, a todo momento, atribuem valor aos edifícios e demais componentes da realidade que os circunda, e mesmo os comumente excluídos da sociedade, os marginalizados, são capazes de pensar o espaço urbano. Nisto se revela um intelectual que, a despeito do caráter literário e, por vezes, panfletário de sua produção, soube empregar elementos que se identificam com o pensamento urbanístico contemporâneo. Ao se opor ao modelo oficial, que se apresentava como portador dos valores da ordem e do progresso, Lima Barreto desenvolveu um discurso de resistência, no seio de uma sociedade que encarava o embelezamento da Capital Federal, como um verdadeiro passaporte para ingresso no mundo dito civilizado.

Lima Barreto teve a cautela de construir detalhadamente seus personagens, fazendo com que os mesmos representassem de forma crítica determinadas situações da realidade social, atribuindo, a todo momento, valores aos componentes da realidade que os circunda, e servindo de “porta-voz” dos comumente excluídos da sociedade, os marginalizados, que ainda não pensavam na nova construção do espaço urbano. Nisto se revela um intelectual que, a despeito do caráter literário e por vezes panfletário de sua produção, soube empregar elementos que se identificam com o pensamento urbanístico contemporâneo.

E possibilita que se afastem as abstrações de conveniência como “civilização”, “progresso”, “modernidade”, “higiene”, que, em regra, desconsideram a realidade da maioria da população e a relação primária que estabelecem com a cidade, uma relação de moradia (ARGAN, 1993, p. 231). Na literatura de Lima Barreto, os argumentos do governo, não obstante o verniz de cientificidade que os encobre, perdem relevo, ante a experiência individual dos moradores da cidade, experiência que possibilita a formação de uma consciência própria e se desenvolve para a composição de um sentimento da cidade.

Lima Barreto regozijava-se, com suas “fumaças de carioca da gema” (FM, p. 220), ao refletir sobre sua relação com a cidade, de que se retirou, em apenas, três rápidas ocasiões. Essa proximidade física e afetiva é transposta para a produção literária. A cidade é um tema que se faz presente em sua primeira publicação, como vimos, *O subterrâneo do Morro do Castelo*, de 1905, e o acompanha até as últimas crônicas do ano de sua morte. A presença constante e ininterrupta levou Afonso Carlos Marques dos Santos a afirmar que o “Rio de Janeiro é, sem dúvida, a personagem fundamental da obra de Lima Barreto” (2007, p. 144). Beatriz Resende, em texto que analisa sua atividade de cronista, afirma que a cidade será o seu “principal tema, admirando suas belezas, defendendo seus habitantes, registrando as modificações que nela

ocorriam, lutando por sua preservação como se cuida de um objeto de amor” (RESENDE & BARRETO, 2004, p. 9).

Fascinava-lhe sua fisionomia de cidade espontânea, que se formara conforme uma lógica própria, sem atender ao “estabelecido na teoria das perpendiculares e oblíquas”, sofrendo “o influxo do local em que se edificou e das vicissitudes sociais por que passou” (BARRETO, 1956.: 66). Uma cidade “semeada de colinas pitorescas, arborizadas ou não, que formam o seu verdadeiro encanto”, “dando-lhe a sua beleza especial, o seu *cachet* de grandeza, e a sua simplicidade de horizontes” (BARRETO, 2004, v. 1, p. 480), com sua topografia peculiar, cujas “montanhas e colinas afastam e separam as partes componentes da cidade”.

Sua morte prematura não impediu, porém, que assistisse a dois momentos de intensa transformação da cidade em que nasceu. Era ainda estudante de engenharia na Escola Politécnica, quando Pereira Passos assumiu com poderes absolutos a Prefeitura do Rio de Janeiro, para promover o que Gilberto Amado chamaria a maior revolução do Brasil e Afonso Arinos qualificaria como uma mudança de capital sem deslocamento: “pode-se dizer, sem ênfase, que a capital mudou duas vezes: uma sem sair do lugar, 1902 a 1906; outra com a construção de Brasília” (FRANCO, 2000, p. 401-416). Lima Barreto, em tom crítico, iria esquivar-se da vaga apologética: “de uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia” (1961, p. 106). No momento em que Rodrigues Alves e Pereira Passos conferiam expressão urbanística e edilícia à aspiração republicana de conciliar a Capital Federal com o ideário de progresso e civilização, Lima Barreto ainda não tinha espaço na imprensa como cronista, mas publicou no Correio da Manhã, uma série de reportagens sobre as escavações no Morro e seu primeiro arrasamento. Neste folhetim, o escritor parte de uma notícia jornalística referente às obras de construção da Avenida Central, que implicaram a demolição de um naco da colina, para discutir, através da ficção, o imaginário nacional que se projetava com a transformação da Capital Federal. Mais do que um local na cidade, o Morro do Castelo aparece em Lima Barreto como um lugar no discurso, um verdadeiro *topos* retórico. O seu espaço sugere lembranças da história do país que o furor republicano pretendia apagar, ao mesmo tempo em que possibilita debates para o futuro.

Como já foi dito neste trabalho, Lima Barreto foi um dos poucos intelectuais de seu tempo que defendeu a permanência do Morro do Castelo. O escritor possuía a convicção e a compreensão de que, os indivíduos que moravam na colina e seus hábitos incomodavam a elite da época, por tornarem visível o passado colonial português e escravocrata. No período de Pereira Passos, demoliu-se apenas a ladeira do Seminário, um dos três acessos ao topo do morro

do Castelo, mantendo-se o que parecia a Coelho Neto, o criador da antonomásia Cidade Maravilhosa, “um quisto no rosto da cidade”, “um enorme monturo de casario arruinado e lóbrego onde se aloja a miséria e pulula a vérmina” (COELHO NETO, 2009, p. 31). Foi na gestão de Carlos Sampaio, responsável pela preparação da cidade para abrigar a Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922, que o morro do Castelo seria de fato demolido (KESSEL, 2008 e 2001). Lima Barreto presenciaria no fim de sua vida essa segunda transformação da cidade: “remodelar o Rio! Mas como? Arrasando os morros... Mas não será mais o Rio de Janeiro; será toda outra qualquer cidade que não ele” (In: “Megalomania”, 28 de agosto de 1920). A projeção de uma imagem internacional catita, adjetivo que gostava de repetir, aliou-se a interesses financeiros para apagar da topografia do Rio de Janeiro, um espaço que se identificava com a realidade brasileira.

Em carta a Assis Viana, Lima Barreto critica a postura dos brasileiros que não aceitavam quando diziam que aqui havia negros:

A nossa mania de fachadas leva-nos a prorromper em berreiros pelas colunas dos jornais, reclamando dos poderes públicos providências para que sejamos conhecidos na Europa, Ásia, etc, a fim de evitar que os estrangeiros não mais nos caluniem, dizendo que aqui há negros e mulatos; entretanto, não nos lembramos que não nos conhecemos uns aos outros, dentro do nosso próprio país, e tudo aquilo que fica pouco adiante dos subúrbios das nossas cidades, na vaga denominação de Brasil, terra de duvidosa existência, como a sua homenagem da fantástica geografia pré-colombiana. (“Correspondências ativa e passiva”) (VIANA, 1956, p. 270).

Ao longo de sua vida, Lima Barreto foi testemunha ocular das significativas modificações no cenário nacional e internacional. Vivenciou experiências como a abolição do trabalho escravo, a instauração da República Brasileira (1889-1930), a Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Chibata (1910), a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917) e a Revolta dos 18 do Forte (1922), também descreveu a preocupação acentuada da elite branca com o controle social e com a disciplina da massa de trabalhadores pobres, em uma tentativa em disfarçar o racismo; outrossim, Lima relata todo processo de arrasamento do Morro do Castelo, deslocamento da população carente para áreas distantes do Centro, e, já estava bem próximo da morte, quando viu todos os preparativos para a realização da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil de 1922.

Além dessas revoltas, Lima também foi testemunha ocular da expansão da cidade do Rio de Janeiro, que ocorreu no período compreendido entre 1870 e 1930, tendo-se apresentado em três direções: no sentido centro-sul, no rumo centro-norte (em direção às montanhas) e seguindo os trilhos da rede ferroviária, em decorrência da suburbanização da cidade, a partir

de 1872. Algumas dessas direções, sobretudo as denominadas freguesias rurais, já eram ocupadas, como vimos, há muito tempo por quilombolas. Logo, em alguns casos, a expansão urbana se fez se sobrepondo a terras agrícolas, não incorporadas pelo sistema legal de terras, como foi o caso dos quilombos que já existiam, por exemplo, no maciço da Tijuca, onde, atualmente, localizam-se algumas das maiores “favelas” da cidade (CAMPOS, 2005, p. 67).

Após 1888, o quilombo já não era mais visto pela sociedade não negra, como um espaço de resistência e de luta, pois o sistema escravista legalmente já havia acabado, por isso não fazia mais sentido considerar este tipo de ocupação territorial como uma ameaça à hegemonia das classes dominantes: “antigos latifundiários transmutados em republicanos”. Esses espaços que foram primeiramente apropriados pelos quilombolas e pelos afrodescendentes, posteriormente também foram ocupados por brancos pobres e imigrantes, e sua expansão foi orientada pela classe dominante e pelos interesses do Estado. (CAMPOS, 2005, p. 69).

O processo de urbanização acelerado, desencadeado na cidade do Rio de Janeiro, a partir do governo de Rodrigues Alves, teve consequências diversas na vida dos moradores da capital. Nesse sentido, amparados em Campos (2005), podemos considerar a Reforma Passos, como a primeira desconstrução do espaço favelado, através não só do desmonte do morro do Castelo, que era um dos sítios históricos mais importantes da cidade, que perdeu a sua magnitude, ao longo do período de construção socioespacial da cidade do Rio de Janeiro, tornando-se habitação de trabalhadores pobres, que povoaram as suas encostas, devido ao alto custo dos aluguéis cobrados nas partes planas e secas da Corte, como também na demolição de cortiços e outras moradias coletivas marcadas pela pobreza. Como os demais morros da região central da cidade do Rio de Janeiro, não estavam mais disponíveis para ocupação, o morro do Castelo tornou-se, ao longo de sua existência, uma das melhores opções de moradia para esse segmento, que tentava incluir-se no mundo do trabalho na época (CAMPOS, 2005, p. 71). Assim, não é de se estranhar que as modificações de uma realidade tão concreta, quanto parece ser a urbana, tivessem consequências diversas, também no imaginário popular e nos hábitos das classes altas, como foi o caso da construção do Teatro Municipal também testemunhada por Lima Barreto e por assim comentada:

O Theatro Municipal! É inviável. A razão é simples: é muito grande e luxuoso. Supondo que uma peça do mais acatado dos nossos autores provoque uma enchente, repercute sobre a opinião, haverá no Rio de Janeiro e arredores, inclusive o Méier e Petrópolis, gente suficientemente encasacada para enchê-lo dez, vinte ou trinta vezes? Decerto, não. Se ele não se encher pelo menos dez vezes, por peça, a receita dará para custear a montagem, pagar o pessoal, etc.? Também não. De antemão, portanto, pode-se afirmar, deixando de apelar para números exatos, que aquilo não é muito prático, é inviável. Bem: há adiantos à educação artística da população em representações para

plateias vazias? Isso estimula autores que não são nem pateados nem aplaudidos? Até os próprios atores quando olham as plateias vazias e indiferentes, perderão o passo, o gesto, o entusiasmo, ao declamarem lindas tiradas e tiverem de jogar um diálogo vivo. (“Uma coisa puxa a outra... II”, publicado em **A Estação Teatral**, 22/04/1911).

A nova e opulenta Biblioteca Nacional:

A diretoria da Biblioteca Nacional tem o cuidado de publicar mensalmente a estatística dos leitores que a procuram, das classes de obras que eles consultam e da língua em que as mesmas estão escritas. Pouco frequente a Biblioteca Nacional, sobretudo depois que se mudou para a Avenida e ocupou um palácio americano. A minha alma é de bandido tímido, quando vejo desses monumentos, olho-os, talvez, um pouco, como um burro; mas, por cima de tudo, como uma pessoa que se estarece de admiração diante de suntuosidades desnecessárias. É ficar assim, como o meu amigo Juvenal, medroso de entrar na vila do patrício, de que era cliente, para pedir a meia dúzia de sestércios que lhe matasse a fome – a espórtula! O Estado tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma casa de instrução, destinada aos pobres-diabos, em um palácio intimidador, é das mais curiosas.” (“A biblioteca”, publicado em **Correio da Noite**, 13/01/1915)

Lima viu o aterramento de praias e a construção da Avenida Beira Mar:

A última e formidável ressaca que devastou e destruiu grande parte da Avenida Beira-Mar merece considerações especiais que não posso deixar de fazer. O Mar tinham os antigos como sendo um dos cinco elementos da Natureza; do Mar, afirmam os sábios modernos, veio toda a vida. É assim o Mar um deus tutelar da nossa espécie. Nós lhe devemos tudo ou quase tudo. Não fora o Mar, ainda a Terra estaria muito por conhecer; ele é o meio mais eficaz de comunicação entre os povos. (...) Mas, os grosseiros homens do nosso tempo, homens educados nos cafundós escusos da City londrina ou nos gabinetes dos banqueiros de Wall Street, onde se fomenta a miséria dos povos, não lhe quiseram ver a grandeza, o mistério e a divindade, a sua palpitação íntima. O Mar, como a vida humana, não podia deixar de ser também um bom campo às suas “cavações” ou “escavações” e trataram de explorá-lo. De há muito que ele havia marcado os seus limites com a terra; de há muito que ele dissera a esta: o teu domínio para aí e daí não passarás. (“A revolta do mar”, publicado em “Caretta”, 23/07/1921)

Todo esse esforço – que conseguiu agrupar, em um mesmo ideal nomes de profissionais tão diversos como o dos engenheiros Pereira Passos e Paulo de Frontin e Lauro Müller, e de sanitaristas como Oswaldo Cruz - tinha, em última instância, um só objetivo: o de transformar a antiga e arcaica cidade do Rio de Janeiro, em um novo espaço de convivência social. Com efeito, em pouquíssimo tempo, a população urbana tomava contato com uma outra realidade, até então desconhecida: ganhava corpo o mundo inovador da tecnologia, factível não apenas graças à revolução industrial que vinha ocorrendo na Europa, desde o século XVIII, mas também à adoção de uma série de novos meios enérgicos pelo Brasil, modificações tecnológicas que trariam consequências inenarráveis ao imaginário da população, criando as mais diversas representações fantasmagóricas.

Assim, o urbanismo vem à tona como ideologia; todos os problemas da sociedade acabam se enquadrando enquanto “problemas de espaço”, alguns mal são e outros são.

(LEFEBVRE, 2011: 49). Segundo Lima Barreto, a intenção primeira destas transformações modernizantes foi, portanto, dar à Capital Federal um feitiço menos provinciano e anacrônico: trata-se da interminável luta entre a cidade arcaica e ultrapassada e a cidade nova e moderna, que começava a despontar.

O fim do sistema escravista alterou, portanto, não só os modos de produção capitalista, como também promoveu a criação de um projeto societário que incluía a importação de populações europeias. Áreas proletarizadas com o novo contingente europeu se formaram com essa massa populacional migrante, bem como, com a abolição da escravatura recente, diásporas internas foram organizadas e enorme contingente populacional de afrodescendentes desembarcavam no Rio de Janeiro advindos da Bahia, do Vale do Paraíba e de outras partes do País. Todavia, devemos compreender que todo esse processo de remodelação da região central, como um ambiente de disputa de narrativas, memórias e histórias racializadas, o que inclui o arrasamento do Morro do Castelo e outros movimentos higienizantes, como um processo de "branqueamento territorial", que buscou invisibilizar ou apartar a presença e a história da população afro-brasileira daquele espaço.

Assim, a voz de Lima Barreto se levantou como um "ponto escuro" em meio ao branqueamento espacial, fazendo da sua escrita uma forma de militância político-social, que personifica o homem do povo, pobre e negro, alguém que já tinha seu lugar pré-estabelecido pelos plutocratas racistas: longe da escrita acadêmica, do jornalismo profissional e malmente da sanidade mental. Enquanto cidadão comum e funcionário público, Lima sempre procurava alertar os populares, do grande engodo representado pelas transformações na paisagem carioca. Ele conseguiu perceber, diferentemente de muitos intelectuais brasileiros, que os urbanistas de feições higienistas, que promoveram a alteração no espaço físico e social da Capital da Primeira República Brasileira, no início do século XX (1902-1922), foram incapazes de implementar políticas públicas que atendessem aos anseios das camadas mais pobres da população. Dessa forma, como afirma o escritor, cabe à Literatura "dizer o que os simples fatos não dizem" (BARBOSA, 1975: 237), e é esse o papel das suas crônicas e dos seus contos, ao observar e registrar outros diálogos que se estabelecem, no cotidiano da Capital Federal, abrindo, no espaço das representações públicas, brechas para a presença de novos e velhos personagens, de outros velhos problemas e de novas e velhas perspectivas de mundo, nas quais se incluem pequenos funcionários públicos, escriturários, jornaleiros e jornalistas, soldados, delegados de polícia, prostitutas, lavadeiras, costureiras, poetas, condutores de bonde, estudantes, deputados, padres, médicos, violeiros, militares, redatores, revisores, jogadores, carteiros, verdureiros, livreiros, formando um conjunto de vozes que, mesmo desafinadas em relação ao discurso

canônico, são trajetórias sociais nas quais Lima Barreto inspira-se para escrever as suas narrativas, revelando suas perspectivas literárias, na busca de outros padrões estéticos.

De fato, o escritor descrevia um Rio subterrâneo, pouco visível, sobre o que ele mesmo declarava:

Sou homem da cidade, nasci, criei-me e eduquei-me no Rio de Janeiro; e, nele, em que se encontra gente de todo o Brasil, vale a pena fazer um trabalho destes, em que se mostre que a nossa cidade não é só a capital política do país, mas também a espiritual, onde se vem resumir todas as mágoas, todos os sonhos, todas as dores dos brasileiros, revelado tudo isso na sua arte anônima e popular .” (“Mágoas e sonhos do povo”, conjunto de textos incluído em **Coisas do reino de Jambon**)

Cidade removedora de pobres cuja única providência para compensar as demolições, à época, foi a construção de cento e vinte casas, nas Ruas Salvador de Sá e Leopoldo. Elas, porém, não podiam abrigar mais do que 700 pessoas, número bem inferior ao das pessoas removidas. Assim, se deu a formação de um Rio de Janeiro mais injusto e mais subterritorializado, pois, às camadas de baixa renda, restavam as alternativas de morar nos distantes subúrbios, nas favelas. Não seria exagero pensar que tal marginalização continuou sendo, após o processo de instalação da República, uma das mais relevantes características de uma política cruelmente marcada pelo domínio completo de uma oligarquia alheia aos reclames da camada popular, ideologia esta que encontrou seu desfecho e sua melhor simbologia na concepção - própria do governo Washington Luís - da questão social como caso de polícia.

Lima Barreto, à sua maneira, ou à maneira de Policarpo, ou de Gonzaga de Sá, nutria um ciúme de nativo pela sua cidade. Contudo, a tal “nativismo”, se sobrepõem um enfoque crítico e uma voz inconformada atinentes às distorções urbanísticas: derrubada de árvores, da destruição das florestas circundantes, do aterro da baía de Guanabara, do arrasamento de morros, atos que estavam aliados ao apagamento progressivo das memórias culturais e linguísticas, primeiro a indígena e depois a africana, como podemos conferir, nos textos que seguem:

Reclus, na sua Geografia Universal tratando do Brasil, notava a necessidade de conservarmos os nomes tupis dos lugares de uma terra. (...) No Rio de Janeiro, há de fato nomes tupis tão eloquentes, para traduzir a forma ou o encanto dos lugares que ficamos pasmos, quando lhes sabemos a significação, com o poder poético, com a força de emoção superior de que eram capazes os primitivos canibais habitantes desta região, diante dos aspectos da natureza tão bela e singular que é a que cerca e limita nossa cidade. Bastam os nomes da baía. Como não traduz bem a sua sedução, o seu recato, a sua fascinação, o nome: Guanabara – seio do mar? E se o mar abriu aqui um seio foi para nele esconder as suas águas – Niterói – água escondida. [...] os nomes índios (...) se apagam, vão se apagando, para dar lugar a nomes banais de figuras ainda mais banais, de forma que essa pequena antigüidade de quatro séculos desaparecerá em breve as novas denominações talvez não durerem tanto. (“O Moleque”, In: BARRETO, L. **Histórias e Sonhos**. São Paulo, Brasiliense, 1961)

Apesar de se deter com sua consciência crítica sobre o racismo espacial na cidade natal, Lima Barreto não chegou a realizar seu sonho, que era o de escrever o que ele mesmo acreditava ser a sua obra prima, a história da escravidão negra no Brasil, que abrangeria ainda mais sob seu senso crítico a história e memória dos seus personagens preferidos:

1903. Um Diário Extravagante. Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade. (...) Veio-me à idéia, ou antes, registro aqui uma idéia que me está perseguindo. Pretendo fazer um romance em que se descrevam a vida e o trabalho dos negros numa fazenda. Será uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopéia. Animará um drama sombrio, trágico e misterioso, como os do tempo da escravidão. (...) A lei 13 de maio vinha de longe, era convicção da nação a injustiça da escravidão, não precisava jornalistas nem evangelizadores para mostrar-lhe a injustiça.(...) A capela tem o acabamento das torres em pirâmide; é sem gosto e soturna; não há uma casa com sentimento, e a gente tem o que ver, apenas nas das colunas, em que a escravidão pôs seus sofrimentos e as suas recordações." (BARRETO, 1961, p.4 ,32, 40 e 58)

Essa história da escravidão negra sonhada por Lima Barreto deverá ser contada em suas dimensões espaciais, políticas, econômicas, sociais, subjetivas, culturais de toda uma parcela significativa da população brasileira - os afrodescendentes, e que hoje, representam mais da metade do contingente populacional do País. Nos dias atuais, em que a extrema-direita retorna ao poder, fazendo uso de um discurso extremamente conservador e apoiado por um grupo de cristãos radicais, acredito que, se Lima Barreto fosse vivo, neste momento de crise política e econômica, ele certamente iria criticar, ferrenhamente, os discursos conservadores que culpam as classes menos favorecidas, como as principais responsáveis pela desestruturação do país. Certamente, ele diria que a crise na qual se encontra o país é devida, por natureza, a um Estado corrupto, no qual grupos políticos, verdadeiras genealogias, se apropriam dele, com o intuito de se perpetuarem no poder, e manterem seus privilégios. Por causa disso, esse mesmo Estado torna-se cada vez mais endividado, sendo incutido massivamente pela mídia todo um discurso ideológico que culpabiliza os programas sociais de assistência aos menos favorecidos, também chamados pelos donos da Casa Grande, de vagabundos e ociosos que vivem a “mamar” nos cofres públicos. Porém, em nenhum momento, se discute ampla e honestamente como a extrema desigualdade social e racial que redundava na desigual concentração de renda é culpa na verdade dos poderosos plutocratas que querem psicopaticamente manter seus privilégios: jatinhos, mansões, sítios, condomínios, armas, entre outras.

Se no tempo de Lima Barreto, a população carente já era denominada de forma semelhante, os adjetivos se acentuavam tendo em vista o discurso racial, dito científico, propalado à época e enraizados, nos dias de hoje, nos números do genocídio da população negra

e indígena do País. A tentativa de diminuir os impactos da desigualdade sociorracial brasileira leva à necessária criação de políticas públicas urgentes, que tendo como meta garantir os direitos à vida e à dignidade dos sujeitos mais pobres e necessitados, acabam recebendo as críticas mais intensas, pelos setores mais conservadores, que diariamente reatualizam seu discurso escravagista, utilizando os vocabulários determinados pelo neoliberalismo, tais como: flexibilização, modernização, reestruturação do ensino, diminuição dos direitos trabalhistas e o fim da previdência social, “travestido” do apregoado pelo lema “ordem e progresso”, que já era rebatido, há tempos, pelo genial e atento Lima Barreto.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte. Letramento, 2018.
- ALMEIDA, William Liphaut. **As teorias raciais sob a ótica de Lima Barreto.** Brasil Escola. 01/03/2016. Disponível in <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/as-teorias-raciais-sob-otica-lima-barreto.htm>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- ARANTES, Marco Antonio. Loucura e Racismo em Lima Barreto. **Espaço Plural**, Dossiê Saúde e Doença, ano 11, n. 22, p. 45-56, 2010.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2002.
- BARRETO, Lima. “A Política republicana”. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/obras-literarias/a-politica-republicana>. Acesso em 18 de setembro de 2019.
- BARRETO, Lima. **Coisas do Reino do Jambon.** São Paulo: Brasiliense, 1956
- BARRETO, Lima. **Coisas do Reino do Jambon.** São Paulo: Brasiliense, 1961
- BARRETO, Lima. Diário do Hospício. In: MASSI, Augusto; MOURA, Murilo Marcondes de (Orgs.). **Diário do Hospício e o Cemitério dos Vivos.** São Paulo: Cosac & Naify, 2010.
- BARRETO, Lima. **Diário Íntimo: Memórias.** 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- BARRETO, Lima. **Feiras e mafuás: artigos e crônicas.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. **Histórias e Sonhos.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961
- BARRETO, Lima. **Marginália.** Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000154.pdf>
- BARRETO, Lima. “Minha candidatura”. **Revista Careta.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 686 p.34, agosto 1921. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/di_v_periodicos/careta/careta_1921/careta_1921.htm 13 de agosto de 1921.
- BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas.** 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- BARRETO, Lima. O cemitério dos vivos. In: MASSI, Augusto; MOURA, Murilo Marcondes de (Orgs.). **Diário do Hospício e o Cemitério dos Vivos.** São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

- BARRETO, Lima. “O Rio civiliza-se!”. Disponível em www.objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon1907.
- BARRETO, Lima. O Subterrâneo do Morro do Castelo. RESENDE, Beatriz. (org.). **O Subterrâneo do Morro do Castelo** 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Dantes, 1997.
- BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Editora Penguin/ Companhia das Letras, 2010.
- BARRETO, Lima. **Vida e morte de J. M. Gonzaga de Sá**. Belo Horizonte: Ed. Garnier-Itatiaia, 2017.
- BARROS, Paulo Cezar de. Onde nasceu a cidade do Rio de Janeiro. **Geopaisagem** (online), vol. 1, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/origem%20do%20rio%20de%20janeiro.htm>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os pobres. **Renascença - Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes**. Rio de Janeiro. Ano 2, n. 13, março de 1905. p. 45-60
- BELCHIOR, Pedro. **Tristes Subúrbios: Literatura, Cidade e Memória na Experiência de Lima Barreto (1881-1922)**. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói (RJ), 2011.
- BOSI, Alfredo. O exílio na pele (Folhetim). **Folha de S.Paulo**. 13/05/1988. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/bosi4.htm>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.
- BRASILIANA FOTOGRAFICA. **A demolição do Morro do Castelo**. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=14030>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- BRETAS, Marcos Luiz. Policiar a Cidade Republicana. In: LEMBGRUBER, Julita. (Org.). **A instituição policial**. Rio de Janeiro: Editora OAB/RJ, 1986.
- CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.
- CARVALHO, Ana Carolina Maurício de. Processo de branqueamento do território e intervenções urbanas na zona portuária do Rio de Janeiro: A Pequena África como fruto de produções espaciais no passado e no presente. In: CONGRESSO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória/ES. **Anais [...]**. Vitória/ES: UFES, agosto de 2014. p. 01-05 Disponível em: http://www.cb2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404368561_ARQUIVO_TrabalhoFinalCBG_AnaCarolinaCarvalho.pdf. Acesso em: 16 dez. 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados e a República que não foi**. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2000.

COHEN, W. **Français et africain**. Paris, Gallimard, 1980.

CHAGAS, Gabriel das; Nascimento, Luciana. Arqueologias da Cidade: Lima Barreto e os Subterrâneos do Morro do Castelo. **Revista Querubim - Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais**, Seção Especial de Artigos, p. 02-06, setembro/2015. Disponível em: https://agentedeletas.files.wordpress.com/2017/04/arqueologias-da-cidade_chagas-nascimento-2015.pdf. Acesso em: 16 dez. 2020.

_____. CHALLOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

_____. CHAVES, Santos Evenice. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. **Psicologia em Estudo**, Maringá/PR, vol.8, n.2, p. 29-37, 2003.

CHALLOUB, Sidney. **Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 2004

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Cidadelas da ordem. A doença mental na República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DAMASCENO, Verônica. Personagens conceituais e personagens estéticos em Gilles Deleuze. **TRÁGICA: estudos de filosofia da imanência**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 3, p. 138-151, 2015.

EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro do meu tempo. **Edições do Senado Federal**, Brasília, vol.1, p. 124, 2003.

FAZENDA, José Vieira, **Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro**. Vol. III. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1927.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.(Coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV; 6 ed., 2005; p. 23.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas prisões**. 42 ed. Petrópolis: Vozes: 2004.

KOK, Glória. **Rio de janeiro na época da Avenida Central**. São Paulo: Bei Comunicação, 2005. p. 30-31

KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio**. volume 2. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. Coleção Memória Carioca.

LACERDA, João Baptista de. Réplica à crítica da memória - Sur les méfis au Brésil. In: LACERDA, João Baptista de. **Informações prestadas ao Ministro da Agricultura Pedro de Toledo**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912. p. 85-101.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução por Rubens Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCENA, Felipe. **História do Morro do Castelo**. 04/06/2015. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-morro-do-castelo/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Edição revista e anotada. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

MOTTA, Marly Silva da. **O Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

NATAL, Caion Meneguello. O triste visionário: Lima Barreto e seu tempo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 68, p. 235-240, dez. 2017.

NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 01-07, Relume-Dumará, 1997.

NETO, Joachin Melo Azevedo. Lima Barreto e os suburbanos: o cotidiano traçado em linhas afetivas. **Revista Literatura, História e Memória**, Cascavel-PR, vol. 7, n. 10, p. 229-243, 2011.

NEVES, Margarida Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio. **A crônica: gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1992. p. 13-22.

NONATO, José Antônio & SANTOS, Nubia Melhem. **Era uma vez o morro do Castelo**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGARROLO, Paulo. Juliano Moreira: Um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, vol. 22, n.4, p. 01, dez. 2000.

PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. **O Rio de Janeiro e o Morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)**. 2008. 156 f. Dissertação do Curso de Mestrado em História Social Urbana, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2008.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.13, n.35, p. 01-05, jan./abr, 1999.

PEREIRA, Elvya Ribeiro. Lima Barreto: um olhar deslocando-se. **Revista Léngua & Meia**, vol. 1, n. 1, p. 224-236, 2002.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Rio de Janeiro: EdUFRJ / Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

RESENDE, Beatriz & VALENÇA, Rachel (Org). **Lima Barreto, Toda a Crônica - 1890-1919**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004.

RESENDE, Beatriz & VALENÇA, Rachel (Org). **Lima Barreto: Coleção Melhores Crônicas**. São Paulo: Global Editora, 2005

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentimento do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Gladys. **A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará / Faperj, 2002.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A Era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920**. Coleção Biblioteca Carioca, Série Publicação Científica, Volume 1. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 7 ed. Brasília: Editora UnB, 1988.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. Pallas Editora, São Paulo: 2002.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Os Intelectuais Eugénistas. Da abundância de Nomes a Escassez de Investigação (1917-1937). In: Palestra apresentada no SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL, 7, 2016 Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia – MG, 2016. p. 05-06. Disponível em <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snepe/docs/046.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

SCHWARCZ, Lili Moritz. **Lima Barreto Triste Visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SINGER, Paul. **Prevenir e Curar: o controle social através dos serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOLIS, Sidney Sérgio F. O Rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo. **Revista Rio de Janeiro**, RJ, n. 9, p. 117-140, jan-abr, 2003.

SOUSA, Edson Junio Dias de & CAMARGO, Marina Gabriela Silva. Rio Belle Èpoque e a Reforma Pereira Passos (1903-1906): as folhas em branco da Cidade como ideologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE TEORIA MARXISTA. O CAPITALISMO E SUAS CRISES, 2., 2016, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, maio de 2016. p. 02-03. Disponível em: https://www.academia.edu/35396361/_2016_Rio_Belle_%C3%88poque_e_a_Reforma_Pereira_Passos_1903_1906_as_folhas_em_branco_da_Cidade_como_ideologia. Acesso em: 16 dez. 2020.

SOUSA, Rebeca Grilo de. Os Escombros do Castello: As representações sobre um desmonte em três atos. **URBANA, Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas-SP, v. 10, n. 2, p. 401-426, maio-ago. 2018.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan-jun 2013.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, set-dez. 2012.

THEODORO, Mário. A Questão do Mercado de Trabalho e a Questão Racial no Brasil. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.) **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil. 120 anos após a Abolição**. Brasília: IPEA, 2008. p. 38-39.

TEYSSIER, Paul. Verbete Afonso Henriques de Lima Barreto. In: **Dicionário de Literatura Brasileira**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2003, p.71.